



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorário:

Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva

Presidente:

Dr. Leonardo Macedonia.

Vice-Presidente:

Prof. Othelo Rosa.

2.º Secretario:

Prof. Valter Spalding.

Secretário Perpétuo:

Dr. Eduardo Duarte.

Orador:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Tesoureiro:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Bibliotecário:

Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Lindolfo Collor.

Clemenciano Barnasque.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Darcy Azambuja.

Dr. Felix Contreiras Rodrigues.

Cel. Aurelio Porto.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO RIO GRANDE DO SUL



I TRIMESTRE

ANO XVII

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

1937

Officinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO

Barcellos, Bertaso & Cia. — *Pôrto Alegre*

Filiais: Santa Maria e Pelotas

PÔRTO ALEGRE

= 1937 =

O bi-centenario do Rio Grande e o Instituto Histórico

Revestiram-se de excepcional brilhantismo as comemorações do bi-centenário da fundação do Rio Grande pelo brigadeiro José da Silva Pais, que ali aportara, contrariando ordens superiores, a 19 de fevereiro de 1937.

Constaram os festejos, dirigidos por uma comissão especial, sob a chefia do dr. Aluízio Vaz Dias, de grande número de solenidades, destacando-se dentre elas o II Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, especialmente convidado para tal.

Para ter-se uma idéia do que foram as solenes festividades, reproduzimos aquí, o programa do que foi feito, em particular do Congresso que foi, não há negar, superior, ao de 1935.

Começaram as festividades ao meio dia de 18 de fevereiro com o almoço do Rotary Club, do Rio Grande, em homenagem à data e à comissão do Instituto Histórico que para lá fôra presidir os trabalhos do II Congresso.

Além dos srs. Rotários presididos pelo sr. Wiggs, estavam à mesa, como convidados e homenageados, os srs. dr. Meireles Leite, prefeito municipal; dr. Aluízio Vaz Dias, presidente da comissão de festejos; dr. Leonardo Macedônia, dr. Eduardo Duarte, prof. Walter Spalding, dr. Dante de Laytano e tenente De Paranhos Antunes, comissão do Instituto

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; os srs. dr. Dante de Laytano e Prof. Walter Spalding representavam, também, nas festas e Congresso, os srs. dr. Anibal di Primio Beck, Secretário da Agricultura, e Major Alberto Bins, prefeito municipal, respectivamente; Dr. Dario de Bittencourt, representando a Academia Rio grandense de Letras, e dr. Fernando Luiz Osório, representando o Rotary Clube, de Pelotas.

No mesmo dia 18, às 20 horas, foi solenemente inaugurada a magnífica exposição industrial e, à 0 hora, solene hasteamento das bandeiras nacional e rio-grandense no edifício da Prefeitura Municipal. Nessa ocasião falaram os drs. Meireles Leite e Eduardo Duarte.

As solenidades do dia 19 constaram de recepção solene na Prefeitura, falando, nessa ocasião, o dr. Meireles Leite.

Pela manhã dêsse dia chegou ao Rio Grande o dr. Pereira Neto que representou durante os festejos e no Congresso, S. Excia. o general Flores da Cunha.

Às 21 horas foi instalado com tôda solenidade o II Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense.

A mesa estava composta dos srs. dr. Leonardo Macedônia, presidente do Instituto e do Congresso; dr. Eduardo Duarte, Secretário Perpétuo do Instituto e Secretário Geral do Congresso; Prof. Walter Spalding, 2.º secretário do Instituto; Dr. Dante de Laytano e tenente De Paranhos Antunes, secretários auxiliares do Congresso; Dr. Meireles Leite, prefeito municipal e representando o governador de Santa Catarina; dr. Pereira Neto, Secretário das Obras Públicas, e representante do general Flores da Cunha; Comandante da Base Naval no Rio Grande, representando s. s. o Presidente da Republica; Major O. Apocalipse, representando o Gal. Comandante da 3.ª Região; Rev. padre Eurico de Melo Magalhães, vigário da velha Matriz de S. Pedro do Rio Grande; dr. Dario de Bittencourt, representando a Academia Rio-grandense de Letras; srs. Abeillard Barreto. Edgar Fontoura e Rúbio Brasiliano, brilhantes intelectuais rio-grandinos e congressistas, e mais autoridades municipais.

A sessão foi aberta com o discurso oficial do dr. Macedônia, falando, em seguida, o dr. Meireles Leite, congratulando-se com a cidade pela instalação do Congresso.

No dia 20 foram inauguradas várias placas e hermas, entre as quais a do dr. Antônio Carlos Lopes e a placa comemorativa da colônia portuguesa do Rio Grande. A' noite, grande concerto no Rádio Teatro.

No dia 21, domingo, missa campal, enfrente á velha matriz do Rio Grande. — Grande e majestosa parada atlética de todos os clubes e sociedades do Rio Grande, inclusive do exército.

A' tarde, foi solenemente feito o lançamento da pedra fundamental do monumento a Silva Pais, na praça Xavier Ferreira, sendo orador oficial o dr. Eduardo Duarte. A' noite, primeira sessão plenária do Congresso, na qual foram aprovadas 12 teses.

Dia 22, inauguração de placas nominativas "19 de Fevereiro" e "Gomes Freire". Inauguração do fac-símile do marco que assinalou, noutras eras, os Campos Neutrais. — Segunda sessão plenária do Congresso, na qual foram discutidas e aprovadas onze teses.

Dia 23 — grande festa desportiva. A' noite, prosseguimento do Congresso, tendo sido discutidas e aprovadas as 12 teses restantes.

Dia 23, lançamento da pedra fundamental da herma a Antônio Candido Sequeira, na "Vila Sequeira" (Casino), tendo sido orador o dr. Aluizio Vaz Dias, presidente da Comissão de festejos. — Inauguração do monumento ao obreiro desconhecido. Sessão solene de encerramento do Congresso com discurso do dr. Leonardo Macedônia. Nessa sessão foram apresentadas as seguintes moções: de louvor e agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e seus representantes no II Congresso; de louvor e congratulações ao Prefeito do Rio Grande e Comissão de festejos; ao dr. Fernando Osório, pelos trabalhos apresentados e dedicatória de seu último livro *Sangue e alma do Rio*

Grande, ao II Congresso; aos srs. Edgar Fontoura, Abeillard Barreto e Rúbio Brasileiro, e ao dr. Alfredo Ferreira Rodrigues.

Depois da sessão do Congresso, foi com solenidade feito o encerramento da magnífica exposição industrial.

(Da “Revista do Globo”)

O CONGRESSO

A magnificência do II Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense foi inquestionável.

Não somente nos intelectuais da nobre cidade do Rio Grande, mas no povo em geral daquela terra hospitaleira e boa, o interesse por esse II Congresso foi tanto e tão grande que representa, para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul a mais legítima consagração.

A sessão de encerramento, por exemplo, esteve tão concorrida que foi necessário proibir-se a entrada do povo no recinto, pois o grande e esplêndido salão do Rádio Teatro estava à cunha.

Esse fato fez com que nosso egrégio presidente, dr. Leonardo Macedônia, com aquele seu espírito brilhante de comentador amável e “blagueur” elegante, do mais puro aticismo, nos dissesse, finda a solene sessão final:

— “Este Congresso representa, para nós, o mais legítimo sucesso de bilheteria”.

Realmente, “esse sucesso de bilheteria” foi, como já ficou dito, a consagração do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Tudo isso, porém, não o devemos esquecer, devemos-lo, deve o Instituto Histórico e Geográfico ao seu grande, ao seu insubstituível, ao seu benemérito Secretário perpétuo, dr. Eduardo Duarte.

Reconhecendo os inestimáveis serviços do ilustre mestre, o Instituto histórico e Geográfico, por seu presidente, endereçou-lhe o seguinte officio:

“Porto Alegre, 3 de Março de 1937.

Exm.º Snr. Dr. Eduardo Duarte,

D. Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

N/Capital.

Prezado amigo e confrade.

Afetuosos cumprimentos.

Tendo regressado da cidade do Rio Grande, onde estivemos, participando das comemorações do bi-centenário da fundação do Presídio militar, e da povoação, e realizando o 2.º Congresso de História e Geografia promovido pelo Instituto, venho por meio desta cumprir o dever de felicitar V. Ex., pela primorosa organização do Congresso, e pela brilhante atuação em todos os trabalhos da memorável assembléia, desde 19 até 24 de fevereiro último.

O Instituto, ao tomar conhecimento dos novos e valiosos serviços de V. Ex., na contribuição que levamos às comemorações há pouco realizadas na cidade do Rio Grande, ficará satisfeito com a brilhante colaboração do eminente Secretário Perpétuo, e bendirá a hora em que foi resolvida a reunião do Congresso recém-encerrado.

Ao louvor do Instituto peço vênica para antecipar a minha sincera manifestação do apreço em que tenho os aludidos trabalhos, que ajuntam mais um florão à coroa de benemerência justamente conferida a V. Ex., por todos os membros do sodalício.

Sem outro motivo, renovo as seguranças do meu apreço e consideração, e subscrevo-me,

de V. Ex. Att.º vendr. e Obr.º

Leonardo Macedônia.”

A SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO II CONGRESSO

Como dissemos, na noite de 19 de fevereiro, no Rádio Teatro do Rio Grande, com a presença de tôdas as autoridades do Município e representantes do Presidente da República, governador do Estado, Comandante da 3.^a Região Militar, governador de Santa Catarina, Prefeito de Porto Alegre e varios secretários de Estado, e estando o amplo salão do Rádio Teatro completamente cheio, o sr. dr. Leonardo Macedônia, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do II Congresso de História e Geografia Sul- Rio-grandense, abriu a sessão inaugural com a seguinte oração:

“Meus Senhores.

A Clepsidra do Tempo assinala hoje a passagem do 2.^o Centenário do desembarque do Brigadeiro José da Silva Pais neste abençoado rincão, para fundação do Presídio do Rio Grande.

Efetivamente, a 19 de fevereiro de 1737, transposta a Barra de difficil e perigoso acesso, e à frente de 254 homens de tropa, o Brigadeiro José da Silva Pais aquí chegou, para lançar, como lançou, os fundamentos do Presídio Militar, que devia proteger e amparar a povoação que aquí devia surgir. O Presídio também devia proteger e amparar o povoamento e o desenvolvimento do território que em breve seria a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, mais tarde Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e atualmente Estado do Rio Grande do Sul.

Volvidos 2 séculos, desde aquele dia memorável, a laboriosa e progressista população da cidade do Rio Grande, pelo órgão da sua Administração Municipal, das Corporações representativas do seu comércio, das suas indústrias, e das Associações que são expoentes magnificos da cultura dêste nobre povo, promove a celebração do glorioso acontecimento presidido pelo Brigadeiro José da Silva Pais.

Acutindo, como era do nosso dever, e com inteira satisfação, ao amável convite de todos os representantes da ci-

dade, aqui estamos, nós os do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, para partilhar das alegrias dêste dia memorável, e para trazer a nossa contribuição a tôdas as comemorações aqui celebradas, em louvor de tão notável acontecimento.

Aqui estamos, nós os do Instituto, com a nossa Contribuição, que é êste 2.º Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense, dedicado à comemoração do 2.º Centenário da fundação do Presídio Militar, e desta linda, e próspera, e culta cidade do Rio Grande.

Meus senhores.

Descoberto o Brasil em 1500, o povoamento do solo, a edificação de vilas, e cidades, e a organização de uma Administração Pública, constituíram programa que o Govêrno da Metrópole procurou desenvolver e executar, por intermédio de seus Delegados, na Colônia incorporada à Coroa Lusitana pelo feito de Pedro Álvares Cabral.

O vasto território do Rio Grande do Sul conservou-se, entretanto, desamparado da proteção da Metrópole, e dos seus Delegados no Brasil.

Porque razão, Meus senhores, êste abandono de uma tão rica região, fadada a ser, como efetivamente veio a acontecer, uma linda e preciosa gema da constelação Brasileira?

Assinala-se como fatores determinantes dêsse fato o naufrágio sofrido por Martim Afonso de Souza na embocadura do Rio da Prata, em 1531. Não encontrando abrigo na costa do Rio Grande, que se oferecia hostil aos navegadores, Martim Afonso de Souza singrou para o Norte, e foi fundar a vila de São Vicente, renunciando ao propósito colonizador de terras situadas à margem esquerda do Rio da Prata.

Além desse fato, outros contribuíram para o abandono em que jazeu o Rio Grande até o dia da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais. As guerras que a Metrópole teve de sustentar, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, na Baía, em Pernambuco e no Maranhão, para reagir contra as pre-

tensões de franceses, ingleses e holandeses; a fundação das Missões Orientais do Uruguai, pela Companhia de Jsús, agravando a confusão reinante quanto aos limites ao Sul das duas grandes colônias ibéricas; e a dominação espanhola no Brasil, durante os 60 anos de sujeição de Portugal ao jugo dos Filipes; tais são os fatos que concorreram para agravar a situação de abandono em que jazia o território do Rio Grande.

Sòmente em 1737, obedecendo às ordens de D. João 5.º, o Govêrno do Rio de Janeiro, então exercido por Gomes Freire de Andrade, determinou a expedição do Brigadeiro José da Silva Pais realizada ao Rio Grande com feliz resultado.

Efetivamente, em 19 de fevereiro de 1737 José da Silva Pais transpunha a perigosa Barra, e ancorando em águas tranqüillas iniciava o serviço de ocupação do território, construindo a fortificação de Jesús, Maria, José; edificando e inaugurando templos, um na povoação nascente, e outro no Estreito, consagrado à Santana. Satisfeito da obra iniciada sob tão felizes auspícios, Silva Pais assiste o rápido desenvolvimento da cidade que surgia protegida pelo Presídio Militar, e em dezembro de 1737, devendo substituir Gomes Freire de Andrade no Rio de Janeiro passa a administração do Rio Grande ao Mestre de Campo André Coutinho.

Longe do Rio Grande, Silva Pais não esquece a obra aquí iniciada. Promove a remessa de recursos materiais, e de famílias de colonizadores. Ainda por determinação de Silva Pais, aquí chegam o Coronel Diogo Cardoso, com tropa para guarnecer e proteger o território do Albardão, e a ligação terrestre com a Laguna; e o pilôto de carta, Gaspar dos Santos, para organizar o pôrto do Saco da Mangueira, junto aos armazéns e oficinas do forte de Jesús, Maria, José.

A seguir, vem chegando os casais de lusitanos, dos Açores e da Madeira, e essa brava, honrada e boa gente contribue com a sua inteligência, o seu trabalho, e as suas virtudes domésticas e cristãs para o povoamento desta maravilhosa terra do Rio Grande.

Transcorreram 200 anos, lapso de tempo insignificante na existência de um povo. E o Rio Grande que hoje comemora a data de 19 de fevereiro, e celebra o grandioso feito de que foi benemérito autor o Brigadeiro José da Silva Pais, tem motivos para estar satisfeito e orgulhoso da obra aqui realizada em duas Centúrias.

Uma linda cidade, habitada por uma população ordeira e amiga do progresso, moralizada e culta, se alastra pela planície adjacente ao pôrto magnífico, bem aparelhado para servir ao comércio e às indústrias aqui florescentes.

A Barra, outrora hostil, de perigoso acesso, foi aberta, e está franca à navegação e ao comércio de tôdas as bandeiras, graças à perseverança do homem, que soube tornar uma realidade a profecia do inolvidável Gaspar Martins: "A Barra há de se abrir, porque a barra não tem querer".

As indústrias em plena prosperidade atestam o labor do vosso povo, e beneficiam a população que labora nas fábricas e nas oficinas.

As instituições de Beneficência realizam obra muito notável de assistência social, e atestam de modo eloqüente os sentimentos de caridade, de altruísmo e de solidariedade que distinguem a generosa população desta linda cidade.

E a obra de cultura espiritual, essa é sem dúvida muitíssimo notável, representada por êsse admirável Ginásio Lemos Júnior, pela utilíssima Academia de Comércio, pelo acreditado Conservatório de Música, e por essa maravilhosa Biblioteca, portentosa instituição que faz honra à civilização da cidade, e ao zêlo dos seus filhos pela cultura do espírito e da inteligência.

Meus senhores.

Sinto que é tempo de concluir esta minha oração. Desejo, porém, para terminar, render preito e homenagem à memória dos filhos desta linda cidade do Rio Grande, "que por suas obras e feitos valorosos, se vão da lei da morte libertando", e constituem valioso patrimônio, de inteligência, de patriotismo e de bravura para êste rincão do nosso amado Rio Grande do Sul.

Que seja suficiente recordar, entre outros, o notável Apolinário Pôrto Alegre, mestre de muitas gerações, em cujo colégio formei o meu espírito, e comecei a amar a República e a Democracia. Também, cumpre não esquecer Bernardo Taveira e Delfina da Cunha; aquele, competente e dedicado educador da mocidade, e esta, a grande poetisa cega, que logrou conquistar a estima de D. Pedro 2.º, e foi por êle amparada e protegida.

Êsses, são os filhos desta terra, ilustre pelos primores da inteligência. Recordemos ainda, e com grande veneração, os nomes dos bravos João Antônio da Silveira e Antônio de Souza Neto, que no decênio farroupilha verteram seu sangue e dedicaram tôdas as energias físicas e morais ao serviço da República de Piratini.

Haverá quem ignore êsses nomes, e não lhes conheça as vidas e as obras que os celebrizaram?

Meus senhores.

Ao declarar inaugurado o 2.º Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense, em comemoração do 2.º Centenário da fundação do Presídio do Rio Grande, e da linda cidade em que hoje nos encontramos reunidos, peço-vos a todos:

De pé, em homenagem ao Brigadeiro José da Silva Pais, e aos seus bravos comandados, pioneiros da incorporação desta terra à civilização brasileira e lusitana em 1737.

De pé, em homenagem aos nossos antepassados, povoadores dêste belo recanto do Rio Grande, que contribuíram com o seu trabalho para o progresso e desenvolvimento da obra iniciada pelo Brigadeiro Silva Pais.

De pé, em louvor da geração presente, que trabalha, labuta e se esforça em melhorar a obra dos antepassados, para transmiti-la a seus filhos, mais rica, mais civilizada, e mais valiosa, no concerto da civilização do Rio Grande do Sul e do Brasil.

E brademos todos, ungidos do mais puro e santo patriotismo:

Viva a cidade do Rio Grande

Viva o Rio Grande do Sul

Viva o nosso grande, rico e generoso Brasil, a Pátria nossa, muito amada.

Disse.”

* * *

Nessa mesma sessão de instalação, foi apresentada à mesa, pelo dr. Leonardo Macedônia, a indicação abaixo, referente a efeméride que, nessa mesma noite, comemorava o Instituto histórico e Geográfico Brasileiro: o 25.º aniversário da posse e exercício do Conde de Afonso Celso na presidência daquele nosso irmão maior:

“INDICAÇÃO

A data de hoje assinala a passagem do 25.º aniversário da posse e exercício do Conde Afonso Celso na cadeira de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a benemérita associação que tanto honra a cultura e o patriotismo brasileiro.

Esse quarto de século tem sido preenchido pelo Conde Afonso Celso com extraordinários serviços prestados ao venerando Instituto, como é de conhecimento de todo o Brasil.

Por esse motivo, indico que o 2.º Congresso consinta em que seja inserto na ata da sessão inaugural um voto de louvor e de reconhecimento ao eminente patriota que é o Conde Afonso Celso, pelo brilho da sua atuação na Presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e pelos inestimáveis serviços prestados à cultura brasileira naquele altíssimo posto, que ele tem sabido dignificar, honrando a tradição de seus antecessores, Sapucaí, Olegário e Rio Branco.

Rio Grande, 19 de fevereiro de 1937.

Leonardo Macedônia”

Unânime e colorosamente aprovada a indicação, foram, no mesmo instante, passados os dois telegramas seguintes:

“Conde Afonso Celso, Presidente Instituto Histórico. Edifício Silogeu. Praia Lapa, 4. Rio de Janeiro.

Instituto Histórico Geográfico Rio Grande Sul, por sua diretoria aqui presente para instalar 2.º Congresso História Geografia Sul Rio-Grandense, comemorativo segundo centenário fundação cidade Rio Grande, saúda máxima efusão benemérito Presidente pelo quarto de século escoado suprema direção brilhante Instituto, veneranda associação cuja existência tanto exalta patriotismo brasileiro. Respeitosas saudações.

Leonardo Macedônia, Presidente.

Eduardo Duarte, Secretário perpétuo.”

“Instituto Histórico. Edifício Silogeu. Praia Lapa, 4. Rio de Janeiro.

Segundo Congresso História Geografia Sul Rio-Grandense, hoje instalado sob auspícios Instituto Histórico Rio Grande Sul, comemoração segundo centenário fundação cidade Rio Grande, acolheu por aclamação indicação mandando inserir ata um voto louvor pessoa venerando Conde Afonso Celso, glória nacional, pela dilatada permanência 25 anos a frente destinos glorioso Instituto Histórico, cuja obra benemérita tanto envaidece patriotismo brasileiro.

Leonardo Macedônia, Presidente.

Eduardo Duarte, Secretário.”

* * *

Antes de encerrar-se a solene sessão de instalação, pediu a palavra o ilustre e digno Prefeito do Rio Grande, dr. Antônio Rocha Meireles Leite, a cuja atividade e cultura se deveram, precipuamente, as grandes festividades do bi-centenário do Rio Grande e a realização do II Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense.

Foi o seguinte o seu discurso:

“Exmo. Sr. Representante de S. Exa. o Sr. General Governador do Estado.

Exmas. Autoridades Cívís, Militares, Ecclesiasticas e Consulares.

Exmas. Senhoras
Senhores.

Sr. Presidente e Srs. Membros do 2.º Congresso de História e Geografia:

A cidade, pela minha palavra, apresenta-vos as suas boas vindas.

O Rio Grande, tomando a iniciativa da celebração do glorioso evento histórico do bi-centenário da fundação da cidade, desejou, como parte integrante, que se desvanecesse de ser, do Rio Grande do Sul, como parte componente, que se orgulha de ser, do Brasil, fazê-lo menos pela alta significação local do feito memorável do benemérito Brigadeiro José da Silva Pais, do que pela expressão, mais alta ainda, mais belo e eloquente, que esse cometimento representou para o Estado, e para a Nação. Para aquele, marcando as origens da sua organização administrativa, os fundamentos da sua vida social e política. Para este, a fixação das suas extremas fronteiras meridionais, dilatadas e enriquecidas com o território do Rio Grande de S. Pedro, tesouro maravilhoso de inesgotáveis riquezas naturais, de inexauríveis virtudes morais e qualidades espirituais.

Os esforços para tanto despendidos, senão estivessem naturalmente compensados pela íntima alegria da consciência cívica do dever cumprido, encontrariam alentada compensação no testemunho que lhe trazem o benemérito Governo do Estado, pelas reiteradas e expressivas manifestações de sua solidariedade, e o colendo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da perfeita compreensão dos homens de inteligência e de ação, de cultura e de esforço, dos sentimen-

tos de fraternidade estadual e de ufania nacional que animam, nesta hora, os riograndinos.

A cidade não quis apenas consagrar nas suas hossanas, hoje, e firmar a iniciativa de perpetuá-la no bronze, amanhã, a figura de José da Silva Pais, para libertar da morte aquele que lhe deu a vida, senão sagrar e imortalizar êsse nome refletido na grandeza imensa da sua obra de criação do Rio Grande do Sul, de ampliação do Brasil. E não poderia fazê-lo sem o vosso testemunho, porque sois vós, mestres da nossa história, os depoentes idôneos dos nossos dias idos e vividos, porque sois vós, professores do nosso passado, pre-gadores das nossas tradições, a suprema autoridade para sentir, dizer e propagar o acêrto do nosso gesto.

Abrís, aquí, os vossos magnos trabalhos, e amanhã, ao encerrá-los, através de um labor profícuo e brilhante, cristalizado numa série grande e eloqüente de teses, tereis oferecido a coevos e pósteros a prova real da boa inspiração que levou a cidade do Rio Grande a reclamar para a data histórica de 19 de fevereiro, o direito de um culto cívico que se não limitasse às lindes estreitas da zona urbana em que no decorrer de dois séculos se transformou o forte de Jesús Maria José, mas, sim, que tivesse por espaço todo o território cuja brasilidade aquela fundação definiu e garantiu, para sempre.

Srs. Membros do Congresso de História e Geografia: a cidade agradece o formoso e opulente florão de inteligência com que viestes coroar as comemorações do bi-centenário da conquista imortal do imortal Silva Pais, inundando-a nas luzes do vosso saber e do vosso civismo.”

* * *

AS SESSÕES PLENÁRIAS — AS TESES APRESENTADAS

As sessões plenárias, em número de três, tiveram lugar na magnífica sala da Congregação do Ginásio Lemos Júnior, instituição educacional que muito honra a cidade de Silva Pais

Nessas sessões, concorridíssimas sempre, — foram discutidos os pareceres das 35 teses apresentadas, decorrendo to-

dos os trabalhos num ambiente simpático de entusiasmo e camaradagem.

Foram as seguintes, com a respectiva comissão de estudos especialmente nomeada para dar o parecer:

SECÇÃO I:

- 1 — Pe. Balduino Rambo, S. J. “A estrutura da Serra nas bacias do Caf e do Rio dos Sinos”
Comissão: Irmão Teodoro, relator; Dr. Eduardo Duarte, dr. Dante de Laytano.
- 2 — Abeillard Barreto — “As primeiras investigações científicas no Rio Grande do Sul”
Comissão: Dr. Dante de Laytano, relator; dr. Leonardo do Macedônia, dr. Eduardo Duarte.
- 3 — Rúbio Brasiliano — “Terra do Gaúcho”
Comissão: Dr. Fernando Osório, relator; dr. Leonardo Macedônia, tenente De Paranhos Antunes

SECÇÃO II:

- 4 — De Paranhos Antunes — “As bulas e os tratados de limites”
Comissão: Abeillard Barreto, relator; Prof. Walter Spalding, dr. Eduardo Duarte.
- 5 — Carlos E. Grez Pérez — “El Rio Grande do Sul en la Mapoteca”
Comissão: Cel. E. F. de Souza Doca, relator, prof. Walter Spalding, dr. Darcí Azambuja.
- 6 — Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. — “A Família Guaraní cristianizada”
Comissão: Rúbio Brasiliano, relator; Abeillard Barreto, Edgar Fontoura.

SECÇÃO III:

- 7 — Manoel E. Fernandes Bastos — “A estrada da Laguna ao Rio Grande”

- Comissão: Cel. João Maia, relator; Cel. M. Faria Correa, dr. Eduardo Duarte.
- 8 — Henrique Arana — “Expedición de don Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de la Plata”
Comissão: Cel. Jônatas da Costa Rêgo Monteiro, relator; Cel. Aurélio Pôrto, Gal. João Borges Fortes.
- 9 — Fernando Luiz Osório — “A epopéia dos fronteiros perante o direito internacional”
Comissão: Dr. Leonardo Macedônia, relator; dr. Dante de Laytano, dr. Eduardo Duarte.
- 10 — Buenaventura Caviglia — “Justificación in extenso de algunas noticias sobre el marechal Jacques Funck”
Comissão: Tte. De Paranhos Antunes, relator; prof. Walter Spalding, dr. Dante de Laytano.
- 11 — Fernando Luiz Osório — “O rincão de Pelotas”
Comissão: Rúbio Brasileiro, relator; dr. Eduardo Duarte, dr. Dante de Laytano.
- 12 — João Borges Fortes — “Trapeiros”
Comissão: Dr. Félix Contreiras Rodrigues, relator; Abeillard Barreto, Rúbio Brasileiro.
- 13 — Edgar Fontoura — “O Rio Grande de São Pedro na visão de José da Silva Pais”
Comissão: Dr. Eduardo Duarte, relator; dr. Dante de Laytano, prof. Walter Spalding.
- 14 — J. C. Rêgo Monteiro — “A formação do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro”
Comissão: Prof. Walter Spalding, relator; dr. Otelo Rosa; Tte. De Paranhos Antunes.
- 15 — Walter Spalding — “A revolta dos Dragões do Rio Grande”
Comissão: Mancelito de Ornelas, relator; dr. Félix Contreiras Rodrigues, prof. A. G. Lima.
- 16 — Fernando Luiz Osório — “A formação dos Dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande”
Comissão: Dr. Dante de Laytano, relator; dr. Leonardo Macedônia, dr. Eduardo Duarte.

- 17 — João Borges Fortes — “Fundação do Rio Grande”
Comissão: Dr. Manoel Duarte, relator; dr. Otelo Rosa; dr. Eduardo Duarte.
- 18 — J. C. Rêgo Monteiro — “Fortificações do canal e cidade do Rio Grande”.
Comissão: Te. Henrique O. Wiederspahn, relator; dr. Félix Contreiras Rodrigues, dr. Otelo Rosa.
- 19 — Walter Spalding — “O Forte de Santa Tecla”
Comissão: Cel. M. Faria Corrêa, relator; dr. Eduardo Duarte, dr. Dante de Laytano.
- 20 — Fernando Luiz Osório — “A trincheira de Castilhos (O forte de Santa Teresa)”
Comissão: Edgar Fontoura, relator; dr. Leonardo Macedônia, dr. Eduardo Duarte.
- 21 — Buenaventura Caviglia — “La devoción de Gomes Freire de Andrade a Santa Teresa en Jubilos da America”
Comissão: Te. De Paranhos Antunes, relator; prof. Jorge Bahlis, prof. J. Tupí Caldas.
- 22 — De Paranhos Antunes — “Primeiros núcleos de povoamento do Rio Grande do Sul (Origens do municipalismo)”.
Comissão: Dr. Dante de Laytano, relator; cel. Gaston Hasslocher Mazon, dr. Eduardo Duarte.

SECÇÃO IV:

- 23 — Fernando Luiz Osório — “Na guerra guaranítica”
Comissão: Te. De Paranhos Antunes, relator; dr. Eduardo Duarte, prof. Walter Spalding.
- 24 — Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. — “As primitivas reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul (1626-1638)”.
Comissão: Te. De Paranhos Antunes, relator; prof. Walter Spalding, dr. Dante de Laytano.
- 25 — Olinto Sanmartin — “A Bandeira de Aracambí”
Comissão: Dr. Dante de Laytano, relator; cel. João Maia, Gaston Hasslocher Mazon.

- 26 — Henrique Oscar Wiederspahn — “Os Lagunistas e Silva Pais”

Comissão: Gal. João Borges Fortes, relator; Rúbio Brasileiro, Edgar Fontoura.

SECÇÃO V:

- 27 — Jorge Salis Goulart — “Aspectos da formação rio-grandense” (Transcrição e comentários de d. Walkiria Neves de Salis Goulart)

Comissão: Dr. Félix Contreiras Rodrigues, relator; dr. Dante de Laytano, dr. Eduardo Duarte.

- 28 — Margarida Pardelhas — “O Povo Rio-grandense” (Memória)

Comissão: Prof. A. G. Lima, relator; prof. Walter Spalding, dr. Dante de Laytano.

SECÇÃO VI:

- 29 — Irmão Teodoro — “A vegetação do atual Estado do Rio Grande do Sul no século XVIII”.

Comissão: Dr. Manoel Duarte, relator; cel. João Maia, prof. A. G. Lima.

SECÇÃO VII:

- 30 — Edgar Fontoura — “Escôrço biográfico de José da Silva Pais”

Comissão: Dr. Leonardo Macedônia, relator; dr. Fernando Luiz Osório, dr. Eduardo Duarte.

- 31 — Florêncio de Abreu — “O governo de José Marcelino de Figueiredo no continente de São Pedro, 1769-1780”.

Comissão: Dr. Leonardo Macedônia, relator; te. De Paranhos Antunes, dr. Eduardo Duarte.

- 32 — Fernando Luiz Osório — “O professor Tomaz Luiz Osório Filho, pioneiro da instrução no Rio Grande do Sul”.

Comissão: Prof. Walter Spalding, relator; dr. Leonardo Macedônia, dr. Eduardo Duarte.

AVULSAS:

- 33 — Dante de Laytano — “Vocabulário dos pescadores do Rio Grande do Sul”.

Comissão: Edgar Fontoura, relator; Abeillard Barreto, Rúbio Brasileiro.

- 34 — Pe. Pedro Canísio, S. J. — “A Flora Medicinal no herbário do Ginásio Anchieta”.

Comissão: Dr. Eduardo Duarte, relator; prof. A. G. Lima; prof. Walter Spalding.

- 35 — Mons. Silvano de Souza — “Concurso das Congregações religiosas para a formação cultural do povo rio-grandense”.

Comissão: Prof. Walter Spalding, relator; dr. Eduardo Duarte, te. De Paranhos Antunes.

* * *

A SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Teve lugar a sessão de encerramento na noite de 24 de fevereiro, no esplêndido salão do Rádio Teatro.

Abriu-a o dr. Leonardo Macedônia, presidente, dizendo de sua finalidade. Deu, em seguida, a palavra ao sr. tenente De Paranhos Antunes que leu, designado, como fôra, para fazê-lo, o **relatório do Congresso**, que a seguir transcrevemos:

“Ilmo. e Exmo. Dr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Designado por V. Ex. para organizar um relatório das atividades de nosso Instituto no 2.º Congresso de História, instalado nesta progressista cidade de Rio Grande, cabe-me dar-lhe, em ligeiras notas, o resultado do que registei.

Embarcados em Pôrto Alegre, a 16 do corrente, V. Ex., o Dr. Secretário Perpétuo, o prof. Walter Spalding, o Dr. Dante de Laytano e o autor destas linhas, aqui desembarcamos na manhã de 18, recebidos fidalgamente pelas autoridades locais, confrades e população em geral.

Às 20 horas do dia 19 era instalado solenemente o 2.º Congresso de História, sob a presidência de V. Ex., ocupando os lugares de honra à mesa os Srs. Dr. Henrique Pereira Neto, digno secretário das Obras Públicas e representante de S. Ex. o Sr. Gal. Governador do Estado; Dr. Antônio Rocha Meireles Leite, ilustrado prefeito dêste município; Dr. Aluízio Vaz Dias, presidente da Comissão de festejos do bi-centenário do Rio Grande; Major Oscar Apocalipse, Cmt. do 1.º 9.º R. I. e representante de Sua Ex. o Sr. Gal. Cmt. da 3.ª Região Militar; 1.º Ten. Coriolano de Oliveira, representante de S. Ex. o Sr. Capitão do Pôrto; Rev. Padre Eurico de Melo Magalhães, vigário da Paróquia; Dr. Dante de Laytano, representante de S. Ex. o Sr. Dr. Secretário da Agricultura do Estado; Prof. Walter Spalding, representante de S. Ex. o Sr. Prefeito da Capital; Dr. Dario de Bitencourt, representante de S. Ex. Presidente da Academia Rio-Grandense de Letras; Cap. Dormelindo de Oliveira, representante da Cia. de Guardas da Brigada Militar e os srs. Congressistas.

Depois da leitura das efemérides do dia, procedida pelo nosso Secretario Perpétuo, teve o Congresso ocasião de prestar significativa homenagem à figura veneranda do Sr. Conde de Afonso Celso, graças a uma indicação apresentada por V. Ex., Sr. Presidente, no sentido de que o Congresso se associasse às homenagens que no mesmo dia e à mesma hora estaria recebendo, no Instituto Histórico Brasileiro, o grande e ilustre cidadão, nas comemorações pela passagem do 25.º aniversário de sua Presidência no citado Instituto, moção esta que foi aprovada unânimemente pelos Srs. Congressistas.

A seguir passou S. Ex. o Sr. Secretario Perpétuo a fazer a leitura das teses apresentadas ao Congresso, declinando os nomes dos respectivos autores, e dos relatores e vogais nomeados, constatando-se a soma apreciável de 35 trabalhos sôbre a mesa.

Foram lidas, também, as credenciais de várias representações que muito honraram êste Congresso, bem como

os nomes das brilhantes figuras e associações literárias que aderiram ao mesmo, e são as seguintes:

Sr. Marcelino C. Perez, Cel. Francisco de Paula Cidade, Instituto Geográfico e Histórico da Baía, Sr. Alberto Ferreira Rodrigues, Centro de Estudos Históricos do Rio de Janeiro, Com. Thiers Fleming, Pe. Eurico de Melo Magalhães, Sociedade Sul-Riograndense do Rio de Janeiro, Sr. Josino dos Santos Lima, Dr. Tobias Monteiro, Dr. Alcides Bezerra, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Centro Gaúcho de São Paulo, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Dr. Renato Costa, Dr. Oscar da Cunha Correa, Gal. Francisco José Pinto, Dr. Eugênio Lucas Gafrée e Sr. Alvaro Alberto Cuello.

Tiveram os Srs. Congressistas e o numeroso e seletto auditório presentes à magna sessão, o prazer de ouvir, nesta noite histórica, dois admiráveis discursos, pelo fundo e pela forma, pronunciados, um por V. Ex. dizendo dos fins do Congresso e rememorando o feito marcante de Silva Pais, quando a 19 de fevereiro de 1737 chantara nesta terra o glorioso pendão português; e o outro por S. Ex. o Sr. Dr. Meireles Leite, digno e operoso edil rio-grandino, dando as boas vindas da cidade ao nosso Instituto e aos membros do Congresso, com palavras que muito nos sensibilizaram.

Tais foram, Sr. Presidente, as ocorrências dessa memorável noite de 19 de fevereiro de 1937.

No dia 21, realizamos a nossa primeira sessão plenária, durante a qual foram lidos e debatidos 12 pareceres, sendo votados 11, por ter sido adiada a votação do referente à tese do dr. Enrique Arana, requerida pelo Dr. Fernando Osório, que pediu vistas da citada tese e parecer. Varios foram os pareceres que mereceram brilhantes discussões em plenário, tendo ainda o Congresso, de acôrdo com o parecer do Dr. Eduardo Duarte, aprovado um voto de louvor à brilhante tese do sr. Edgar Fontoura, sôbre "O Rio Grande de S. Pedro na Visão de Silva Pais".

Prosseguindo com os nossos trabalhos a 22 do corrente foram aprovados mais 12 pareceres, tendo havido elegan-

te discussão em torno de algumas teses como consta da ata respectiva. V. Ex. houve por bem, Sr. Presidente, declarar aos presentes, antes do encerramento da sessão, a excelente impressão causada pela visita a alguns estabelecimentos da cidade e entre eles a Casa de Caridade, dizendo também do júbilo patriótico do Instituto com relação ao monumento que se ia inaugurar em homenagem ao Obreiro Desconhecido, perpetuando-se dessa forma a memória dos humildes pioneiros do progresso de uma terra.

Na noite de 23 realizamos a nossa última sessão plenária, sendo aprovadas as 12 teses restantes, merecendo um voto de louvor a tese da autoria do sr. Abeillard Barreto, proposto pelo Dr. Dante de Laytano, relator da mesma, voto este que foi aprovado unânimemente. O nosso distinto e ilustrado confrade, Sr. Walter Spalding, fêz brilhante alocação explicativa às razões de seu parecer referente à tese de mons. Silvano de Souza, alocação esta que mereceu o melhor acolhimento entre os Snrs. Congressistas, ficando a mesma registrada em ata.

Antes de encerrar a nossa última sessão plenária, falou V. Ex. do considerável trabalho do Congresso e do valor que representavam as 35 teses discutidas e aprovadas em plenário, convidando os presentes para a sessão solene de encerramento que estamos realizando neste momento, e agradecendo a presença das Exmas. Snras. e Senhoritas e dos Snrs. presentes à sessão, agradecimentos que foram estendidos à direção do Ginásio Municipal Lemos Júnior, com votos pelo crescente progresso dessa benemérita Casa de Ensino.

Eis, Sr. Presidente, as impressões que quis dar a V. Ex. neste ligeiro relatório das nossas atividades neste Congresso, no momento em que encerramos solenemente os nossos trabalhos, dos quais estou certo, sempre nos lembraremos na saudade destes dias de tanta vibração e entusiasmo."

Seguindo-se à leitura do relatório o sr. Presidente pediu fôsseem lidas pelo sr. Secretário Perpétuo, dr. Eduardo Duarte, as **indicações e moções** que se achavam sôbre a mesa.

Todas estas indicações e moções foram unânimemente aprovadas, com entusiásticas salvas de palmas.

INDICAÇÕES E MOÇÕES

“INDICAÇÃO

Considerando os serviços valiosíssimos, extensos e intensos, que, por longos anos, com trabalho exaustivo, prestou o Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues às letras históricas do Rio Grande do Sul, já criando e dirigindo, com zelo e capacidade tais que dêle fizeram uma das publicações mais idôneas e autorizadas do país, nesse gênero, o **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul (1889-1917)**, já nêle reunindo, numa vida inteira de esforços esgotantes, preciosíssimos documentos atinentes, sob todos os aspectos, a história sul-rio-grandense, já nêle estampando os retratos de vários dos vultos assinalados dessa mesma história, que eram os únicos existentes, e se reproduzem, hoje, em muitas coleções e ilustram muitas obras, e já publicando nesse mesmo **Almanaque** diversos trabalhos próprios;

Considerando a alta valia dêsses trabalhos do Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues, já aqueles sôbre a Revolução Farroupilha, já aqueles sôbre os primórdios da vida sul-rio-grandense, e que constituíram depois os **Estatutos Históricos sôbre o Rio Grande do Sul** (edição de 1897), além de outros, e, mais, que êsses trabalhos foram dos primeiros no Rio Grande do Sul visando o estudo da nossa história com a amplitude e a minúcia que ela é de mister, e, finalmente,

Considerando que o Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues, embora afastado, como hoje se encontra, das atividades da pena, é e sempre será, em seus trabalhos, uma das nossas mais autorizadas fontes de consulta, e entre os velhos mes-

tres de história do Rio Grande do Sul é o único filho do Município do Rio Grande, cujo bi-centenário tem uma das suas mais altas e úteis memorações e homenagens no 2.º Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense,

Propomos ao mesmo a aprovação, de pé, e com uma salva de palmas, de um voto de congratulações com aquele ilustre compatriótico pela passagem do bi-centenário da fundação do Rio Grande do Sul, e que esta resolução lhe seja comunicada por telegrama.

Edgar Fontoura
Pe. Eurico de Melo Magalhães
Rúbio Brasiliano
Abellard Barreto.”

* * *

“MOÇÃO

O II Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, instalado na cidade do Rio Grande em Comemoração do bi-centenário da fundação da referida cidade, por sua mesa, solicita dos dignos Congressistas um voto de louvor, congratulações e agradecimento ao digno e nobre sr. dr. Antônio Rocha MeirelesLeite, Prefeito da Comuna Rio-grandina, pela brilhante atuação do emérito cidadão que dirige os destinos do município, pela grandiosidade e imponência que deu às festas bi-centenárias, pelo apôio integral que deu a este II Congresso de História e Geografia e pelo cavalheirismo com que recebeu e acompanhou os nossos companheiros.

Outrossim queremos, também, apresentar, nesta mesma moção, um voto de louvor e congratulações à egrégia Comissão de festas do bi-centenário da fundação da cidade, personificada no distinto e cavalheiresco presidente da mesma, dr. Aluizio Vaz Dias.

Cremos ser dispensável qualquer justificativa a esta nossa moção, visto ser do domínio público a benemerência

tanto do ilustre dr. Prefeito Municipal, como da distintíssima Comissão de festejos do bi-centenário.

Sala das sessões, 24 de fevereiro de 1937.

Walter Spalding”

A' Moção acima foi feito, pelo dr. Eduardo Duarte, um adendo explicativo no qual, em brilhante improviso, o ilustre Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, historiou, resumidamente, a impressão que lhe causara a vida dinâmica do digno Prefeito Municipal do Rio Grande e da distinta e não menos dinâmica comissão de festejos, chefiada pela inteligência moça do dr. Aluízio Vaz Dias.

* * *

“MOÇÃO

Considerando os valiosos serviços prestados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul às letras históricas do nosso Estado, da Nação e mesmo do Continente;

Considerando que êsses relevantes serviços acabam de ser opulentados com a realização do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, comemorativo do Bi-Centenário do Rio Grande do Sul;

Considerando o valor e o brilho dessa iniciativa dêsse ilustre Sodalício que, realizada, marcou de forma imorredoura a ampla significação histórica do evento comemorado, prestando, também, inestimável serviço à cultura de nossa Cidade.

Propomos ao plenário uma moção de aplauso e agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Rúbio Brasiliano

Pe. Eurico de Melo Magalhães

Edgar Fontoura

Abeillard Barreto.”

Dando a palavra a quem dela quisesse fazer uso, pediram-na os srs.: dr. Dante de Laytano que apresentou bela moção de agradecimento ao dr. Fernando Luiz Osório por ter dedicado seu último livro **Sangue e alma do Rio Grande** ao II Congresso de História e Geografia Sul-Rio-grandense;

Tenente De Paranhos Antunes, moção de aplauso e congratulações aos três grandes historiadores moços do Rio Grande: srs. Edgar Fontoura, Abeillard Barreto e Rúbio Brasileiro;

Pe. Eurico de Melo Magalhães, moção de agradecimento e aplauso à comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul ali presente: dr. Leonardo Macedônia, dr. Eduardo Duarte, dr. Dante de Laytano, tenente De Paranhos Antunes e prof. Walter Spalding;

Dr. Fernando Luiz Osório, congratulando-se com os presentes e com a cidade do Rio Grande pela grandiosidade do Congresso, em seu nome e no do Rotary Clube de Pelotas, e agradecendo a moção do dr. Dante de Laytano.

Ninguém mais querendo fazer uso da palavra o sr. Presidente, dr. Leonardo Macedônia Franco e Souza leu o seguinte brilhante

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO II CONGRESSO

“Meus senhores.

Chegamos hoje ao termo dos nossos trabalhos, com o encerramento do 2.º Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense, aqui instalado em 19 de fevereiro de 1937.

Distinguidos com o amável convite, que muito nos penhorou, para participarmos da Comemoração do 2.º Centenário da fundação desta bela cidade do Rio Grande, aqui viemos, nós os do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, assistir as grandiosas solenidades e festas com que foi celebrado o feito do Brigadeiro José da Silva Pais, o glorioso fundador do Presídio Militar, e desta bela cidade do Rio Grande.

Somos componentes de um sodalício que se ocupa com o estudo da História e Geografia do nosso amado Rio Grande do Sul.

Assim, era natural que aqui chegássemos, trazendo conosco, para as comemorações aqui organizadas, a única contribuição que nos era dado oferecer, e que fôsse o reflexo dos estudos e trabalhos dos nossos associados, e de todos os varões estudiosos, que se interessam pela obra cultural, que constitue o programa do Instituto.

Com êsse propósito organizamos o 2.º Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense, aqui instalado em 19, e que hoje vai ser encerrado. Essa é a unica contribuição que nos é dado prestar às comemorações do bi-Centenário da fundação desta linda cidade.

E estamos contentes, com a iniciativa tomada em setembro de 1936, convocando o Congresso, e satisfeitos com os resultados alcançados nesta demonstração de bons estudos realizados, e dados a lume por incansáveis cultores da nossa História e Geografia.

Na verdade, em 1935 reunimos na Capital do Estado um 1.º Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, em comemoração do 1.º Centenário da Revolução Farroupilha.

Êsse Congresso constituiu um notável acontecimento, e proporcionou a todo o Estado o conhecimento de fatos da Grande Revolução, e de fatos interessantes à vida e ao progresso do Rio Grande do Sul, em todos os departamentos da atividade de seus filhos. Os anais do Congresso, em 3 bellos volumes, perpetuarão as Memórias e as Teses firmadas pelos estudiosos que acudiram ao nosso apêlo.

Agora, em fevereiro de 1937, para comemorar o 2.º Centenário da fundação desta linda cidade, realizamos êste 2.º Congresso de História e de Geografia do nosso Estado.

O successo agora alcançado em nada é inferior ao do 1.º Congresso.

Efetivamente. O programa do Congresso indicava teses sôbre o território, sôbre a ocupação do litoral, e do interior, sôbre o povo, sôbre o Govêrno independente, e sôbre

as Figuras de Maior atuação na vida do Rio Grande do Sul, desde os seus primórdios até 1809.

Divulgado o programa, em setembro de 1936, e a despeito da escassez do tempo, limitado a 4 meses, vieram às nossas mãos 35 Teses e Memórias, sobre os assuntos constantes do nosso programa, tôdas elas muito interessantes, e dignas de figurarem nos Anais dêste Congresso.

Mereceram especial atenção da Mesa, e das respectivas Comissões incumbidas de formular parecer sobre o valor das contribuições, as Teses e Memórias firmadas pelo General Borges Fortes, sobre as fortificações do canal e da cidade do Rio Grande, pelo professor Spalding, sobre o Forte de Santa Tecla, e pelo Tenente Paranhos Antunes, sobre os primeiros núcleos de povoamento, e as origens do Municipalismo, e sobre as Bulas e os Tratados de Limites.

Além desta bela contribuição sobre Teses atinentes à integração do Território, e ocupação do Litoral, foram recebidas com muito agrado as produções de Monsenhor Silvano de Souza, e do Padre Luiz Conzaga Jaeger, sobre o Concurso das Congregações religiosas na formação cultural do povo rio-grandense, e sobre as primitivas Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul.

Com especial agrado foi recebida a Tese desenvolvida pela professora D. Margarida Pardelhas, sobre o "Povo Rio-Grandense", com os seus componentes, o indígena, o elemento branco, e o negro.

Vênia nos seja dada para uma referência muito especial ao magnífico estudo do nosso eminente confrade, Desembargador Florêncio de Abreu, sobre o Governo de José Marcelino de Figueiredo. E' uma obra de Justiça, e de reparação, devida ao benemérito fundador de Pôrto Alegre, povoador do Continente, e construtor da civilização que para logo se desenvolveu na cidade por êle plantada à margem do Guaíba.

Êsses, e os outros trabalhos apresentados ao Congresso, formam um belo conjunto de Teses e de Memórias, que versam todos os assuntos indicados no Programa divulgado em setembro de 1936, e constituem o magnífico material

dos Anais que divulgarão a obra dêste Congresso, em breve prazo, para regalo dos estudiosos da nossa História e Geografia, para orgulho da nossa gente, e para perpetuação da benemerência dos nossos confrades, autores e signatários de tão interessantes estudos sôbre a nossa terra e a nossa gente.

“Meus senhores.

Deveis estar satisfeitos com o êxito e o brilho das comemorações que hoje vão ser encerradas, em louvor do 2.^o centenário da fundação da vossa cidade.

Demonstrastes, na verdade, ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, que os dois séculos transcorridos desde o dia em que Silva Pais transpôs a Barra, ancorou os seus navios em águas tranqüilas e seguras do canal que conduzia ao saco da Mangueira, e lançou os alicerces da fortificação que era o Presídio Militar, e da edificação da povoação que se transformou nesta cidade, foram duas centúrias bem aproveitadas pela população aquí radicada.

Houve progresso material, em suas formas as mais variadas. O povo e a pública administração tem colaborado nesse sentido, com ótimos resultados.

Houve progresso intelectual e artístico, atestado pelas instituições incumbidas de disseminar a instrução por tôdas as camadas da população, e pela criação e desenvolvimento de notável Biblioteca, que serve de orgulho a todos os habitantes da cidade.

Houve também, e isto deve ser assinalado de modo muito especial, a formação, a conservação e o desenvolvimento de um núcleo de população, cristã, virtuosa e moralizada, obediente às leis e às autoridades, amante do torrão natal, sem olvidar, todavia, o amor por todos consagrado ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

Por todos êsses títulos, que são traços marcantes da vossa personalidade, honra vos seja dada, a todos vós, habitantes desta bela cidade do Rio Grande.

Satisfeitos com a obra realizada, e confiantes na continuidade do vosso labor, e dos vossos bons propósitos, de

progresso moral e material, de evolução intelectual e artística, deveis estar seguros de poder promover o desenvolvimento da cidade, que os vossos descendentes terão orgulho de habitar, e de contemplar, porque ela refletirá o resultado do vosso esforço e do vosso labor inteligente e patriótico.

E o Rio Grande do Sul, que observa com vivo interesse e grande simpatia toda essa obra de patriotismo aqui realizada, abençoará o vosso esforço, e recomendará o vosso nome à gratidão das gerações então aqui presentes, da mesma forma que nós louvamos hoje a obra das gerações desaparecidas, mas aqui presentes, em nosso afeto e gratidão, pelo muito que fizeram por este lindo recanto do nosso grandioso Brasil.

Meus senhores.

Agora, e antes de encerrar os trabalhos deste 2.º Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense, nós os do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul desejamos exprimir a nossa gratidão e reconhecimento, e cumprimos também o dever de manifestar o nosso respeitoso apreço:

Ao Snr. Prefeito Municipal, pelo generoso agasalho dispensado ao Congresso, que certamente não se teria reunido, e não poderia perpetuar a sua contribuição nas festas do 2.º centenário da fundação da cidade, com a publicação dos Anais, que em breve virão a lume, se não estivéssemos certos do apoio prestado ao Instituto para este alevantado cometimento.

Aos habitantes desta bela cidade do Rio Grande, e à ilustrada imprensa local, pelo carinho com que nos receberam, e obsequiaram durante o tempo em que aqui permanecemos.

Guardaremos nós os do Instituto perene recordação de todos esses obsequios e atenções, que bem exprimem os sentimentos deste nobre povo da cidade do Rio Grande para com os seus irmãos de outras terras do nosso Estado, e do Brasil.

Vênia, porém, nos seja dada para exprimir de modo muito particular a nossa gratidão às respeitáveis damas e às senhoritas desta cidade, que acudiram a este recinto e vieram assistir os trabalhos do Congresso, que assim adquiriu brilho e relêvo especial, derivado da colaboração feminina, manifestada em graça, beleza e perfeição moral.

Meus senhores.

Que a cidade do Rio Grande continue a progredir e possa comemorar pelo tempo afóra a data de 19 de fevereiro de 1737, da fundação do Presídio Militar, que lhe foi matriz, são os desejos e os votos muitos sinceros e ardentes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

E, agora, frementes de um santo e nobre entusiasmo, orgulhosos de um belo passado de 2 centúrias, e confiantes no futuro que será grandioso, brademos todos

Viva a cidade do Rio Grande.

Disse.”

ALGUMAS NOTAS DA IMPRENSA RIO-GRANDINA SOBRE O II CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

O Congresso de História e Geografia comemorativo do bi-centenário do Rio Grande do Sul

O benemérito Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, com sede em Pôrto Alegre, aí realizou, em setembro de 1935, o seu 1.º Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, em comemoração do primeiro centenário da Revolução Farroupilha, e veio agora realizar no Rio Grande o seu 2.º Congresso da mesma natureza para homenagear, *in-loco*, o bi-centenário da fundação do Presídio do Rio Grande de S. Pedro, origem da nossa cidade e da existência política do Estado.

O Instituto Histórico e Geográfico Rio-grandense é uma das mais notáveis e eficientes corporações do país, no gênero, gozando nos meios culturais do mesmo, e do próprio exterior, do mais alto apreço.

A sua iniciativa diz bem da relevância do acontecimento que o Rio Grande comemora e muito honra ao Rio Grande.

O instituto Histórico e Geográfico, nesta admirável realização científica que é o 2.º Congresso de História e Geografia, está representado pelo seu ilustre presidente dr. prof. Leonardo Macedônia, vice-diretor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul e figura de extraordinário relêvo da vida jurídica do país; pelo seu secretário perpétuo dr. Eduardo Duarte, brilhante cultor das letras históricas, e professor médico dos mais distintos, animador dos estudos sobre a evolução sul-rio-grandense, e mais uma comissão diretora dos trabalhos composta dos membros efetivos do Instituto tenente De Paranhos Antunes, uma das mais destacadas figuras do cenário mental da província, autor de consagradas obras de poesia, pensamento e investigação do passado, membro da Academia Rio Grandense de Letras, tendo escrito, entre outros aplaudidos volumes "Antônio Vicente da Fontoura", "Parque abandonado", "Idéias Heterogêneas e Contraditórias"; professor Walter Spalding, nome de projeção no mundo literário, professor de maior competência, analista original, vigoroso e forte da história, folclore, arquivo e correspondência, com uma bibliografia esplêndida e de mérito real; "Farrapos" (I e II séries), "Á Luz da História", "Os grandes caluniados", "Poesia do Povo", "Seara da Igreja", "Manuscrito Nacional", "Caxias e Bento Manoel", e dr. Dante de Laytano, uma das mais belas inteligências gaúchas, desde o início de sua vida de estudante dedicado às letras, especializando-se como cronista e, mais tarde, já terminados os seus estudos, publicou o seu livro de estréia — Uma mulher e outras fatalidades.

Em Rio Pardo escreveu interessante monografia histórica: Monumentos históricos de Rio Pardo, que lhe deu justo renome de pesquisador. Escreveu, ainda na mesma cidade, Colecionadores de emoções, prestando, com outro trabalho, — Obras completas de Sebastião Xavier Sarmiento Mena, ótimo serviço às letras rio-grandenses, reunindo

e divulgando o grande e magnífico poeta farroupilha, e à história, biografando-o e comentando os belos versos de Sebastião Xavier. Transferido para Pôrto Alegre, adido ao Museu Júlio de Castilhos, o dr. Dante de Laytano dedicou-se, com carinho, à história e à lingüística, produzindo **Os africanismos no dialeto gaúcho** e **História da Revolução (1835-1845)**, que o colocaram entre os maiores vanguardeiros dos estudos de nossas cousas e de nossa gente.

A êsses elementos reüniram-se aquí os srs. drs. Dario de Bittencourt, de Pôrto Alegre, e Fernando Luiz Osório, de Pelotas, brilhantes publicistas e também sócios do Inst. e Hist., os congressistas locais srs. Abeillard Barreto, Rúbio Brasiliano, padre Eurico de Melo Magalhães e Edgar Fontoura.

O Congresso Histórico, como dissemos, foi instalado no edifício do Ginásio Municipal Lemos Júnior, e alí, conforme o programa estabelecido, realizou às 17 horas do dia 19 a sua sessão preparatória, para o recolhimento de poderes, classificação das teses apresentadas e coordenação dos trabalhos em geral.

O ato solene da instalação do Congresso Histórico realizou-se naquele dia, às 21 horas, no Rádio Teatro, e esteve brilhantíssimo.

Este encheu-se, completamente, ficando gente de pé.

Entre os presentes viam-se autoridades, representações professores, escritores, jornalistas, etc.

Vultoso era o número de exmas. famílias, dando ao ambiente nota de alta distinção e encanto.

No palco, à mesa dos trabalhos, tomaram assento os srs. dr. Leonardo Macedônia, que os presidiu, dr. Henrique Pereira Neto, representante de s. Exa. o sr. Governador do Estado, dr. Meireles Leite, representante de s. exa. o sr. Governador de Santa Catarina e Prefeito do Município, capitão João Luiz Faria, vice-presidente, em exercício, da Câmara Municipal, dr. Aluizio Vaz Dias, vice-presidente em exercício da Comissão Central das Comemorações, dr. Paula Cardoso, Sub-Chefe de Polícia, congressistas, representa-

tes da Academia de Letras do R. G. do Sul e da Academia Rio-grandense de Letras, do Prefeito de Pôrto Alegre e do Secretário da Agricultura do Estado.

Aberta a sessão o sr. dr. Eduardo Duarte, secretário do Congresso Histórico, procedeu à leitura da efeméride do dia e do expediente, inclusive relação dos congressistas, das teses e organização das comissões de parecer.

Após o presidente dr. Leonardo Macedônia justificou e propôs ao Congresso um voto de congratulações ao Conde de Afonso Celso, que comemorava, no dia, o seu jubileo na presidência do Inst. Hist. e Geog. do Brasil, sendo lido o expressivo telegrama passado, a propósito, ao homenageado.

O dr. Leonardo Macedônia proferiu, após, o discurso oficial da solenidade, com erudição e elegância fazendo o elogio do acontecimento histórico de 19 de fevereiro de 1737, e tendo, ao terminar, carinhosas palavras de apreço e admiração para com a nossa cidade e a sua administração municipal.

O sr. dr. Meireles Leite apresentou em seguida as boas vindas da cidade aos congressistas, fazendo-o em expressiva oração.

Foram ambos os oradores muito aplaudidos.

(De O Rio Grande, de 22-2-1937).

* * *

O CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

Com raro brilho, o mesmo brilho com que em 19 do corrente, a data memorabilíssima do bi-centenário do Rio Grande do Sul, abriu, solenemente, os seus trabalhos, o mesmo brilho com que depois os desdobrou através das suas sessões plenárias, e cercado do mesmo interêsse e das mesmas simpatias que desde o início lhe testemunhou a sociedade rio-grandina, deu-se ontem, ás 20 horas, no Rádio Teatro, o

encerramento do 2.º Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para assinalar de forma duradoura a passagem daquele glorioso evento, a convite da Comissão Central das Comemorações e por sugestão inicialmente apresentada pela Biblioteca Rio-grandense e posteriormente apoiada também pelo Rotary Clube do Rio Grande.

O Rádio Teatro ficou repleto de exmas. famílias e cavalheiros, vendo-se entre a assistência intelectuais, jornalistas, professores, etc.

O palco foi ocupado pela mesa do 2.º Congresso de História e Geografia, congressistas e altas autoridades.

Aquela era composta dos srs. dr. Leonardo Macedônia, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico e do 2.º Congresso, dr. Eduardo Duarte, Secretário Perpétuo do Instituto e secretário do Congresso, e tenente De Paranhos Antunes, 2.º secretário do conclave de estudo, cultura e erudição.

As autoridades que tomaram parte na mesa foram os srs. comandante Cerqueira e Souza, representante de s. exa. o sr. Presidente da República, dr. Meireles Leite, Prefeito do Município, capitão João Luiz Faria, vice-presidente em exercício, da Câmara Municipal, dr. Paula Cardoso, Sub-Chefe de Polícia, e dr. Aluísio Vaz Dias, vice-presidente, em exercício, da Comissão Central das Comemorações.

Segulam-se os congressistas professor Walter Spalding, dr. Dante de Laytano, dr. Cassius Berlink, dr. Fernando Luiz Osório, padre Eurico de Melo Magalhães, professor Rúbio Brasileiro, Abeillard Barreto e Edgar Fontoura.

Abertos os trabalhos, pelo sr. dr. Leonardo Macedônia, foram, pelo sr. dr. Eduardo Duarte, secretário, lidas as efemérides do dia, sobre a última das quais, assinaladora da fundação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico existente no Rio Grande do Sul, e de que foi primeiro presidente o imortal rio-grandino Conde de Pôrto Alegre, aquele ilustre historiador teceu judiciosos e oportunos comentários.

Após, no expediente, foram lidos um ofício de congratulações pelo êxito da realização do 2.º Congresso enviado pelo

Centro Católico de Professores e Cultura Social e uma proposta de relevante importância para os estudiosos da história apresentada pelo sr. dr. Cassius Berlink.

O sr. tenente De Paranhos Antunes, para tanto designado pelo presidente, leu, em seguida, o relatório dos trabalhos do 2.º Congresso, deixando evidenciados os profícuos esforços do notável conclave, e sendo, ao terminar, muito aplaudido.

Foram, em seguimento, aprovadas as seguintes moções apresentadas por escrito:

De agradecimento à sua obra histórica e de congratulações pela passagem do bi-centenário da fundação do Rio Grande ao ilustre mestre de história rio-grandina sr. Alfredo Ferreira Rodrigues, moção aprovada de pé, com demorada e calorosa salva de palmas, e apresentada pelos congressistas da cidade srs. Edgar Fontoura, padre Eurico de Melo Magalhães Abeillard Barreto e Rúbio Brasileiro.

De agradecimento e congratulações do 2.º Congresso de História e Geografia pela iniciativa e o êxito das festas de homenagem ao bi-centenário do Rio Grande do Sul, ao sr. dr. Meireles Leite, Prefeito, Câmara Municipal e Comissão Central das Comemorações, apresentada pelo congressista pôrto alegreense sr. prof. Walter Spalding, tendo o sr. dr. Eduardo Duarte, verbalmente, feito considerações justificadoras desta moção, exaltando a obra administrativa do sr. dr. Meireles Leite e o progresso material e cultural do Rio Grande.

De agradecimento e aplausos ao benemérito Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pela iniciativa, que teve, da realização do 2.º Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense nesta cidade, para assinalar o bi-centenário, e fecundos resultados do mesmo, apresentada pelos congressistas locais srs. professor Rúbio Brasileiro, Abeillard Barreto, Edgar Fontoura e padre Eurico de Melo Magalhães.

Verbalmente, foram, após, apresentadas e justificadas as seguintes moções, tôdas aprovadas:

Pelo sr. dr. Dante de Laytano, de aplausos à contribuição ao conclave dada pelo sr. dr. Fernando Luiz Osório.

Pelo rev. padre Eurico de Melo Magalhães, em seu nome e nos dos srs. Edgar Fontoura, Abeillard Barreto e Rúbio Brasileiro, de reconhecimento e louvor à mesa que dirigiu os trabalhos do conclave, pela capacidade, serenidade e elegância moral com que o fez, e nominalmente aos srs. presidente dr. Leonardo Macedônia e secretário dr. Eduardo Duarte.

Pelo sr. tenente De Paranhos Antunes, que a justificou numa vibrante oração, de brilho e eloquência arrebatadoras, em seu nome e no dos demais congressistas de Pôrto Alegre, à contribuição levada ao congresso pelos srs. Abeillard Barreto, Edgar Fontoura e Rúbio Brasileiro, e aprovada, conforme requereu, de pé, com palmas.

A assistência acompanhou com entusiasmo o plenário do congresso em tôdas essas homenagens, levantando-se com êle e com êle aplaudindo, vibrantemente, as moções votadas.

A seguir, usaram da palavra o sr. dr. Fernando Luiz Osório, que agradeceu a moção de que fôra alvo, estendendo-se em conceitos justos e formosos sôbre o evento comemorado, e o sr. dr. Leonardo Macedônia, que produziu o discurso de encerramento do 2.º Congresso de História e Geografia, peça serena e brilhante, de apreciação dos resultados da notável reunião, e em que teve palavras de louvor e agradecimento à nossa cidade, à sua administração, à sua imprensa e ao seu povo.

Foram largamente aplaudidos êsses dois discursos.

A banda de música do 4.º Btl. de Caç. da Brigada Militar, que tocou à frente do Rádio Teatro, à abertura da sessão executou o Hino Nacional.

(De O Rio Grande, de 25-2-1937.)

A PEDRA FUNDAMENTAL DO MONUMENTO A SILVA PAIS

Como se sabe, esta parte era o mais forte imperativo do Bi-Centenário.

Não se podia comemorar a chegada do emérito Brigadeiro sem que se erguesse, na terra que êle visitou e defendeu a sua estátua imponente.

Por ela se bateram diversos escritores e pelo seu levantamento muito trabalhou, sabemos, a denodada Comissão dos Festejos da cidade.

A pedra fundamental, na Praça Xavier Ferreira, parte fronteira à Prefeitura Municipal, foi assentada, solenemente, a 21 do corrente, domingo, às 18,30 horas, tendo a cerimônia reunido ali uma compacta e incalculável multidão.

O ato teve, pela sua magnitude, uma significação alta, destacada, brilhantíssima e profunda, constituindo a cúspide do programa das comemorações.

Por isso, na tarde de domingo, ao local, no coração da cidade, aconteceu toda a multidão em festas, levando a sua homenagem de saudade ao imortal fundador do velho Presídio.

O representante do Governo do Estado, Prefeito Municipal, Membros do Instituto Histórico, comissão do Congresso de História e Geografia, autoridades militares, civis e eclesiásticas, comissões de instituições pias e associativas, cônsules, representações do comércio e indústria e enfim o povo, por todas as camadas, todos vieram assistir, no pagamento de uma grande dívida, ao lançamento da pedra fundamental da estátua do Patriarca.

A cerimônia foi presidida pelo sr. dr. Aluizio Vaz Dias, da Comissão de Festejos, que, de início, deu a palavra ao ilustrado dr. Eduardo Duarte, Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e escolhido, com alta clarividência, para falar naquela hora grandiosa desta cidade.

O ilustre orador produziu uma peça histórica eloquente emocionante e profunda, perfeitamente digna de sua erudição e do feito de Silva Pais.

Ninguém, mais alto que o insigne cultor da História, poderia falar com tanto acêrto e tanta autoridade, naquela hora solene de tão alta significação consagradora.

A figura de Silva Pais, os seus feitos, a expressão modeladora da sua providência, a sua visão de administração, o sentido moral da sua empresa, surpreendente e bela, tudo veio até nós, no relêvo criador de uma palavra profética, como uma redenção e como uma apoteose.

Quando, já noite cerrada, cessavam os aplausos a êsse impressionante discurso, o sr. dr. Pereira Neto, representante do Governo do Estado, lançava à pedra a primeira colher de argamassa e a banda do 9.º R. I. tocava, com raro entusiasmo, o Hino do Rio Grande.

(De **A Luta**, de 23-2-1937).

José da Silva Pais

(O Patriarca do Rio Grande do Sul)

Por EDGAR FONTOURA

I

A aurora do século XVIII desenha-se para a Europa num horizonte de incertezas e inquietudes. Ensombram-no as ambições que rondam, sôbre a pusilanimidade de Carlos II, o trono e as terras de Espanha. Em 1.º de novembro de 1700 morre êsse indeciso e atormentado soberano. E o duque d'Anjou recebe a coroa e o cetro castelhanos. E' Felipe V.

A geral surpresa da decisão final de Carlos II e o prestígio de que goza a França, animada e armada pelo orgulho e a ambição de Luiz XIV, facilitam a ascensão do novo senhor espanhol, reconhecido, de logo, por tôdas as potências.

A Portugal, êste inesperado desfecho do caso da sucessão espanhola era o que menos convinha e agradava, pois fortalecia a Espanha, sua vizinha e rival.

Entretanto, d. Pedro II resigna-se ao fato consumado e procura acomodar-se a uma situação de neutralidade.

E em 3 de janeiro de 1701 já escrevia a Luiz XIV felicitando-o pela exaltação do duque, e em 13 de junho assinava tratado de aliança com a França e a Espanha.

Mas passado o momento da surpresa a Europa arrepende-se do apressado reconhecimento da sucessão espanhola, e

enche-se de medo do extraordinário poderio que ela mesma dava à dinastia dos Bourbons, com duas coroas.

O imperador dos austríacos não perdoa a intriga de que resultou a inesperada substituição de seu filho pelo neto do rei dos franceses na herança de Carlos II.

O conflito dos interesses, a luta surda das paixões vão crescendo e preparando a eclosão da guerra.

A corte de Lisboa vê bem que é de maus prenúncios o plumbeo céu europeu, mas não tem idéia do lado de que soprará a borrasca, a despeito do tratado de 13 de junho, pois este, feito a bem da Espanha, encontra na própria Madri aberta repulsa.

Assim, explica-se a fato do governo de d. Pedro II, cuidando, embora, de manter a paz, ou, pelo menos, uma neutralidade espectante, não se esquecer de prevenir a defesa militar eventual de seu reino.

E daí o rebate com que, pouco mais de mês depois da carta de 3 de janeiro de 1701, fez reunir sobre o Tejo, no pôrto de Lisboa, a esquadra lusitana.

Era uma pública demonstração de que uma ameaça pesava sobre a pátria. Próxima ou longínqua, certa ou não. Pouco importa. O bastante para mover o patriotismo dos bons portugueses.

Entre estes, José da Silva Pais, natural de Lisboa, filho legítimo de Roque Gomes Pais e neto de um Gomes Pais que fôra piloto de navios da carreira do Brasil. Estava então em plena mocidade. Espírito culto e ágil. Energia serena. Confiança em si mesmo. Fé no futuro. Fizera o curso de humanidades e tirara carta de engenheiro. Tendo-se em conta a sua humilde origem e as circunstâncias de tempo e lugar, as quais de ordinário reservavam aquela carreira, e semelhantes, para os filhos da fidalguia e da abastança, surpreende-se, de logo, na posição social de José da Silva Pais, mérito pessoal excepcional.

E' dos primeiros que atendem às necessidades da nação. Em 17 de fevereiro de 1701 apresenta-se voluntariamente ao

embarque na esquadra surta no Tejo. E' aceito, sendo incluído no quadro de oficiais do Regimento da Armada, com o pôsto de "ajudante de capitão engenheiro". E'-lhe de entrada confiada a missão de inspecionar e averiguar as condições e necessidades de várias embarcações da esquadra, e nesse mister revela, de pronto, aptidão, zêlo e atividade incansável, trabalhando dia e noite.

E é de certo a revelação destas qualidades que em seguida o recomenda à outra missão não menos importante, e mais acorde, esta, com a sua função técnica.

No mesmo ano de 1701, e no mesmo pôsto, é destacado para a província de Alemtejo afim de auxiliar a construção das fortificações da praça de Olivença.

Na comissão que lhe vai ser depois conferida, de evidente relevância militar, espalha-se o conceito que adquiriu nos trabalhos executados em Olivença.

Entretanto, Luiz XIV, que não oculta os desígnios de tirar da aliança de sangue entre os governos de Madrí e París o melhor partido para o fortalecimento da casa Bourbon, dispondo contra os dois países as prevenções de todo o resto da Europa, dá, êle próprio, pretêsto para o rompimento das hostilidades, no momento em que, morto Jaime II, ex-rei da Inglaterra, reconhece como novo soberano ao filho dêste, quando, por fôrça do tratado de Ryswick, reconhecera a soberania, em plena vigência, de Guilherme III.

A Inglaterra prepara-se imediatamente para levar o auxílio da sua esquadra à Áustria afim de que esta possa disputar a coroa castelhana para o arquiduque Carlos.

A morte, entrentes, de Guilherme III, não desvia o curso aos acontecimentos, antes, pelo contrário, porque, substituindo-o, Ana Stuart declara a guerra a Luiz XIV.

Todos os governos, de uma e de outra facção, voltam olhos para Portugal, cuja situação geográfica empresta-lhe valor singular na campanha esboçada. D. Pedro II tergiversa.

II

Desencadeia-se a guerra entre o império austríaco e a França e a Espanha.

Mantém o governo português, por todo o ano de 1702, aparentemente, pelo menos, os compromissos assumidos com Filipe V.

Mas, secretamente se vai entendendo com os aliados, e em 16 de maio de 1703 ajusta com a Inglaterra, Alemanha e Holanda, o auxílio militar de Portugal, e a 21 de novembro rompe com o governo de Madri.

A 12 de setembro, em Viena, o arquiduque austríaco fôra proclamado rei espanhol, e mandado para Holanda, e daí para Portugal, chega a Lisboa a 7 de março de 1704.

O embaixador francês pede os seus passaportes e D. Pedro II declara a guerra a Luiz XIV.

O monarca procede à escolha dos oficiais superiores, e nomeia governador das armas da Beira, que vai ser o teatro das lutas próximas, ao marquês das Minas, que será a maior figura da campanha e contará a José da Silva Pais entre os seus mais valorosos e prestantes auxiliares.

O duque de Berwick, comandante do exército franco-espanhol destinado a operar na fronteira portuguesa, abre as operações de guerra a 7 de maio de 1704, tomando Salvaterra e Segura, entra pela Beira e vai ocupando as povoações que lhe ficam no caminho, até esbarrar na heróica resistência de Castelo de Monsanto e Idanha a Nova.

Mas Berwick vence-as e prossegue. Quebra a resistência de Castelo Branco e alcança Vila Velha, às margens do Tejo, vadeia o rio, recebe, enfim, a junção das forças do príncipe de Tilly, que entrara pelo Alemtejo, e toma Portalegre.

Ao mesmo tempo, as forças do marquês de Viladorias assolam o Algarve, chegam também ao Alemtejo e tomam Castelo de Vide.

A guerra começava desastrosamente para Portugal.

Este, invadido simultaneamente por três bandas da fronteira castelhana, viu-se de repente com grande parte da Beira e do Alemtejo nas mãos do inimigo e com Lisboa ameaçada.

Entretanto, três cousas conjuraram o perigo: as intrigas da própria côrte de Madrí contra Berwick, a tardança da marcha de Tilly e “finalmente os grandes talentos do marquês das Minas, que, entregue aos seus próprios recursos” “saiu de Almeida a 2 de junho com uma pequena divisão e restabeleceu os negócios militares” fazendo recuar o invasor e reconquistando as povoações portuguesas tomadas.

Nesta ação, José da Silva Pais, capitão-ajudante de engenheiros, como hoje diríamos, e que já demonstrou, no desempenho de mais de uma incumbência, competência técnica, diligência no fazer e capacidade no mandar, vai patentear também superiores qualidades de combatente: visão segura, decisão pronta, bravura e despreendimento pessoais.

Na ocasião em que está em Abrantes, onde acaba de escolher o lugar mais apropriado à ponte sobre o alto Tejo destinada a ligar, para as operações militares, as províncias da Beira e de Alemtejo, as fôrças de Berwick alcançam Vila Velha.

Não vacila o marquês das Minas em escolhê-lo para proceder ao reconhecimento do poder do inimigo. Nem José da Silva Pais em aceitar e dar imediata execução à ordem recebida.

Faz-se necessário o rápido transporte das bagagens de vários regimentos que se encontram em Abrantes. Determina-a, com energia e presteza. Dá o exemplo da boa vontade aos comandados. E' o primeiro a pôr mãos às cargas a transportar, levando várias cousas às próprias costas.

Feito isto, vai Silva Pais incorporar-se às fôrças do marquês das Minas, que, depois de tomada Fuente-Guinaldo, vem reconquistando, uma a uma, as povoações tomadas pelas tropas do duque de Berwick.

Alcança-as quando aquelas fôrças esbarram diante da inesperada resistência valentemente oposta pelos 150 franceses de guarnição ao Castelo de Monsanto.

Aí recebe o seu batismo de fogo, que lhe fica nos assentamentos em têrmo honroso.

O destemeroso militar avança, a peito descoberto, até a porta do castelo, a que se vai acostar, para bem de perto e “de-visu” examinar o que se fazia preciso para forçá-lo à rendição.

O engenheiro Francisco da Silva é ferido. Os engenheiros holandeses que também acompanhavam a ação, pelo perigo que lhes ameaça a vida, são retirados da frente. Fica Silva Pais, só êle, com a empresa.

Entrementes, chega ao marquês das Minas a notícia de que D. Francisco de Ronquillo vem em socorro da guarnição atacada. Aquele movimenta rapidamente a sua cavalaria, e afastando-a, embora, do grosso da tropa, lança-a ao encontro do inimigo, ataca-o de inopino, e desbarata-o, obrigando-o à fuga para o território espanhol. Aí, na acesa da refrega, está José da Silva Pais.

Oficial engenheiro, com toda a responsabilidade, no momento, do preparo para a queda da praça sitiada,, nada o obrigava a participar daquela investida. Fê-lo voluntariamente, e no belo gesto se conduziu com bravura que lhe ficou assinalada em papel oficial. Foi, diz êste, dos primeiros que se misturou com o inimigo, fazendo-o valorosamente.

O mesmo documento consigna que a rendição do Castelo de Monsanto, obtida, depois do choque citado, pelas forças portuguesas, se deveu ao “grande trabalho e expedição” (desembaraço, expediente) com que se houve José da Silva Pais.

Retira-se êste, após, para o grosso do exército, em Almeida, e na falta do quartel-mestre general dá à força a sua assistência desvelada nas árduas funções desse posto, ao qual, pouco depois, é elevado.

Recebe aquela ordem do comando para proceder ao reconhecimento do Rio Águeda e da campanha até Ciudad Rodrigo. Apresta-a e assiste-a diligentemente Silva Pais. A sua atuação “na distribuição dos quartéis” desenvolve-a “com muito sossêgo, valor e grande diligência”.

Aberta a marcha, toma a vanguarda. Adianta-se até chegar à fala com os batedores do inimigo.

Acompanha um destacamento mandado para Penamacor.

Torna, daí, para Monsanto, afim de examinar as fortificações necessárias no castelo retomado, feito o que se recolhe a Almeida.

Segue-se a retomada da praça de Salvaterra, última restante em poder do inimigo.

Silva Pais aí também desenvolveu ação relevante, reafirmadora da sua capacidade e coragem.

Coube-lhe ir escolher os sítios convenientes ao alojamento das forças atacantes e o ponto do qual devia partir o ataque à praça.

Com o justo juízo, que já firmara dos méritos do intrépido oficial, cometeu-lhe expressamente o marquês das Minas a escolha da localização para o assentamento das baterias, e êle o fez “com tal acêrto que se rendeu a praça às primeiras bombas”.

Contam historiadores do feito ter d. Antônio Galeardo tentado obter capitulação vantajosa, recusando-a, prussianicamente, o bravo governador das armas da Beira, que a exigiu e alcançou à descrição. Contou, para tanto, com a eficácia da artilharia assentada por Silva Pais.

A ocupação de Salvaterra seguiu-se a destruição, pelo fogo, da vila de Sarça.

Ainda aí é de saliência o papel que lhe cabe. E’ êle quem destrói todos os carros manchegos e lasalas que nela havia. E’ quem procede ao arrasamento das trincheiras e dos fortes.

III

Ao encerrar-se o ano de 1704 vem o bravo combatente a Lisboa.

Entrementes, movimenta-se o inimigo de Aragão para Moraleja.

E’ Silva Pais o escolhido pelo marquês das Minas para o reconhecimento necessário.

E é ainda por ordem dêste que percorre tôda a costa do Tejo, desde Rosmaninhal até abaixo de Malpica, fazendo-o “com muito risco” e levando ao seu comando, levantados “com clareza”, todos os sítios da linha percorrida.

Tão notórios foram os serviços até aquí prestados por José da Silva Pais que os tomou em consideração D. Pedro II, e citando, expressamente, a sua presença na esquadra reunida, em 1705, no Tejo, passagem ao Alemtejo, participação

na campanha da Beira, “achando-se na restauração do Castelo de Monsanto e praça de Salvaterra, e em tudo o mais que o exército obrou, devendo-lhe à sua boa disposição muita parte da restauração das ditas praças”, fê-lo cavaleiro fidalgo da sua casa real.

Tem a data de 31 de agosto de 1705 o alvará da mercê.

A guerra vai assumir uma nova feição.

As indecisões e os erros do conde das Galveas e de Lord Galloway são, nos últimos meses de 1705, resgatados pela vitoriosa ação do marquês das Minas e de Lord Peterborough.

Ao passo em que aquele, com o concurso de uma dezena de excelentes auxiliares, à frente dos quais José da Silva Pais, limpa de inimigos a Beira, êste conquista a Catalunha, em cuja capital o arquiduque austríaco faz-se proclamar rei da Espanha.

Mais ou menos ao mesmo tempo desta ação é substituído o conde das Galveas pelo marquês das Minas no comando supremo das forças aliadas na fronteira luso-castelhana.

Não perdeu tempo o velho guerreiro, e já nos primeiros dias de outubro, antes, pois, da vitória de Peterborough sobre Barcelona, verificada a 27 daquele mês, bate às portas de Badajóz, fechando-a em estreito cêrco.

Aí está, na primeira linha, o cavaleiro fidalgo da casa real de D. Pedro II, ajudante quartel-mestre-general José da Silva Pais.

Reconhece a praça “de muito perto com notório risco”. Ronda “por muitas vezes de noite os terços” sitiantes.

Revela a mesma calma, a mesma energia, o mesmo desprendimento pessoal, interêsse pela causa a que serve e pelos soldados de que, por servi-la, se utiliza.

Frusta-se a queda da praça. Não por culpa de Silva Pais. Nem do marquês das Minas. Amargam ambos a decepção. A primeira, para aquele.

Foi causa do insucesso ter o marechal de Tessé, iludido Lord Galloway, passando o Xevora e vir ter a Badajóz.

Processa-se a retirada do exército português, e ainda aqui é das mais notórias a ação de Silva Pais. Cabe-lhe guardar com algumas mangas de mosqueteiros certos postos afim de

cobrir as forças retirantes. Como sempre, é êle o primeiro a executar as próprias ordens, exemplificando, estimulando a tropa.

Acompanha e instala os destacamentos nos pontos escolhidos, fazendo-o debaixo de vivo fogo de artilharia. Apercebe-se o marechal de Tessé da função importante que desempenham as mangas de Silva Pais, as quais garantem a ordem na retirada, e manda um batalhão carregar sobre elas, mas não leva a melhor, porque o bravo militar as fêz "retirar pelejando com tanto valor e acôrdo que se não perdeu um soldado".

A luta, entretanto, prossegue. Filippe V, alarmado diante das vitórias de Lord Peterborough, chama da fronteira portuguesa o marechal de Tessé para com as suas forças tentar a reconquista de Barcelona. Fica o marechal duque de Berwick só e com o exército desfalcado daquelas forças para enfrentar o marquês das Minas, que, pouco depois, abre a campanha de 1706 com o plano de marcha sobre Madrí.

Deve o exército aliado passar o Rio Recta, em poder do inimigo. Deve passá-lo, e passa-o. E com êle, à vanguarda, José da Silva Pais. E como sempre, houve-se, nesta ação, "com singular valor até se alojar no campo" visado, à outra margem.

Daí desfere o marquês das Minas forte golpe contra Alcantara, que sitia e retoma, a 14 de abril, depois de 5 dias de resistencia heróica.

Do grande feito é parte eficiente José da Silva Pais. Para completar o referido cêrco, assentara o marquês o lançamento de pontes de barcos sobre o Tejo e Aragão, afim de estabelecer, além das assestadas na margem esquerda daquele primeiro rio, uma bateria à margem direita. Foi a operação confiada ao marquês de Fronteira. Teve êste seu braço direito em Silva Pais.

Conforme o documento em que nos apoiamos, houve-se o mesmo "com grande atividade" na armação das pontes de barcos sobre o Tejo e o Aragão, e no proporcionar facilidade à passagem da artilharia, feita sob as hostilidades do adversário, o que o obrigou, a certo momento, a ir pessoalmente em socorro de 20 soldados seus de sentinela às barcas e surpreendi-

dos por uma sortida inimiga, conseguindo salvá-los “com grande trabalho por serem muitos os inimigos”.

Correu sob a sua imediata direção, na margem direita, a fábrica e a bateria, bem como o alojamento respectivo, para os efeitos do sítio.

Como consequência da missão que lhe fôra confiada, toma o marquês de Fronteira a pequena praça de Moraleja.

José da Silva Pais aí combate também.

Já a 26 de abril movimenta-se o exército vitorioso de Alcântara, pela estrada de Placência, rumo a Madrí.

Participa Silva Pais de tôdas as marchas e contra-marchas que a começar daí desenrola o marquês das Minas, tomada de Coria e Galisteo, da entrada em Placência, o Ciudad Rodrigo, e Salamanca, da travessia dos passos de Guadarrama, e, por fim, da entrada triunfal em Madrí, em 28 de junho.

Pôde assim José da Silva Pais, voluntário do patriotismo ao serviço de Portugal, ufanar-se de partilhar daquela desfôrta que o destino reservára ao brio lusitano 126 anos depois da entrada dominadora do duque d’Alba em Lisboa.

IV

Mas a Espanha reage. Mal a deixam as forças portuguesas, marchando para a frente, Salamanca dá alarma. Não demora muito e a revolta do povo contra os invasores generaliza-se, ao mesmo tempo em que os exércitos franco-espanhóis refazem-se, aumentam e entram em ação.

E o marquês das Minas, tendo as comunicações cortadas com Portugal, e ameaçado de tê-las com o Aragão, retira-se para a fronteira do reino de Valência. Philippe V retorna a Madrí.

Em 1.º de dezembro de 1706 morre D. Pedro II, sucedendo-lhe D. João V, que ratifica os compromissos de Portugal e ordena a continuação da guerra, para dela colher, como primeiro fruto do seu reinado, o desastre, em 25 de abril de 1707, da batalha da planície de Almanza.

Soara a hora da Espanha.

São, pelas tropas franco-espanholas, de novo dominadas a Catalunha, Valência e Aragão.

Entretanto, na fronteira lusitana, cai a praça de Alcântara, o Alemtejo é invadido e são tomadas Serpa e Moura, e do outro lado perdem ainda os portugueses Ciudad Rodrigo.

Escoa-se o ano de 1708, no teatro português de operações, em marchas e contra-marchas, até que, na primavera de 1709, repetindo o êrro tático de Almanza, perdem as fôrças anglo-portuguesas a batalha de Caya.

A campanha de 1710 foi também insignificante nas fronteiras.

As maiores ocorrências “desta guerra em que a nação portuguesa conquistava glórias e perdia exércitos” deslocavam-se, então, para a Espanha.

Não consta dos assentamentos de José da Silva Pais participasse êle dos encontros de Almanza e Caya.

No quartel de Vila Verde, entretanto, rezam aqueles, alcançou a sua promoção ao posto de sargento-mor.

No comando de um destacamento de trezentos e trinta soldados, condú-lo dali para Cuença, e aí ficando prisioneiro do inimigo, que sitia a praça, obra com procedimento que lhe fica anotado no rol de serviços.

O bravo sargento-mor praticava, pouco depois, feito saliente e brilhante em Alcalá de Enares.

O inimigo, aí, numa audaciosa sortida, arrebanhou parte dos gados que vinham no trem da tropa José da Silva Pais, com trezentos cavalarianos, foi ao encontro do gado arrebanhado, retomando-o e restaurando, assim, a presa.

Na avançada, tanto se empenha, pelejando, com o inimigo, que se vê, de repente, prisioneiro.

Não no amedronta o perigo nem nunca dificuldades desorientam-no. Agindo com sua bravura calma de sempre, livra-se do adversário e traz ainda prisioneiros alguns soldados inimigos, “devendo-lhe ainda muita parte dêsse bom sucesso”.

Nos anos de 1711 e 1712 a campanha volta a intensificar-se mais sôbre as fronteiras portuguesas.

Entretanto, dá-se a defecção da Inglaterra, que enceta, em

separado, negociações com a França, retirando os seus exércitos do teatro da guerra.

Trata Portugal de aumentar, como pode, as suas fôrças e concentra-se no Alemtejo.

Tinha razão. Os inimigos não deixariam de se prevalecer da retirada dos ingleses. O marquês de Bay, efetivamente à frente das tropas franco-espanholas aparecia, a 20 de setembro de 1712, defronte de Elvas, a 28 sitiava a praça de Campo-Maior.

Teriam aí os portugueses ensejo para dar novo e robusto testemunho da sua alta capacidade de resistência.

Teria José da Silva Pais, já então no pôsto, conquistado nobremente, de “tenente-coronel vivo enterrado”, ocasião azada para novas provas do seu ardente patriotismo, superiores qualidades e virtudes de militar.

Dispunham os inimigos de 21.000 homens. De quatro regimentos de infantaria, apenas, compunha-se, no entanto a guarnição de Campo-Maior. Desfalcados, não somavam ao todo 1.000 homens, sendo quasi um têrço de milicianos.

A palavra de ordem era não deixar praça alguma cair nas mãos do inimigo.

A notícia da ameaça a Campo-Maior estimulou os brios patrióticos da officialidade portuguesa, e aqueles pertencentes à guarnição, e no momento ausentes, trataram de alcançar a praça, conseguindo-o, em primeiro, o coronel Tomaz da Silva Teles.

Aos que se seguiram, e entre estes o tenente-coronel José da Silva Pais, foi já mais difícil, e mais meritória, portanto, a temerária empresa, pois tendo, entretanto, os sitiados iniciado, sob forma agressiva, a defesa da praça, o cêrco fazia-se mais amplo e vigilante.

“A-pesar-de andarem sempre 600 soldados de cavalaria espanhola em patrulha à roda de Campo-Maior, conseguiram entrar na vila o coronel do regimento de Juromenha, Luiz Pereira de Sá, o seu tenente-coronel Antônio Serrão Diniz, o coronel do regimento do Minho José Homem de Magalhães, e o tenente-coronel de engenheiros José da Silva Pais”, consigna Pinheiro Chagas, na sua “História de Portugal”.

V

Mas o ataque principia, vigoroso e audaz, e a defesa mantém-se, enèrgicamente no terreno da aggressividade. O bombardeio põe em terror a villa, e as mulheres e as crianças são recolhidas aos conventos. Os homens válidos auxiliam a defesa. Muitos officiaes adoecem de fadiga. Mas os restantes dobram o trabalho. El tudo se remedeia com “as boas disposições do governador, dos engenheiros José da Silva Pais, em artilharia”. Entre os engenheiros, José da Silva Pais. Elle era daqueles a quem o cansaço nunca venceu.

Afinal, o governador da praça limita-se à defensiva “repartindo com grande prudência pelos melhores officiaes, que tinha debaixo das suas ordens, os postos mais arriscados”.

Ao tenente-coronel de engenheiros José da Silva Pais, em tal grau figurava elle entre os “melhores officiaes”, coube, entre os “mais arriscados” postos, aquele, talvez, de maior risco, por mais exposto ao inimigo: o de dar assistência ao fosso e mais obras externas da praça.

No dia 25 de outubro os sitiantes preparam o assalto, e o comando da praça extrema as medidas de defesa. Concentra a necessária guarnição na brecha de acesso à praça. Confia a cortadura do baluarte São João a Silva Pais. Nela passa, attento, o bravo combatente, tôdas as noites antecedentes ao assalto, “tendo-a capaz de u’a boa defesa”.

Na manhã de 27, às cinco horas, são jogadas ao assalto, com vigor, 32 companhias de granadeiros, 16 batalhões de infantaria e 1 regimento de cavalaria, ao mesmo tempo em que o refôrço portuguez de 700 homens mandado à praça sitiada ali chegava e, herôicamente, rompendo o cêrco, ia tomar lugar na defesa da brecha.

Após duas rijas investidas, recuam os assaltantes, pedindo armistício para recolher os mortos e feridos; levantam o cêrco e recolhem-se a quartéis, no território espanhol.

A resistência vitoriosa de Campo-Maior encheu de regosijo o paiz, e d. João V não poupou recompensas à praça e seus defensores.

Aos oficiais ordenou fôsem preferidos nas promoções, e quasi todos as alcançaram, logo, aos postos imediatos.

José da Silva Pais foi promovido a coronel de engenheiros "com seu intertenimento no Regimento da Armada em que fica continuando".

Campo-Maior encerra os feitos desta guerra. A 7 de novembro do mesmo ano de 1712 assina Portugal o armistício com a França e a Espanha. A 11 de abril de 1713 vem o tratado de paz de Utrecht.

Contudo, até à assinatura do tratado definitivo, em 6 de fevereiro de 1715, manteve-se o reino luso mais ou menos em estado de guerra, e quando Barcelona se submete à realeza de Filipe V, Portugal teme que a Espanha denuncie o armistício e lance às suas fronteiras o exército do duque de Berwick, livre da campanha da Catalunha, e entra em febrís preparativos militares.

Continuam por todo êsse tempo os serviços do tenente-coronel de engenheiros José da Silva Pais. Por ordem expressa de d. João V acompanha o general Pedro Côrte em visita de inspeção às praças do Minho, Alentejo, Beira e Trás-os-Montes, cabendo-lhe mandar dispor o que se fizesse necessário prevenir em cada uma, e na de Ouguela, próximo de Campo-Maior, no Alentejo, executa, êle próprio, o quanto necessário era à defesa do lugar, fazendo-o "com prontidão e assi tudo mais de que era encarregado".

VI

O casamento dera a José da Silva Pais o hábito da ordem de São Tiago, que trazia a espôsa por herança paterna. Nos primeiros dias de 1705 requereu êle a mudança do referido hábito pelo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, em consideração aos seus serviços próprios.

O processo foi moroso. De princípio, impugnaram-no, por motivo da sua obscura origem avoenga. Depois, enfim, aquiesceram ao pedido.

O último despacho real ao processo foi dado em 20 de dezembro de 1715.

Mas não cessam aí os serviços do devotado e bravo soldado à sua pátria, ao seu rei e ao seu Deus. Nem as reais recompensas.

Em 20 de março de 1719, pelos serviços prestados por Silva Pais na côrte e nas províncias do Alentejo e da Beira “por espaço de treze anos, onze meses e dez dias continuados”, de 17 de fevereiro de 1701 até 4 de maio de 1715, nos postos de capitão-ajudante de engenheiros, ajudante de quartel-mestre general, sargento-mor de infantaria, tenente-coronel e coronel, o soberano fêz-lhe mercê da propriedade do offício de escrivão das apelações cíveis da Casa da Suplicação de Lisboa.

Entretanto, não quis lhe privasse o favor do concurso militar do beneficiado, e por provisão de 27 de abril seguinte, considerando achar-se este “ocupado no real serviço” “no exercício do pôsto de coronel de infantaria engenheiro”, concedeu-lhe faculdade para que podesse nomear serventuário ao offício.

Por longos anos prestara já o coronel José da Silva Pais, como vimos, contínuos e fecundos serviços de campanha, que lhe deram acesso, merecido e rápido, até ao pôsto referido.

Patenteou, como oficial, combatente e como técnico, superiores qualidades, que culminavam na dextreza e no acêrto das execuções.

Um homem expedito, chamavam-no os papéis contemporâneos.

Um dinâmico, adjetivamo-lo, hoje.

Por todo o seu extenso tempo de campanha, ora aquí, ora alí, mais acolá e além, construía, inspecionava, batalhava. Na época, o empirismo dos transportes tornava mais longas as distâncias. Não obstante, vencia-as êle com celeridade surpreendente.

Em 1.º de julho de 1722 passou a servir de novo na côrte, de que, entretanto, o afastaram ainda duas comissões importantes. Naquele mesmo ano, por ordem real, foi à Ilha Terceira examinar o novo pôrto da cidade de Angra, e os mais da ilha, levantando a planta dos mesmos e das respectivas forti-

ficações, demonstrando o estado destas e indicando as obras de que careciam. Mais tarde, sendo mandado pelo govêrno o mestre-de-campo general conde de Ribeira a uma diligência militar à praça de Setúbal, foi Silva Pais nomeado para acompanhá-lo, o que fêz, executando “tudo o que por êle lhe foi ordenado com todo o zêlo”.

Em Lisboa, pelo tempo em que aí serviu, impôs-se ao aca-
tamento das mais altas corporações governamentais. O Con-
selho Ultramarino remetia ao seu exame e parecer as contas,
ou orçamentos, como diríamos hoje, e as plantas enviadas pe-
los governadores das possessões portuguezas na América das
fortificações levantadas ou a levantar “naquelas conquistas”.
O devotado patriota, acordemente ao seu temperamento e fei-
tício, dava pronto desempenho à incumbência, não só opinando,
como, muitas vezes, notando erros nas plantas submetidas ao
seu exame, fazia-as novas, por conta própria, sem interesse
outro senão o de bem servir.

E assim, quando d. João V houve que providenciar para o
complemento do quadro do govêrno do Brasil, alterado por
motivo da retirada do conde de Sabugosa, se lhe impôs, natu-
ralmente, o nome de Silva Pais.

E’ nomeado para inspecionar e melhorar as fortificações
no Brasil, e substituir, em seus impedimentos, Gomes Freire
de Andrade no govêrno do Rio de Janeiro.

Fêz-lhe o rei mercê, “tendo consideração aos merecimen-
tos e serviços já prestados e aos que agora vai fazer ao Rio de
Janeiro”, do pôsto de brigadeiro de infantaria.

Foi-lhe passada a carta-patente da promoção em 4^o de
janeiro de 1735.

Vinte e quatro horas depois toma, no pôrto de Lisboa, a
fragata “Nossa Senhora das Ondas”.

Vai atingir as culminâncias da sua brilhante carreira.

No dia 2 de março chega ao Rio de Janeiro e a 12 assume
o novo cargo.

Fortuita circunstância fá-lo mostrar-se, de logo, ao povo
que vem governar, o mesmo homem de resoluções prontas, de
ação rápida e enérgica que vinha das guerras peninsulares
do comêço do século.

E' o caso que chega ao Rio de Janeiro notícia suspeitando dos intuitos de uma nau holandesa apparecida na costa de Santa Catarina.

Em 24 horas o novo governador faz aprestar a fragata em que viera, e se não refizera, ainda, para nova viagem, e despacha-a ao encontro do navio suspeito.

VII

Entretanto, é para o Rio da Prata, onde a Colônia do Sacramento continua entregue aos seus próprios e fracos recursos, que se voltam as atenções preferentes do brigadeiro.

Ele cuida, immediatamente, de reunir elementos para aumentar a defesa da praça sempre ameaçada. E até julho, além de materiais tem-lhe remetido mais de sessenta recrutas.

Poucos, de certo. Mas o fato explica-se. No dia 22 de fevereiro, quando ainda viajava Silva Pais, sobrevém o incidente que põe o embaixador do govêrno de Lisboa fora da côrte de Madrí.

Portugal e Espanha, incendiados nas velhas malquerenças peninsulares, criam-se a iminência de uma outra guerra.

Chega a notícia ao Brasil e Silva Pais vê-se no dever de se multiplicar em medidas preventivas contra os reflexos que fatalmente incidiriam na América no caso em que a guerra estalasse, como parecia, então, inevitável.

Não esquece a Colônia do Sacramento, mas não lhe pôde dar, como desejava, uma ajuda mais ampla e direta.

Naquele lance, que se afeioava, aliás, à sua natureza dinâmica, houve-se o brigadeiro com a atividade e a infatigabilidade que lhe eram peculiares, tudo prevendo e tudo provendo.

Não eram muitos os recursos do meio, mas procurou o governador aproveitá-los todos, e do melhor modo. Começou por atender à defesa da cidade contra qualquer eventual investida marítima, atendendo às suas necessidades em fortificações, guarnições, transportes, mantimentos, munições, etc.

A ameaça de guerra, na Europa, é entretanto conjurada.

Não, porém, na América. Nela, chegada a notícia da tensão política entre Portugal e Espanha, excluem, de logo, as hostilidades bélicas.

Abrem-nas os castelhanos, pondo cerco à Colônia do Sacramento.

Silva Pais multiplica-se em atividades para a remessa de socorros à praça sitiada.

Em 15 de dezembro de 1735 expede-lhe do Rio de Janeiro a primeira frota de auxílio. Em 11 de março de 1736, a segunda.

E' seu desejo, e manifesta-o, reiteradamente, ir pessoalmente.

Ao mesmo tempo, d. João V apresta e despacha forte esquadra para o Rio da Prata, a qual toca no Rio de Janeiro e daí parte, com escala por Santa Catarina, a 25 de junho de 1736.

A mesma leva como comandantes das fôrças de mar ao coronel Luiz de Abreu Prego e das fôrças de terra ao brigadeiro José da Silva Pais.

Nomeando-o, atende o rei aos seus próprios desejos. Vai, enfim, Silva Pais, para o cumprimento da grande missão histórica que lhe estava reservada.

Não será aquela da vontade preferente de d. João V, e, por isto, também de Gomes Freire de Andrade. Não será a tomada de Montevidéu nem a destruição de Buenos Aires.

Mais do que êsses lances espectaculares, de efcitos duvidosos para a fixação dos limites portugueses na América, José da Silva Pais, concretizando numa atitude militar uma larga e clara visada de homem de Estado, ia realizar, com a fundação do Presídio de Jesús Maria José, a ocupação do Rio Grande de S. Pedro, definindo-lhe a nacionalidade com a sua definitiva incorporação ao território brasileiro.

VIII

Gomes Freire de Andrade, diante do insucesso da expedição, quanto ao objetivo que lhe tinham por principal, acusou José da Silva Pais de demora demasiada em Santa Catarina.

Este, porém, defendeu-se cabalmente, no conceito justo e documentado de Felisbello Freire em "Os Portugueses no Brasil".

O capitão geral e governador do Rio de Janeiro não tinha, de fato, razão, e talvez mais tarde o houvesse reconhecido, quando exalçava a figura e a obra de Silva Pais, e quando a consolidava, executando o tratado de 13 de janeiro de 1750.

O brigadeiro demorara na ilha dentro das instruções, no interesse da maior garantia à eficiência da expedição e por força de causas imprevistas e irremovíveis.

E dali partindo venceu rija invernã, mares e ventos tempestuosos e encontros com as naus inimigas que vinham da Espanha em socorro das forças castelhanas do Rio da Prata.

E aí chegado, conquanto tivesse a certeza íntima de que para os objetivos visados mais valioso do que qualquer ato naquela zona fôra a ocupação militar e o povoamento do Rio Grande de S. Pedro, tudo tentou por bem cumprir a missão de que estava encarregado.

Quis, por si, desembarcar. Para melhor observar o inimigo, foi, com André Ribeiro Coutinho, à terra, na ilha das Gaivotas (hoje da Liberdade). Fê-lo, sob muito fogo do adversário, "com valor e zêlo do serviço de S. Majestade", como o atesta Silvestre Ferreira da Silva na "Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento etc." (edição de Lisboa, 1748). Depois, tentou levassem as naus portuguesas ataques às adversas.

Desembarcou na Colônia do Sacramento. Melhorou as condições de defesa desta, e desafogou-a do cêrco, atacando os castelhanos. No desembarque levou o plano de atacar e destruir Buenos Aires.

Quis, reembarcando, engarrafar as fragatas espanholas ancoradas na enseada da Barregan, e, depois, atacar e incendiar, êle mesmo, aquela que ulteriormente subira o rio da Prata sem ser molestada pela esquadra de Luiz de Abreu Prego, e se fôra postar à frente de Montevidéu, sob a proteção das baterias de terra.

Vãs tentativas, foram estas. As condições hidrográficas, o estado atmosférico, e mais que tudo a desajuda dos que o deviam auxiliar, inutilizaram todos os esforços.

Voltou a insistir pela ação da esquadra no sentido de anular as naus inimigas afim de se realizar a ação em terra.

Debalde, ainda. A atitude espectante e mesmo passiva dos oficiais de mar ficou refletida na ata do conselho de guerra de 5 de janeiro de 1737 a bordo da capitânea "Nossa Senhora da Vitória".

Discordando daquela atitude, e desesperançado de modificá-la, de vez que não tinha autoridade de comando sobre a esquadra, deixando ainda reforços a esta e à Colônia, recolheu-se a bordo da galera "Leão Dourado", reuniu as embarcações de que podia dispor e fêz-se de *vela* para Maldonado.

Verifica aí a inconveniência do local para o estabelecimento de uma defesa militar. Certifica-se pessoalmente da falta de elementos primordiais como agua, lenha, faxina. Comunica-o a Gomes Freire de Andrade. Alí deixa André Ribeiro Coutinho, com parte da fôrça, para o caso em que o governador e capitão-general do Rio de Janeiro, a despeito das informações, insista pela ocupação de Maldonado. E' que Silva Pais conhece bem a opinião daquele contrária à ocupação do Rio Grande de S. Pedro. El demanda êste, em cujo interior, ao sul, de sua ordem, aguarda-o Cristóvão de Abreu Pereira.

Vareja a barra a 19 de fevereiro, desembarca e lança os fundamentos do forte Jesús, Maria, José, primeiro do presídio do Rio Grande de S. Pedro, semente da vida social e politica do Rio Grande do Sul.

Realiza uma idéia que esposara e defendera antes da real autorização para executá-la, autorização para a qual aquela mesma atitude muito contribuía.

Realiza, concretizando essa idéia, o ato culminante da sua vida pública.

Multiplica-se Silva Pais em atividades e zelos para garantir a eficiência dessa realização.

Mal concluída a construção do primeiro forte ataca a do de Santana, aloja as fôrças, distribue guardas avançadas, providencia a vinda de reforços militares e dos primeiros colonizadores, quebra o encantamento da barra do Rio Grande de S. Pedro, que Gomes Freire chamava "diabólica".

Mais, ainda: prevendo a cessação da luta, avança terra a dentro, vencendo dificuldades de toda a ordem, descobre a lagoa de Caiubá e vai plantar o forte de S. Miguel, e volta para continuar, no presídio, a obra da sua estabilidade, de tudo cuidando, desde os elementos de fixação do homem ao sólo até ao meio de locomoção do mesmo adequado à terra, ou seja o cavalo.

Extensa página occupáramos minuciando os serviços beneméritos prestados por Silva Pais na organização do Rio Grande do Sul.

Eles são, porém, os mais conhecidos da sua vida, os únicos divulgados até hoje, talvez. Enunciamo-los apenas, por isto, neste resumo.

IX

Em 11 de dezembro de 1737 retirou-se o glorioso batalhador afim de substituir outra vez a Gomes Freire no govêrno do Rio de Janeiro.

De passagem por Santos, cujas fortificações antes restaurara, alí recebe o mais carinhoso acolhimento de que foi alvo no Brasil.

De novo na governança da mais importante capitania da colônia, continua, a desdobrar a sua fecunda ação, que se não notabiliza apenas sob os aspectos militares, mas também administrativos.

O ilustre brigadeiro soube e quis velar dedicadamente pelos interêsses materiais, morais e espirituais de seus jurisdicionados.

Exemplificam o acêrto, respectivamente: as obras do aqueduto da Carioca, a fundação da Academia dos Felizes, a criação da Repartição da Caridade na Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelaria, além de outras muitas realizações, como se verá no trabalho que estas páginas tentam resumir.

Entretanto, desgosta-se José da Silva Pais profundamente pelas restrições de autoridade com que lhe entrega o govêrno Gomes Freire de Andrade, e contra elas protesta, altivamente.

Reabre-se o velho dissídio entre os dois grandes chefes, advindo menos, de certo, do anedótico caso da placa memorativa da construção da fortaleza da ilha das Cobras, que nos conta o provecto historiador Lucas Alexandre Boiteux, do que da divergência entre ambos em relação à ocupação e povoamento do Rio Grande de S. Pedro, que o Conselho Ultramarino decide a favor de Silva Pais, salvando apenas, protocolarmente, a autoridade de Gomes Freire.

Resulta da desinteligência que êste último, com maiores poderes que aquele, com o prestígio, junto à côrte, de uma alta patente e de uma nobre ancestralidade, e com a felicidade de um dilatado govêrno no Rio de Janeiro, acaba apagando, embora injustamente, a figura de Silva Pais.

O govêrno português considera conveniente á conservação das praças da Colônia do Sacramento e do Rio Grande de S. Pedro se fortifique na ilha de Santa Catarina um pôrto que dê refugio às embarcações.

E por carta régia de 11 de agôsto de 1737, reccebida por Silva Pais, no Rio de Janeiro, um ano depois, encarrega-o dessa missão.

E Silva Pais para aí se transporta.

Acima de tudo põe o seu caráter de militar, feitio dinâmico, gênio patriótico.

De resto, atendendo a Santa Catarina está completando a sua obra predileta, a sua conquista gloriosa, que foi a fundação do Rio Grande de S. Pedro. E dalí, mais perto dêste, como vinha fazendo do Rio de Janeiro, mais longe, vigia-o e assiste-o com o seu desvelo e o seu concurso. E dalí corre ao “seu” presídio quando nêle se revoltam os dragões, em 5 de janeiro de 1742, restabelecendo a ordem e a confiança.

Assim, é com o mesmo ardor que Silva Pais põe de logo a nova praça que governa no rumo de uma existência mais regular e ativa.

Assume-lhe o govêrno a 7 de março de 1739. Organiza-lhe os serviços civis e militares. Fortifica-a e melhora-a sob todos os aspectos.

Aí deu também novo testemunho dos delicados sentimentos de humanidade que nêle se escondiam sob a energia do administrador e a impetuosidade do guerreiro. Aos muitos doentes que encontrou na ilha visitava pessoalmente e os assistia de sua fazenda particular.

No transcurso do seu govêrno aportou à ilha uma esquadra inglesa, deu à costa uma fragata espanhola e uma outra, francesa, arribou. Nos três casos o tacto e a correcção com que se houve Silva Pais mereceram encômios do govêrno de Lisboa. Aliás, como muitos dos seus atos anteriores, desde que chegara ao Brasil.

No mesmo pôsto, defendeu zelosamente os interêsses do erário real, vigiando e impedindo o comércio clandestino dos ingleses, o que lhe valeu os comentários, ásperos tanto quanto injustos, de Jorge Anson, publicados por Ricardo Walter (nova edição, de 1751).

Mais tarde, correndo notícias dos novos movimentos hostis dos castelhanos no rio da Prata, e perdendo a confiança governamental o governador da Colônia do Sacramento, vai substituí-lo, por ordem real, José da Silva Pais, e “praticou ali os seus continuados acertos”, de que o soberano “se deu por mui satisfeito”.

Melhorou grandemente o estado da fazenda real, pois poupando nas despesas, sem faltar ao preciso, e velando pelas arrecadações dos direitos e contribuições, aumentou o rendimento da praça notavelmente.

Torna a Santa Catarina em março de 1747, reiniciando os trabalhos a pró da terra de que foi primeiro governador. Nesse ano, ainda remete para Lisboa as plantas por êle levantadas das fortificações, da Casa do Senado da Câmara, da Casa dos Governadores, da igreja.

Tendo adoecido, gravemente, em 1748, pede substituto para recolher-se a Lisboa.

O Conselho Ultramarino, decidindo a propósito, em sessão do ano citado, “teve os maiores elogios ao fundador do Rio Grande do Sul”, como consigna Felisbello Freire.

X

Em 2 de fevereiro de 1749 deixa José da Silva Pais o governo de Santa Catarina e em 20 de março regressa a Lisboa, fechando o ciclo glorioso das suas beneméritas realizações no Brasil, que dilatou por tôda a vasta, bela e rica extensão territorial que vem da Laguna até ao Chuf.

Êsses serviços levou-os proclamados pelo próprio Gomes Freire de Andrade e viu-os exalçados, ainda uma vez, pelo Conselho Ultramarino, e reconhecidos pelo rei, que, pouco depois, elevava o imortal brigadeiro à mais alta graduação do generalato: sargento-mor de batalha.

Pelos seus serviços ainda não recompensados, isto é, os prestados, na côrte e no Brasil, por espaço de 37 anos, 11 meses e dias, contados de 1.º de julho de 1712 a 2 de junho de 1750, requereu, então, o sargento-mor de batalha José da Silva Pais novas mercês: a propriedade do officio, que vagara, de escrivão da Câmara do Senado do Rio de Janeiro, ou da serventia do de escrivão da Ouvidoria do Sabará das Minas Gerais, por 10 anos, ou ainda da quarta parte do rendimento dos direitos das cavalladas que passavam do Rio Grande de S. Pedro para as Minas, por 20 anos, e a comenda de São Paio de Oliveira de Frades, avaliada em 290\$000, menos, aliás, do que costumavam dar aos officiaes generais da sua graduação, e sem tão relevantes serviços.

Tudo pediu com a faculdade de transferir a um de seus filhos.

Tratava o notável lutador, velho e doente, de assegurar o futuro à descendência.

Teve o processo pareceres prontos e favoráveis, o último dos quais de data de 19 de setembro de 1750.

Parou aí o processo, para ser renovado por aviso da Secretaria de Estado de 12 de agosto de 1773 e receber o despacho final em 17 de dezembro de 1790.

Aquele hiato assinala a morte, em Lisboa, do Patriarca do Rio Grande do Sul, otogenário, ou quasi.

O destino do Rio-Grande e o seu Patriarca

Oração do Dr. Fernando Osório no Rotary-
Club do Rio-Grande.

E' pelos grandes Centenários que se manifesta, numa síntese afetiva, a correspondência às noções morais de solidariedade humana. E, dentro do verdadeiro espírito Rotaryano, da alma exultante dêste clube, em elevados desígnios congregando filhos de tôdas as pátrias, que ergueram no Rio-Grande a sua tenda de trabalho, sensível sou à honra de vossa incumbência ao acentuar a altíssima expressão, continental, mais do que regional, dêste evento consagrador do espírito da nacionalidade no seio ocidental do sistema de civilização a que pertencemos. E, evidentemente, na sublimação seletiva dos nossos arquétipos sociais, fundida no crisol eterno da alma humana, mobilizando a nossa cultura na melhor defesa do patrimônio que nos legou a válida geração adolescente do Rio-Grande, em nenhum outro recinto caberia como hoje a sentença do fundador da Sociologia moderna, para quem, seja qual fôr a época estudada e a Pátria a que pertença o autor, o verdadeiro ponto de referência dos estudos históricos há de ser sempre a Humanidade. Assim, meus Srs., desprezando os acidentes superficiais para encarar a história como uma série de preparações, como um vasto sistema de incorporação social, — eu vos direi, sem desperdício de palavras — houve um momento em que a Europa, ao emergir da idade-média, como que teve

consciência de constituir um conjunto de nações disciplinadas pelas normas do Direito Internacional, mau grado os embaraços do espírito guerreiro. E, então, um insigne jurisconsulto, Grócio, afirmou que o Direito dos povos devem fundar-se em títulos reconhecidos pelo consenso dos outros povos. E, sob a bandeira de um certo número de idéias comuns, que prenderam o Brasil à Renascença pelo ímpeto de um poema que foi a fé de officio da nossa raça, a sociedade européia cooperou para a tarefa grandiosa da unificação da família humana, quando os homens se atiraram à cavalaria do mar, à faina dos descobrimentos e a colonização dos continentes longínquos. E, com o credo de Cristo e o credo da Pátria, nesse movimento de expansão foram felizes três nações — Portugal, Inglaterra e Espanha, — conseguindo criar Pátrias novas, lançar as bases de novas Nacionalidades. E, então, no meio isolamento da vastidão dos mares, do instinto de defesa, por condições históricas, para as nações americanas resultou um destino comum que as havia de alçar à confraternização e à liberdade, religião pela qual sentiram que havia no Continente e no mundo outras almas irmãs! Mas, Srs., a série de pendências suscitadas pela descoberta da América não poderia ficar resolvida pelo único convênio que Espanha e Portugal lograram negociar, seis anos antes da descoberta do Brasil, perto de Valadolid numa cidade da velha Castela. Porque na falta de instrumentos perfeitos, de mapas exatos e de completas noções cosmográficas, nunca se chegou a definir a posição de meridiano riscado nesse pergaminho, não sendo a êsse tempo conhecido o processo científico de medir longitudes. E feita a respectiva contagem de léguas no hemisfério ocidental, viria a cair êsse meridiano que dividia o mundo, a oeste do Pará e da Laguna, portanto ficando fora o Rio Grande do Sul dessa linha imaginária de fronteiras românticas dêsse caótico tratado de que, por isso mesmo, defluíram gravíssimas consequências na partilha das virgens terras sul-americanas. Mas, agiram por si os povoadores de aquém-Atlântico, ultrapassando uma raia que reduziria o Brasil a uma nesga de litoral, a um país de fachada, e os dianteiros da expansão portuguesa, em sua energia colonizadora, repetiram, numa boêmia subli-

me, a cavalaria do mar, na arrancada dos bandeirantes em nossos sertões, continuando o sonho de navegantes de que nasceu o Brasil; e, dilatado pelos seus próprios filhos, tornou-se o vastíssimo território o assento glorioso de nossa Pátria, opulento, de clima vário e de produção inesgotável. E o Gaúcho Brasileiro defendeu, intrêmulos, e manteve, no extremo sul, essa obra formidável de que surgiu territorialmente a nossa estremecida Pátria que se afirmou pela fé na epopéia dos nossos guerreiros coloniais, definindo-se, em seguida, os claros ideais de uma nacionalidade nossa, redenta e organizada em novos moldes de democracia. Quando, srs., encravada entre Montevidéu e Buenos Aires tornou-se a Colônia do Sacramento um ponto perdido para Portugal, mudou-se o cenário para o Rio Grande do Sul e é então que no seu primeiro poema — o de integração territorial, — surge o grande ato de 19 de fevereiro de 1737 com o qual, há precisamente 200 anos, a varonil personalidade de um eminente batalhador, o Marechal de Campo José da Silva Pais, salvou a frontaria do Brasil do Sul, integrando o Rio Grande na nacionalidade brasileira, incorporando a nossa terra à soberania lusitana. Foi essa transcendente inspiração feliz que fixou o destino da nossa gleba e da nossa gente, — destino de sangue e de alma, — desde que aquele intrépido pioneiro, insigne estadista e conquistador efetivo, lançou os fundamentos desta Cidade como a célula máter do poder conciente do Estado Gaúcho tornando-a o ponto estratégico para cobrir o limite meridional dos domínios da Pátria da nossa Pátria contra os ataques cálidos dos vizinhos rio-platenses. Era uma questão de vida ou de morte — a posse do Rio Grande — que Silva Pais, realizando as ordens prescritas a Gomes Freire por D. João V, a 24 de março e 17 de abril de 1736, — consolidou com o maior devotamento e inteligência, enamorado da terra, — o Rio Grande — mocidade da natureza, — o Rio Grande das guerrilhas, dos pastoreios e trigais, — em que êle teve a antevisão penetrante do Gaúcho, lírico e nobre, romântico e glorioso, no cavalo e na coragem, respirando a livre atmosfera de pampa e coxilha. Foi destas paragens do Rio Grande, como de Porto Alegre e do

Rio Pardo que partiram as nossas tropas na direção das curvas que tomaram as nossas fronteiras.

Representação simbólica do Primeiro Soldado Rio Grandense, pastor e agricultor, da tarimba iniciada pelos 37 Dragões de Silva Pais em que se fundiu o caráter Gaúcho suportando sacrifícios, durante um século, em gestos denodados, traçando páginas belas e gloriosas com a ponta rutilante de suas espadas e em milhares de quilômetros quadrados alargando as nossas lindes e tornando-se povoadores, hospitaleiros profundamente lhanos e bons nas lides campesinas que foram outra modalidade da nossa vida heróica. Essa a inconfundível missão reservada ao Povo Rio Grandense de ser a sentinela da Pátria muralhando-a como os rochedos que se erguem a beira mar, quebrando “as fúrias das ondas nas arestas de seus granitos tantas vezes flagelados pelas tempestades porém sempre ressurgindo firmes, de pé, impertérritos, debaixo das vagas despedaçadas, das procelas vencidas”.

Reverenciados sejam os primeiros legionários de Silva Pais e de Cristóvão Pereira, os filhos de outras províncias brasileiras, — pernambucanos, mineiros, baianos, fluminenses, lagunenses, cuja alma, aqui, nutriu-se de lutas, e, num tecido de provações e de exemplos, assinalaram a linha mestra, a nervura da formação do Estado Rio Grandense com o sulco impressionante dos seus passos, do litoral remontando a lagoa dos Patos, subindo pela margem direita do Jacuí, ligando a campanha à serra e, dentro dêsse Rio Grande Brasileiro, dêsse proscênio das façanhas eqüestres, ficando pertinho do Amazonas, através da marca indelével do encanto, meigo e altissonante, do idioma que nos perfuma os lábios. Srs., se alguma cousa observei no estudo da gênese social, da grande orientação dêste povo de trabalhadores e de patriotas — foi a iniludível tendência para a disciplina social, conciente e voluntária que se havia de traduzir neste brado: “Soldados! E’ fácil a missão de comandar homens livres! Basta mostrar-lhes o caminho do dever!” E’ tudo isto o que exprime, em seus resultados próximos e remotos, a primeira fundação militar de 19 de fevereiro, na empolgante transformação, de arrojadadas conseqüências, em que para a vida do Rio Grande Brasileiro

foi o decisivo passo a ocupação da barra onde, traçando o molde de sua própria estátua, a flotilha daquele insigne Brigadeiro penetrou, há 200 anos, com pouco mais de 200 homens; e, completando a conquista da marcha para o Sul com a posse de São Miguel que, com a guarda do Chuí iam marcar, definitivamente, através do tempo, das guerras, acima de tratados e convenções diplomáticas, a linha limítrofe das duas soberanias em litígio, porque se o forte da Praia, — de Jesús, Maria, José firmou a base do litoral marítimo, o forte de Santana estirou a linha para o interior, e, pelo lado Sul, o de Chuí foi a sentinela perdida no extremo da península do Albardão para resguardar o berço do Rio Grande do Sul, o campo limítrofe em que se bateram e definiram duas colônias e depois três povos e três pátrias!

Sim, meus srs.!, se houve um brasileiro que inspirou e redigiu em 1750 um célebre tratado e completou a série de triunfos diplomáticos de Portugal nestas paragens, teve perfeita razão insuspeito argentino sugerindo que se ergam na grande arquitetura da nossa barra, no majestoso pôrto do Rio Grande, flanqueando-o como dois deuses *Therminus*, as estátuas de José da Silva Pais e de Alexandre de Gusmão — êste, o paulista insigne, que fixou a indestrutível linha divisória que se manteve no decorrer de 4 séculos, através de 52 atos diplomáticos; e José da Silva Pais que também deve ser chamado de maior artífice da nossa grandeza territorial pela intervenção eminente da sua figura galharda na formação do Brasil do Sul, estabelecendo, há 200 anos sôbre o próprio terreno, com a sua genial previsão, e coragem as bases de onde partiu a linha divisória do tratado de Madrí, portanto, numa missão construtora e de paz, abandonando, derogando, a raia de *Tordesilhas*, fonte de querelas seculares, até abrir-se a porta do Direito Internacional à glória dos nossos guerreiros coloniais, dos bandeirantes e dos Gaúchos que defenderam, mais do que o território, a língua, as tradições do Brasil, sofrendo a lei da sua posição geográfica, a posição de novo Atlas, de quem sustenta o Brasil inteiro, sôbre os ombros! o que fez dizer que — estando o Rio Grande do Sul dentro do Brasil todo o Brasil está dentro do Rio Grande do Sul! São estas recordações das

memórias da Pátria que dão a um povo a consciência de si próprio e fazem da história uma magistratura moral, numa emoção nuclear que, desde o período lendário dos Árias, formou, esplendidamente a Religião da Cidade, conservando a desfilada das festas Panatenéias nos baixo-relevos do Partenon. — Eu te saúdo, cidade do Rio Grande, que, para mim e para os que te admiram, sempre foste um grande rio de carinho, e para a crença do teu povo, um titã na bravura e no labor de teus filhos! como na canção em que os Espartanos batiam nos escudos a ventura suprema de sempre anelar os dotes de alma, as virtudes e a coragem de seus heróis desaparecidos!

Que, rejubilando em festa, nesse culto pelas tuas esperanças e alegrias, lágrimas e glórias, tenhas, sempre, Rio Grande, uma benção no nosso amor ardente e de quantos, em teu seio, ergueram a sua tenda de trabalho em prol dos teus foros citadinos e acolhedores de tôdas as atividades que se congregam no Rotary-Club em tórno do teu digno Prefeito Municipal, porque, Rio Grande, tu és a atalaia, há 200 anos, entre as imagens vivas e os termos essenciais do Sangue e da Alma de São Pedro do Sul, com a tua natureza aberta em horizontes por onde o pensamento e o coração se estendem emoldurando ao lado do caráter empreendedor e urbano do teu porte cívico e da tua oficina industrial a graça e a misericórdia das mulheres rio-grandinas ao aconchêgo de seus lares sadios, — como aquela cidade lendária fêz viver na profundidade de um grande rochedo, mergulhando as suas raízes no âmago da terra e, em olhares humedecidos pela comoção, num rumor de vozes e em repiques de sinos, — rumorejando as suas fôlhas e ascendendo os seus ecos mais sagrados até o fervedouro das estrélas...

E' verdade que custou lágrimas, custou sangue, continuado esforço e dinheiro — a redenção do Rio Grande — porque a conquista imperecível de Silva Pais transmudou-se de uma empresa militar numa fecunda obra de civilização e de trabalho de que lògicamente resultou a intangível libertação dos povos do continente americano! delineando-se grandes nacionalidades, o Brasil, a Argentina e a República Oriental.

Que, destarte, com a chama luminosa do ideal que é a virtude criadora, — todo o Rio Grande do Sul, triunfador do futuro, como um dos termos sociogênicos essenciais na América do Sul, — dê ao Brasil os melhores elementos para sermos a mais fecunda fôrça, intelectual, industrial, social e moralmente, no concerto das nações, unidas pela simpatia cimentada pela boa compreensão que o Rotary apregoa, por entre a sangueira dos morticínios e as misérias que ensombram a alma humana, acalentando nos corações o sentimento profundo da primeira idéia fundamental que determina a marcha da história, isto é, Snrs., a Fraternidade Humana!

A Expedição de Gomes Freire

"Memoria e resumo do sucedido desde o prim.^o de Março de 1752 que ao R.^o grande chegarão as ordens de S. Ex.^a p.^a que o G.^{or} Pascoal de Azevedo mandasse ao Rio Ingahyba o Sargento mór Luiz Manoel de Azd.^o Carr.^o e Cunha para o effeito de escolher Lugares para Armazens no Sitio da Forqueta, e onde mais parecesse conveniente, para entrada do Exercito thê serrecolher o mesmo para o dito Rio grande."

Tendo o Illm.^o e Ex.^{mo} Gn.^{al} Gomes Fr.^o de Andr.^a feito a ultima Conferencia em hua das Ilhas de Martim Garcia no Rio da Prata, e havendo resp.^{to} as occurrencias, q. se seguirão ao ultimo ajuste feito entre Si o Marques de Val de Lirios seu Conferente e o Gn.^{al} D. Joseph Andonaygue, para que entrassen os exercitos por p.^{tes} diferentes seguindo o de Espanha pelo seu Continente, e o nosso entrasse pelo seu de forma que operassem ambos ao mesmo tempo determinado na Conferencia, p.^a o fim de se evacuem as Miçoens, e se entregar a Colonia: Correndo por conta do nosso Gn.^{al} evacuar tres povos, e os Hespanhoes quatro, tratou o nosso Gn.^{al} de expedir as ordens ao G.^{or} do Rio gr.^e Paschoal de Azevedo, p.^a preparar o trem e embarcaçoens promptas,, para transportar Trem e Tropas, e para mandar examinar os passos, e fazer escolha do mais acomodado q. parecia o de Viamão (suposto, que o outro por Tororutama estivesse mais proximo ao Rio gr.^e) pela facilidade que oferecia a extenção da Lagoa e Rio Ingahyba.

Dista o Porto de Viamão 70 Legoas p.^a a p.^{te} do Norte do Rio grande e a elle se encaminharão todas as Embarcaçoens, p.^a entrarem pelo Rio Ingahyba, q. fica fronteiro ao tal Porto em ã. se tinha feito havia poco tempo hum grande Arrayal de Ilhéos, Latitude 30 gr. Longitude 325.

Pelo referido Rio asima haviam navegado pessoas em canoas athé o Rio pardo, q. desemboca do Norte, p.^a o Sul neste outro chamado Ingahyba, que desse de oeste, e está dist.^a a barra deste Rio pardo de Viamão 28 thé 30 Leguas.

Fica em meyo desta extenção outro Rio a que chamão do Taquari e vem a estar a sua foz no Igaiba de Viamam distancia de 17 thé 16 Legoas, e vem tambem do Norte para o Sul fazer entrada no mesmo Ingahyba e ambos dessem da Serra cordilheira, que acompanha toda a Marinha do Brazil desde o Maranhão the Viamão.

De Viamão the o Rio pardo toda a terra da parte direita do Rio Ingahyba está povoada pelos Portuguezes com fazendas de gados, huas antigas e outras de poços an.^a

Asentarão que pelo Rio Ingahyba haviamos seguir, para Miçoens m.^{do} o gn.^{al} da est.^a ordem ao Go.^r do Rio Grande Pascoal de Azd.^o para mandar erigir Armazens nas suas Margens para serrecolherem os mantim.^{tos}, e trem que havião servir ao exercito, e para se por em effeito esta Ordem mandou o G.^{or} ao Ajud.^e João Gomes de Mello Engenhr.^o de profissão, para escolher citios e este deu principio ao primr.^o no sitio chamado a Forqueta de S. Amaro, alem do Taquari tres legoas a mão direita ou p.^{te} do Norte do Rio Ingahyba, como esta dito, depois fortificou o lugar o sarg.^{to} m.^{or} Luiz M.^{el} de Azevedo.

Como os Tapes em outro tempo talavão estes campos dos Nossos Povoadores se mandou em hum passo do Rio pardo postar hua guarda de 60 aventureiros Paulistas de que foi cabo o Ten.^e de Dragoens Fran.^{co} Pinto Bandr.^a p.^a assim ficar segura a passagem ou Transito das Tropas, e dos povoadores os gados, e cavalos de que nos poderiamos servir.

Foi esta gd.^a attaccada pelos Indios Tapez, em hua madrugada de Fever.^o do Anno passado, e com tão bom sucesso se defenderão os nossos que sendo dos Inimigos mais de 600 matarão os nossos a m.^{tos} ficando logo 28 a que derão sepultura,

e aos mais que passarão de 60 pela confição dos mesmos Tapes lhe forão dando sepultura os seus pelo Caminho na sua retirada depois do choque.

Despedio o Ten.^e havizo p.^a o Rio gr.^e deste successo pedindo socorro porq. desconfiavão de que os Indios, sem muita demora, voltariam a 2.^o ataque, e porque o lugar vantajozo, e emin.^{te} avizando ao citio de S. Amaro já referido, onde estava a este tempo o Capitão Fernando Leyte da Praça de Santos com hua Comp.^a, e o Alferes José da S.^a Mattos q. servia de apontador do trab.^o.

Estes se puzerão o cam.^o logo por terra a toda deligencia e chegarão ao lugar do combate, e todos passarão ao destinado Lugar da nossa Trinxr.^a que era cuberto de mato q. pondoo em terra comessarão a deliniar e levantar o Trinx.^a de grossa estacada.

Já a este tempo tinha o G.^{or} Ordem do nosso gn.^{al} p.^a mandar ao Sargento mayor Luiz M.^{el} de Azevedo Carn.^o e Cunha examinar os Lugares dos já referidos Armazens, que estavam elegidos nas partes Convenientes advirtindo se fortificassem, e estando a partir por terra o d.^o Sargento mor, chegou o havizo ao G.^{or} do Attaque dos Indios, e estando prez.^e o Sarg.^{to} mor o encarregou do socorro que se lhe pedia, e nomeou a comp.^a de Granad.^{ros} do proprio mayor p.^a Com ella hir a socorrer os attaccados pelo inimigo.

Preparadas duas Faluas se embarcou o Sargento mayor, e comp.^a nomeada e Trem de polvora e ballas com 3 pessoas de Art.^a e sem demora seguirão viagem p.^a Viamão no dia quatro de Março do anno passado: em Viamão tomou pratico do Rio, e Continuando a viagem por elle asima chegou a 28 ao sitio eligido e principiado a fortificar, e por achar ali ao Ten.^e Coronel de Dragoens Thomaz Luiz Ozorio lhe comonicou a ordem do Gn.^{al} declarandolhe o destinara p.^a eleger os Lugares dos Armazens e fortificação ao que respondeu o Ten.^e Coronel que fizesse o que entendesse.

Visto pelo Sarg.^{to} mayor o q. o Ajud.^e João Gomes de Mello tinha deliniado de que achou algua irregularidade e quiz mudar de projecto ao q. acudio o Ten.^e Coronel e o Ten.^e Fran.^{co} Pinto, q. os fogos erão muito Continuados p.^{la} Comp.^a, e que

era signal certo de virem os Indios segunda vez a buscarnos; nestes tr.^{os} melhor parecia seguir o desenho ainda, q. defectuozoz, a vista do que Conveyo o sargt.^{to} mayor em se continuar a Trinx.^a pelo terreno balizado, ainda que contra o seu dez.^o e eleição: foi continuando o trabalho das fachinas, e abertura das valas; e em o mez de Abril se concluiu o recinto da trinx.^a formado de grossa estacaria sem mais adherente.

Chegarão Cartas de Ordens do G.^{or} do R.^o gr.^e nas quaes advertio se fortificassem o citio de S. Amaro emque se havia feito o Armazem primr.^o, e intimando o Ten.^e Coronel esta ordem ao d.^o Sargento mór no seu quartel, a vista de todos os officiaes militares, se pôz a caminho p.^a o lugar do destino em o ultimo de Abril.

Em o primr.^o de Mayo principiou a balizar o terreno abrir vallas, e mandar Cortar estacas grossas de 18 a 20 palmos de altura a que mandou fazer pontas a golpe de machado, e p.^{los} lugares sinalados, nas vallas abertas a força de Picaretas se forão lançando as taes estacas: e assim disposto este trabalho tratou de deliniar as acomodaçoens de quartéis de que era Capaz o recinto, e com effeito se acomodarão a mayor parte das Tropas, fez dentro do Armazem dous payoes, p.^a farinha, e fez mais hum quartel de matr.^{as} Lavradas p.^a o gn.^{al}, e outro p.^a os Coroneis se aquartelarem.

A dous de Mayo se ouvirão huas toadas de tiros de pessas de Art.^a e foi que os Tapez vierão com destino de attaccarem aos nossos no passo em que os tinham deixado, aos quaes acharão já intrinxeirados, e com pessas cavalgadas em reparos, p.^a os contrabater: vierão os inimigos chegandose p.^a o pê do recin-tho fortificado com quatro pessas de Art.^a e em g.^e n.^o ases-tarão as pessas em bateria a descoberto: (vinham Armados de lanças flexas e Armas de fogo, fundas e purretes, cavavão com as lanças na terra p.^a se cobrirem de cocoras) derão fogo as 4 pessas, e como o terreno he da figura de hua meya laranja declinante p.^a a comp.^a: os seus tiros não forão de effeito, porq. nem hua so estacada derrubarão, e as setas que deitavam por elevação erão tbem de nenhum effeito. Os taes Indios tinham dado no passo primr.^o de hu Corrigo emq. estava o capitão Camargo com os Paulistas e seus escravos aperfeiçoando, e fa-

zendo ponte, e lhe matarão hum dos seus escravos e a vista da fortificação matarão dous a q. se não pode valer, e arrearão os cavalos, e vacas que acharão dispersas pela Campanha. Apercibidos os nossos e postos em serco pelos Indios a fortificação se atirarão alguns tiros d'Art.^a sem effeito, e só hum que mandou fazer o Cap.^m d'Art.^a de Santos Fern.^{do} Leite Guim.^{es} se diz prostrara em terra alguns.

Mandou o Ten.^e Coronel sahir a comp.^a de Granadr.^{os} p.^a fora da estacada q. estava formada entre os flancos da tenalha, em que esta a sahida, p.^a a Camp.^a, e ao tempo que os Indios deram fogo a pessas, mandou o Ten.^e Coronel retirar a tal Comp.^a p.^a dentro da Praça, e os Indios nada mais esperarão, p.^a serretirarem levando as Pessas as Costas que por pequenas de calibre de libra, e menos lhe foi facil e deixarão os Armoens toscos em que traziam.

Depois de hirem os Indios em retirada a larga distancia sahio o Tenente Coronel com 8 Dragons, e o Tenente Francisco Pinto Bandr.^a diante de si, e a companhia de Grandr.^{os} na sua retaguarda emcaminhandose a hum alto, q. fica em frente da Tenalha, e no cam.^o se acharão entre huas macegas duas pecinhas das quatro que retirarão, e as mandou Levar, p.^a dentro da fortificação.

Chegou ao alto sem opposição d'ali vio a retirada que faziam os Indios, e que huns cincoenta estavam parados os quaes erão de hua Comp.^a de q. o cap.^m chamado Sepê se tem por alentado: adiantou-se o Ten.^e Fran.^{co} Pinto a fallarlhe; depois de o haver feito chamou ao Ten.^e Coronel, e depois de praticarem hum poco asentarão entre sy de virem os Indios dentro a Fort.^a comer e beber debaixo de boa fé, e com effeito asim o fizeram mas depois de os terem debaixo das g.^{das} os mandarão dezarmar e recolher a prizão porq. tinham arreado a nossa cavallhada, e boyada, e se lhes disse, que para sahirem d'ali deviam avizar aos seus p.^a restituirem a preza.

O Cap.^m se ofereceo p.^a hir buscalla em Comp.^a do Ten.^{te} Fran.^{co} Pinto, e outros mais, tanto que chegou a parte conveniente meteu pernas ao cav.^o e a borda de hum mato apeandose com toda a deligencia tirou o pelego, e cabessada ao cavalo, e

se meteu ao matto sem q. alguns tiros que lhe atirarão o offendessem.

Como faltou o Cap.^m a palavra ficarão os Indios prizionr.^{os} e o Ten.^e Coronel os mandou em Canoas a embarcar em hua Falua, q. se achava no Rio de Fronte de S. Amaro porque he lugar a que chegam as embarcaçoens mayores a todo o tpo. e daqui seguirão, p.^a o Rio gr.^e em meyo da lagoa se levantarão os 50 Indios com a g.^{da} q. levavão de soldados comandados pelo Furriel Gaspar Joseph, e nos matarão dous, porem recolhidos os soldados, e marinhr.^{os} a camara da Falua dali com as Armas lhe fizerão fogo, e matando a m.^{tos} os outros se lançarão ao mar, e depois que os soldados tornarão ao senhorio da embarcação comessarão a chamar pelos q. nadavão prometendo não os molestar, e com effeito vierão e forão levados ao Rio grande onde chegando poco depois, o gen.^{al} os mandou tratar m.^{to} bem e vestir.

O dito Sargento mayor continuou o trabalho da Fortificação de S. Amaro, Armazens, payoes, e quarteis com alguns Ilheos trabalhadores por todo o mez de mayo até 15 do mesmo mez dia em que chegou hú Destacam.^{to} de Infantaria já despedida do Rio gr.^e pelo Gn.^{al}, e ordem ao d.^o Sargento mor, p.^a os empregar nas faxinas, e em dias interpolados vierão chegando as mais Tropas; em Faluas Canoas, e balsas, q. tudo desembarcou no porto de S. Amaro, e da mesma forma o trem, p.^a voltarem as mesmas Faluas a viamão a carregar Carros, Carretas, e outros m.^{tos} generos.

Havendo despedido o Gn.^{al} do Rio gr.^e as ultimas Tropas se pos a cam.^o por terra e chegando a Viamão se demorou alguns dias a fazer adiantar os transportes deste porto, p.^a o dito de S. Amaro, e depois no dia 15 de Julho se pós a viajar em hua Canoa, e em hum dia venceo esta viagem chegando com duas horas da noute.

Tinha o dito sargento mor posto no porto 7 pessas de Bronze do calibre de duas Libras, e em baterias e carregadas p.^a o salvar mais como chegou pelas 9 horas da noute se não effeituou. Trouxe o gn.^{al} Com sigo do Rio gr.^e aos 14 prisioeiros, q. escaparão do levante da embarcação, e do sitio de

S. Amaro os despedio para as Miçoens mandando dous Linguarazes Com elles, e lhes entregou Cartas p.^a os Caciques nas quaes lhes dizia que seguia Com o seu exercito para ellas, e que achandoos com animo de páz os atenderia m.^{to} e se estivessem com animo de Guerra lhes prometia, digo lhes advertia experimentarião nelle hum severo rigor; e os mandaria passar a espada, mais que esperava delles não chegarião a merecer tanto.

Neste quartel se demorou o gn.^{al} athé 11 ou 12 de Agosto mandando Conduzir todo o trem e tropa pelo rio asima nas Faluas Balças e canoas p.^a seguir por terra p.^a a Fort.^a do Rio pardo onde tinha quartel, q. o dito sargento mayor tinha deixado principiado como tambem os Armazens de Mantimentos e trem qd.^o desceo p.^a S. Amaro, e recomendados se fizessem os parapeitos, plataformas, p.^a a Art.^a jogar, e os fossos daquelles recintos.

Tendo despedido todo o exercito de S. Amaro pl.^o Rio, como fica dito se poz a caminho por terra com o Cap.^m Paulo Caet.^o de Souza, ã. lhe destribuhia as ordens, e gastou 3 dias em chegar a Fort.^a de JESUS Maria José do Rio pardo e depois de alguns dias que gastou em despachar a alguns, e fazer pagam.^{tos} as Tropas Como tambem dar Fardas a alguns entrou a dispor a forma da marcha, e dar principio a construir no dia 20 de Agosto hua ponte sobre canoas no Rio pardo, e nella se trabalhou thé 23 do d.^o no dia 24 m.^{don} marchar do exercito o corpo do comando do Coronel Alpoym e no mesmo dia passou a comp.^a de Granadeiros para postarse da outra parte do Rio pardo em guarda da ponte, e os fuzilr.^{os} se acamparão desta outra p.^{te} junto ao passo.

No mesmo dia 24 prendeu fogo nas casas da Tranqr.^a ou fortificação, e chegando a not.^a ao Gn.^{al} que estava assistindo no passo, e dispondo a forma da passagem montou a cavallo, e a todo o galope com alguns off.^s foi acudir o fogo q. distava hum 4.^o de legoa, e pondo o cuidado de salvar do incendio o que era da Fazenda real e conseguiu perdendo porem gr.^e part.^{to} dos seus provim.^{tos} e roupa que ficava em hum gr.^e Armazem que devorou o fogo e quase todas as cazas q. por serem páo e feno seco rapidam.^{te} arderão donde perderão os mais officiaes

as suas bagagens por não haver tp.^o p.^a as livrarem, marchando alguns unicam.^{te} com a Farda, e camisa q. tinhão no Corpo.

No dia 25 se moveo o Corpo do Coronel Fr.^{co} Ant.^o Cardezo de Menezes do acampamento em que o exercito todo se havia postado e se pos em marcha para a ponte, chegando o tp.^o que já o Coronel Alpoim tinha passado com o corpo do seu comando, hindo todos á camparse no mesmo Campo alem da ponte elegida pelo Coronel Blasco, que servia de quartel M.^o gn.^{al} no mesmo dia passou hua gr.^e parte das Carruagens, e arruinandose a ponte pelo demaziado pezo de alguas foi esta not.^a ao Campo, e demaziado e p.^a se cosertar voltou o Cor.^{el} Alpoym com os off.^s do trem da ribr.^a que a puzerão em estado de servir continuando a passagem das Carruagens nos dias seg.^{tes} de 26, e 27 e junto todo o Exercito Composto de Infantr.^a e Dragoens que eram 400 Dragoens e 600 Infantes alem de huas Comp.^{as} de Paulistas aventureiros, que serião 140 dos quaes alguns hiam montados fazendo dous trossos agregados aos Dragoens, continuarão a marcha nos dias determinados pelo gn.^{al} athé o Rio Jacuhy onde chegamos no dia 7 de 7br.^o Levava mais o exercito quantidade de pioens na condução de Carros Carretas e alguas cavalladas e boyadas, e assim mais applicados na conducção de 7 pessas de Art.^a das de campanha de Bronze do calibre de 2 libras, compunhase mais o exercito com 3 pessas de Art.^a de Amiudar os tiros do calibre de 1 l.^a e cada hua dellas entregue a sua Comp.^a de Granadr.^{os} q. sendo 3 levava cada hua emfrente hua destas pessas.

Em meyo de caminho fica o Rio do Butucarahy o q.¹ desse da mesma Serra de donde dessem os mais de q. já fallei, e não hé caudalozo senão em tp.^o q. recebe aguas do Inverno. 14 dias se gastarão desde o Rio pardo thé Jacuhy pelas muitas falhas que ouve por cauza das carretas, e carros q. seguiam com algua demora não acompanhando o exercito.

Chegando com effeito ao passo do Jacuhy achanmos na margem oposta fortificados os Indios rebeldes, e o Gn.^{al} lhes mandou fallar por hum lingua preguntandolhes de que estancias erão, e o que ali os tinha a q. responderão ser das Estancias de S. Luiz e S. Lour.^o e estarem ali p.^a nos embarassarem o passo do d.^o Rio, e instandoselhe a que dessem passo livre

mostrarão que de nenhúa forma o deviam Consentir, tocando algumas vezes de noute e de dia as suas flautas, e tamboriz q. lhes servem como aos militares reglados as caxas e pifanos.

Vendo o Gn.^{al} a contumacia dos Indios determinou q. na madrugada do dia seg.^{te} passacem 200 homens a nado dos quaes erão p.^{te} Paulistas, e p.^{te} ventureiros, e a mayor p.^{te} sold.^{os} Infantes com alguns off.^s e chegando da outra p.^{te} com gr.^o cautela, e sucego acometessem a trinxr.^a obrigandoos a largala ou padecerem nellas. Já a este tp.^o estavam as 7 pessas de Bronze no mesmo passo da nossa p.^{te} embocadas, p.^a a outra da sua trinxr.^a q. a certo signal, q. os nossos fizessem se deviam disparar.

Estando já este n.^o de g.^{te} em marcha as duas horas da madrugada lançandose ao Rio hum poco mais asima por evitar o rumor: chegou a esta hora hum proprio com carta do G.^{or} do Rio gr.^o na qual dava not.^a de vir em caminho D. Phelipe Mena com carta do gn.^{al} D. José Andonaigue derigida a fazer retroceder as nossas Tropas e dizendo estavam todas as Miçoens levantadas da p.^{te} aq.^m e dalem do Rio Uruguai, e q. as suas Tropas se achavão em gr.^o decadencia. Esta noticia obrigou a intreter os Indios que continuarão renitentes the o dia seguinte no qual fizerão chamada decendo a beira do Rio com hum pedaço de pano branco ao modo de bandr.^a em hum pedaço de páo arvorado e dezendo haver chegado nova tropa da Estancia de S. Lour.^{so}; e que o M.^e de Campo comand.^o della pedia salvo Conduto p.^a vir com outros off.^{es} a prez.^{ca} do nosso general.

Mandados transportar em pelotas unicas emvarcaçoens, q. havião chegarão a esta p.^{te} apresentando hua Imagem de N. S.^{ra} expuzerão hua larga arenga segurando elles obravão o que seus P.^{es} e seus Casiques lhes mandavão: forão tratados com mimos, que lhe fez S. Ex.^a e lhes fez perceber quanto era horrorozo, velos rebeldes ao seu soberano q.^{do} a sua real benevolencia era patente como havia referido aos seus Casiques nas cartas que com os prisioneiros lhes tinha escripto, e mostrando escandalizado p.^{la} falta da resposta lhe segurarão, que os seus Casiques vinhão dallas, e temendo se lhe batesse a

trinx.^a em que estavam fortificados, porque tínhamos já a este tempo abocadas a ella 7 pessas d'Art.^a; deu palavra o M.^o de Campo de que passariam ao outro dia os nossos soldados sem opposição comtanto q. se lhes nam roubassem suas estancias, e sendo lhes prometido serretirarão satisfeitos.

No dia 9 de 7br.^o quizerão persuadir ao nosso gn.^{al} esprece desta p.^{te} os casiques que chegarião brevem.^{te} ao que respondeu se lhes cumprisse a palavra dada no dia anteced.^e ou procuraria satisfazer-se da falta de fé q. experimentava: pedirão retificação da promessa de se lhes não tirarem seus gados sendolhes novam.^{te} aseverada puzerão bandr.^a branca dizendonos seguram.^{te} podíamos passar os nossos soldados e que logo fizerão 160 a nado debaxo da nossa Art.^a levando em pelota a ropa e Armam.^{tos}, e embarcados os off.^{es} em hua canoa forão recebidos pelos off.^{es} dos rebeldes, q. haviãbaxado a praya dezarmados levando os nossos sold.^{os} a Trinx.^a lha entregarão e a sua vista encontin.^{te} foi logo disfeita os Indios serretirarão a hua Tranqr.^a q. haviam feito em hua Lomba dist.^e 1/4 de legoa, e posto se não sabia o n.^o certo q. defendia o passo, nem lho preguntamos os que vimos chegarião a 100 armados de Lanças, flexas e Armas de fogo; assim nos conservamos thé o dia 11 em que chegou o cap.^m Espanol Mena com a carta do Gn.^{al} Andonaigue, q. referia ao nosso gn.^{al} o decadente estado emque a 8 de Agosto tinha suas cavalhadas, e boyadas, e q. obrigado da falta de pastos retrocedia a buscalos na sua rectaguarda 5 ou 6 legoas atras das 70 que tinha marchado, do passo das galhinhãs ao Arroyo do Tigre, e dizendo o capitam seria acertado o retirarence as nossas Tropas a Fort.^a do Rio pardo pois as do Rey Catholico não ficavão em estado de operar em muitos mezes por conta da ruina da cavalhada e boyada.

Propoz o nosso gn.^{al} em conf.^a a carta do Gn.^{al} Andonaygue e fez um discurso sobre as vantagens e defeitos, q. occorrião a rep.^{to} de ficarmos no passo esperando nova carta com resposta decisiva, e tambem as vantagens, e defeitos q. se encontrarião se voltassemos, p.^a o Rio pardo, e votarão os off.^s unanimes deviamos conservar o passo em que nos achavamos thé pozitiva Ordem do dito gn.^{al} com esta resolução escreveo

o nosso gn.^{al} ao Andonaygue pelo d.^o Cap.^m Mena, enviando com elle hum Alferes de Dragoens das Minas, p.^a trazer a resposta que lhe pediu protestada prompta, e discisiva, dandoce ao Alferes tp.^o prefixo p.^a hir aquelle campam.^{to} e voltar ao nosso com a resposta.

Neste estado ficamos em 16 de 7br.^o conservando o exercito, dividido em 2 corpos na forma seguinte = o coronel Alpoym com o seu sargento mayor com o corpo que comandava, e mais as comp.^{as} de Granadr.^{os} do Coronel Menezes; e Souza da p.^{te} dalem do Rio com as tres pessas de Amiudar: Destoutra p.^{te} no mesmo passo ficava o nosso Gn.^{al} com hua gd.^a e as 7 pessas montadas em bateria, e apontados p.^a o p.^{co} onde estava o Coronel Alpoym na oposta margem do Rio e os off.^{es} Coronel Blasco e os Then.^{es} Coroneis D. Martim José dechaure, e o capitão Gurrite com o corpo, q. comandava o coronel Menezes acampados desta outra p.^{te} em hua vargem algum tanto afastada do Corpo digo do Porto, emque o Gn.^{al} tinha a sua tenda.

Os 400 Dragoens que comandava o Ten.^e Coronel Thomaz Luiz, Ozorio se empregavão p.^{te} na g.^{da} da cavallhada, que pastava na nossa retag.^{da}, onde havia outro passo m.^{to} melhor p.^{lo} q.^l poderião os Indios intentar alguma areyada o q. nam fizerão. Postos os Indios na sua referida tranqueira ali conservarão a sua guarda, e o seu Campam.^{to} se vio ser em dist.^a de perto de legoa e meya da tal tranqr.^a concorrerão das aldeas multidão de Indios de cavallo e pé com seos off.^{es} e casiques que entre elles he o mesmo q. seos gr.^{es} generaes poca differença fazião no tracto pobretão dos mais; nestes a sua differença he trazer em hum traçado a cinta e no paço, q. guardavão os Dragõens tinhãem tambem os Indios gr.^e n.^o de cavalaria.

As armas destes Indios sam lanças de 16 palmos de aste arcos e flexas huns páos curtos acaixerados com cabeça q. lhês serve de bordão e de Arma, laços e bollas comq. lação os animaes, e g.^{te} e tambem usam de fundas de despedir pedras q. trazem em saquinhos dependurados na sentura. Chegarão varias vezes a formaremse em bat.^a com cavalaria, e pelo que viamos chegariam ao mais de 800 cavalos the 1000 os quaes, faziam corpo, e pelos altos das bombas se viam muitos espar-

cidos, e no discurso de 15 dias q. ocupamos o passo erão pocos os dias em que nos não obrigassem a pegar nas Armas, ou ao menos reforçar a g.^{da} de campo com hua comp.^a de granadr.^{os} e as vezes duas ficando os mais na Praça d'Armas promptos, e postos em forma.

Ao principio de 8br.^o se embrulhou o tp.^o que 7 dias continuados choveo de noute, e de dia com repetidos trovooens, e relampagos sem descansar o que cauzou hua inundaçãõ tal que subiu o R.^o Jacuhi 40 palmos transbordando p.^{las} varges em q. estava o aquartelam.^{to} obrigando ao exercito a fazer giraos p.^{las} Arvores p.^a poderem existir no lugar sem se largar o passo, e as sentinelas se faziam metidos os sold.^{os} na agua athé o joelho: a comonicação se fazia em canoas que se fabricarão p.^a a passagem do Rio q. intermediava, e dividia, nos acampamos muitos de hua, e outra p.^{te}.

Em dia de S. Thereza estandose festejando cõ missa cantada e sermão na barraca do Gn.^{al} declinou o Rio conhecidam.^{te} e dali em diante continuou a se mostrar grato parecendonos de antes hum monstro cheyo de horror p.^a q. pavorozos delle nos auzentacemos de suas margens o q. se se executasse seria cõ m.^{to} trab.^o porq. com a inundaçãõ do Rio se extendia por dilatado terreno e se escapacê as vidas se perderiam as bagagens de todas as Tropas. Como as margens do R.^o sam cobertas de matos virgens foi nesar.^o ao Coronel Alpoim deitar matos abaixo p.^a fazer terreno emq. se acampasse e fizesse Praça, p.^a se operar com as Tropas e as 3 pessas de amiudar que pôs na frente do Campam.^{to}.

Este trab.^o foi m.^{to} cançado porq. erão as Arvores de extraordinaria grossura, e a força de Machado se pozerão em terra, e depois se devidião em p.^{tes} p.^a se moverem e queimarem estas madr.^{as} ficando livre o terreno de embaraços, p.^a a peleja se os Indios nos attacassem.

Desta p.^{te} tinha o Rio em largura de 400 braças, e mais o referido matto, e do campam.^{to} a borda do mato um principio do campo onde estava postada hua nossa g.^{da} havia hum cam.^o em q. caregavão digo caberião dous carros emparelhados esta g.^{da} se fazia com duas Comp.^{as} q. tãobem havia, e estavam a ordem do d.^o Coronel interpeladas hora de hua ora de outra, hua

dellas era de Paulistas outra de lagunistas gente propria p.^a fazer guerra por entre matos, porq. descalços e sem roupa q. os embarace costumão andar nas suas casadas e descubertos e reconheci nelles hum const.^e valor e dez.^o de se lhes permitir attacassem os Indios.

Não deixarão de vir os Indios na noute de 4 p.^a 5 de 8br.^o q. foi e m.^{to} escuro, e tentar suprender a guarda dos d.^{os} Paulistas, e lagunistas ventureiros, mais a cautela com q. estes sempre estavam os desviou da empreza tocando a Arma e sentinella, e acudindo os companhr.^{os} lhes atirarão alguns tiros, q. os fes desviar, p.^a Longe comessando hua grande alarida de vozes: ao tocar d'Arma se pos prompto todo o abarracam.^{to} acudindo cada hum ao seu lugar que se lhes havia signalado, mas como a gd.^a avançada não foi forçada a retirar-se ao Corpo logo se entendeu q. os Indios não continuavãem ação mas a toda cautela se esteve toda a noute sobre Armas. Narretirada encontrarão hum cavalo q. ali perto andava pastando e o q.¹ tinham vendido ao Cap.^m Fr.^{co} P.^{to} Bander.^a e costumava andar nelle, hum seu f.^o e vindo os Indios depois de alguns dias em paz a falar-nos se lhe disse q. tinhão levado hum cav.^o do pé da guarda furtado, e q. o restituíssem e q.^{do} não se entenderia queriam romper comnosco, e os tratariamos como inimigos, ao q. responderão trazião o cav.^o e assim o fizerão. Passarão 3 dias ou mais, q. se não virão os Indios ao perto, e depois chegando-lhes mais algumas vierão em tom de paz dizendo queriãem vir alguns de seus Casiques fallar ao gn.^{al} e dandoce p.^{te} disto ordenou o gen.^{al} que viessem: deuselhe a passagem a outra p.^{te} do Rio em q. estava o gn.^{al} e hindo a sua prez.^{ca} lhes perguntou q. rezão tiverão p.^a vir inquietar as suas guardas, ao que responderão, q. não sabiam, e q. serião os minuanos q. esperavão pelos terem convidados em seu socorro.

Como o gn.^{al} tinha aseverado que sem vir resposta da carta q. escrevera a D. Joseph Andonaigue não largara o paço, e q. vindo a hordem de marchar para diante, que infalivelm.^{te} o faria e q. certam.^{te} assim o esperacem lhes pedião se se compadescesse de sua pobreza, e q. advertice, q. D.^a os tinha creado naq.^{las} terras que defendiam como proprias: o gen.^{al} lhes dizia que teria com elles toda a equidade se despuzessem as Armas

e q. uzando dellas em opposição certam.^{te} havia levalos a espada no ultimo rigor da guerra: alegarão os Indios a deitarce de joelhos diante delle pedindolhe com as mãos postas se compadesse de sua pobreza.

Chegou o Alfs. de Dragoens (q. tinha sido das Minas) mandado p.^{lo} gn.^{al} em comp.^a do Cap.^m espanhol D. Franc.^o Mena que tinha vindo com a carta de D. José Andonaeguy (na q.^l referia o miseravel estado em q. se achava disposto a retirarce pela aniquilação de Cavalos e gado a dist.^a de 5 ou 6 legoas mais atras das 70 q. tinha andado desde o d.^o paço athé o arroyo do Tigre) a trouce o d.^o Alf.^o a not.^a e juntam.^{te} carta de que o d.^o gn.^{al} Castelhana continuava a sua retirada p.^a o paço das galinhas de donde havia comessado a marcha porq. alem do mau est.^o de sua cavallhada, os Indios da Aldea de Japejú o forão desafiar ao seu acampam.^{to}, e que veria obrig.^o a defenderse do ataque matando 300 Indios ou perto deste n.^o e que estando os de todas as Aldeas levantadas e unidos não tinha poder p.^a os conquistar; porq. ainda o n.^o comq. sahira a comp.^a se tinha diminuido de tal forma que só se achava com 190 militares pagos tendo os mais dezertado, e q. era nesser.^o perparar o n.^o e tudo de novo p.^a entrar a camp.^a, e q. bem podia o nosso gn.^{al} recolherce com as suas Tropas a quartéis e ao tp.^o q. estivesse perparado faria havizo.

A vista desta dissuação só se deveo cuidar em segurar a retirada, deixando aos Indios com algum encargo, e segeição, que bem mostrasse estavamos naquele lugar senr.^{es} de nosso alvedrio, e assim vindo proguntar os Indios se tinha chegado a resposta se lhe disse que sim o q. não obstante determinava o gn.^{al} ficar no mesmo lugar, e cuidava em se intrinxeirar e esperar ordens dos soberanos F. e Catholico p.^a com efeito entrar na conquista dos 7 povos, q. se tinham destinado ao dominio portuguez e cazo de se retirar havião os Casiques assignar termo de não passarem o Jacuhy, p.^a a nossa p.^{te} de sorte q. apauhandoce no campo que haviamos talado algum dos Indios o castigariamos como transgressor do Tratado, e q. o mesmo se entenderia com os portuguezes se passarem o Jacuhy p.^a a p.^{te} delles; porque estas Campanhas ficavão no dominio por-

tuguez p.^{lo} entanto serrezolveu o contrario nas cortes de Portugal e Hespanha.

Convierão os Casiques em assignar o termo para q. nos retiracemos; porq. estando nós ali vivirião inquietos fora de suas cazas, pois estavamos muito chegãdos a elles, e os Padres os aconselhavão q. defendessem suas terras, q. eram suas porrem que os Indios de S. Luiz, e S. Lour.^{co} estavam nossos am.^{os}, e que elles se entrassemos nos seguiriam, mas que os outros estavam contumazes em defenderem os povos, e que diziam primr.^o haviam elles acabar com mulheres f.^{as} e Netos, q. nós entrassemos a possuhir suas terras, e q. elles tinham maços de cartas da Corte de Madrid do P.^c confessor de ElRey nas quaes lhe segurava seu sucego.

Ultimam.^{te} ajustado entre o Gn.^{al} os dias em q. havião vir assignar o tr.^o satisfizerão a promessa vindo huns em hum dia, e outros em outro e todos concordarão, e convierão nas circunstancias que se tinham estabelecido, deviam constar do referido termo, e se lavrou sendolhe lido por linguaraz e todos assignarão, passarão alguns dias sem fazer o gn.^{al} movim.^{to} mas logo depois comessou a dispor a retirada e aos 9 de Novembro passou o corpo de Alpoim o Rio a estoutra parte do Norte; e marchou o exercito aos 21 e viemos a passar o Rio pardo proximo a Fort.^a em 26 do mesmo fazendo marchas de duas leguas e 1/2 e as vezes 3 com poca differença e nos acampamos em hua Lomba junto a Fort.^a onde por algum tempo sofremos o incomodo das Tempestades q. por algumas vezes prostrou por terra quaze todo o abarracam.^{to} por estar este já emcapaz de rezistencia.

Deu o gn.^{al} alguns dias de descanso, e para ficar a Fort.^a com guarnição em melhor estado de defesa ordenou o d.^o ao Coronel Alpoim dispuzesse a forma; e o d.^o Coronel acrescentou ao dezenho duas obras exteriores hua em figura pentagonica e outra triangular chamada rebelim e prolongou hua face de hum Baluarte, e por hum ramal flanqueado foi prender esta nova fortificação ao resto da velha junto ao Baluarte da Polvora: Em toda esta circunvalação se abrirão os fossos Competentes e neste trabalho andarão os off.^{es} e soldados em fa-

xinas de duas horas de manhã e duas de tarde a q. assistia o Gn.^{al}.

Chegarão as cartas do Governador da Coll.^a, e do Marq.^z de Val de Lirios, q. derão a conhecer q. o Andonaigue estava retido no paço das galinhas, e caminhava p.^a as cabeceiras do Rio negro onde o Marquez hia ter com elle hua conferencia p.^a se efectuar a entrada com toda a delig.^{ca} e q. do q. nella passacem viria avizo.

O Gn.^{al} respondeu a esta carta, e despedio ao Then.^e Coronel D. Martinho José chaure, e o cap.^m D. Fran.^{co} gurrite (q. forão test.^{as} de q.^{to} se obrou no nosso exercito) p.^a q. segurassem ao Marq.^z, e Andonaigue q. elle e seu exercito passava ao Rio grande, e dahi a tororotama onde havia acampar ou aquartelar as Tropas para entrar em tp.^o conveniente pelo citio de S. Tecla donde seguiria encorporar com os espanhoes para obrarem mutuam.^{te} os 2 exercitos na empreza de evacuar as Miçoens visto q. se lhe tinha faltado a formalid.^e do primr.^e ajuste, que fizera na Ilha de Martim Garcia, e que sendolhe auxiliante não podera obrar sobre sua entenção no paço do Jacuhy onde esperava havizo de Andonaigue ter chegado as cabler.^{as} do Rio Ibicuhy, p.^a poder seguir a sua marcha, p.^a as miçoens e disto se espera resposta.

As Tropas tem seguido em balsas e canoas soltas, e em Faluas de remos p.^a o sitio de S. Amaro, e ahi a mayor p.^{te} dellas passaram a Faluas grandes p.^a seguirem, p.^a o Rio gr.^e e as q. não achãrão destas mayores embarcações seguirão nas pequenas, athé Viamam e ali esperarão huns 300 soldados e off.^s algumas faluas das q. tinhão levado Carga ao Rio gr.^e de gente e trem a fazer segundo transporte athé que tudo se poz prompto em o d.^o Rio grande para seguir a ordem que o Gn.^{al} lhe der ou ficando aquartelados nesta Vila ou passando a Tororotama como estava determinado.

He inexplicavel a prudencia que o nosso Gn.^{al} teve com os Indios sofrendo suas importunas arengas, e incuriaes discursos tratandoos com m.^{ta} Caridad, mandandolhes dar de vestir e comer, e asim os pos tão domesticos, que nos ultimos dias dos q. ocupámos aquelle passo vindo os Indios a fazer hum pobrissimo neg.^{co} de bexigas de gracha sabão, copos de chifre

e outras bacatelas mais, obedeciam as ordens de se retirarem q.^{do} se dilatavão m.^{to} porq. vinhão logo de manhã, e durava a feira athé as 2 e 3 da tarde, e duraria thê a noite se não fosse o impedirce a d.^a feira por mais tempo.

Este Indios vinhão em n.^o de 600 e m.^{to} mais, a mayor p.^{te} de cav.^o e trazião os seus off.^{es} e caciques com os quaes sempre se conservavão a cav.^o a mayor p.^{et} com as lanças na mão, e pocos as querião separar de si, e asim a g.^{da} de Paulistas e de mais hua Comp.^a de Granadr.^{os}, e as vezes duas se punham promptos a lhes embaraçar algum máo procedim.^{to} que houvessem ideado, e asim vivemos, com elles os ditos 75 dias tendo os sugeitos a nossa rezolução por tal forma ou tanto asim que estando em hum certo dia hum grande Corpo de Indios de q. se apelidava Cap.^m hum q. diz chamarse Bernabé, e junto a elle com o Ten.^e Fran.^{co} Pinto o Sargento mór Luiz Manoel de Azevedo e estando os Indios todos a cav.^o, com as lanças na mão, e a nossa g.^{da} de campo posta em Armas prevenida, p.^a o que pudese acontecer, succedeu hum dos nossos Paulistas sahir de hua restinga de mato proxima ao campo em q. os Indios e nós estavamos, e vendo huns 4 ou 5 Indios sahir o d.^o Paulista com Arma, e hum negro com hum machado nas mãos se forão os Indios a elle e lhe pedirão a Arma, q. a queriam ver a que o Paulista concedeu, e lha entregou e encontin.^{te} meterão pernas aos cav.^{os} e se forão com ellas e chegou o Paulista, e negro, e derão p.^{te} do sucedido o que sendo prezente ao sargento mayor mostrandoce bastantem.^{te} ofendido do acontecimento o communicou ao Ten.^e p.^a lhe fallar pela lingua dizendolhe que se vinhão de paz não devião ser tão insviz q. faltacem as Leys della, e que logo mandace o Cap.^m pela arma porque se constasse ao nosso gn.^{al} este acontecimento mandaria sem demora romper com elles e q. não demorassem mandar algú de seos off.^{es} p.^{1a} arma, e voltando o d.^o, Indio que fazia figura de hum arrojado Capitão para a sua rectaguarda, fallou a huns da ultima fileira que partirão a todo o galope, e com poca demora troucerão a arma, e a entregarão na prezença do d.^o sargento mór e Ten.^e ao mesmo a q.^m a tinham tomado debaixo de boa fé e asim derão bem a conhecer o resp.^{to} q. entre elles havia adquirido a pessoa do nosso

gn.^{al} bastando nomealo p.^a q. o Cap.^m fizese sem demora restituir o furto.

Em outra ocazião foi o d.^o Ten.^e cõ mais off.^s a correr o Campo em frente da Tranqr.^a dos Indios a q. se tinham acolhido quando largarão o paço, e hindo subindo os d.^{os} off.^s por huma lomba dist.^e da nossa guarda de campo dous tiros de mosquete lhe sahirão de huma ponta de mato donde estavam escondidos, fazendo emboscada, hua multidão de Indios, e todos a pé com as lanças na mão vierão acometer os 3 cavalheiros os quaes se Retirarão por não haver ordem do gn.^{al} p.^a se ofender de nenhuma forma aos Indios, sem que chegase a puzitiva ordem do Gn.^{al} Andonaigue que se esperava, e vendo da nossa guarda de campo a acometida dos Indios, p.^a os nossos os mais delles sem forma ao costume sertanejo se lançarão pelo campo adiante com as suas Armas, e vindo esta noticia ao alojamento do Coronel Alpoim deu ordem ao Sargento mor Luiz Manoel de Azevedo fosse ao tal campo ver o q. aquillo era, e atraz do sargento mayor outros muitos Paulistas que sahirão das suas Barracas, e alguns officiaes militares, e chegando todos a meyo campo onde já se achavão os officiaes q. fizeram a retirada custou muito ao Sargento-Mayor fazer voltar esta gente, que diziam era ocazião apropriada p.^a hirem abraçar os Indios em seu proprio acampam.^{to} com o repetido fogo de suas Armas, e na verdade se mostravão todos com intr.^o furor belico; porem com effeito se Recolherã muito poco satisfeitos de lho não deixarem executar.

Pelo que está dito asima a não haver o gr.^e embaraço de falta de resposta do gn.^{al} Andonaigue que á representação que lhe feso nosso gn.^{al} sertamente havendonos seguido a nossa marcha do referido paço para diante poderíamos estar em posse de algua das miçoens, e dispostos a sugeitar as mais ajudados do favor divino mais pelos acazos succedidos parece não estava ainda chegado, o tp.^o apropriado p.^a se evacuarem; e talvez será porque sendo os Padres da comp.^a motores desta rebeliam, gr.^a D.^s por algum meyo livralos do proporcionado castigo a q. naturalm.^{te} pelas Leys humanas estam sugeitos; e composta a sua pertinacia pessão ao Rey mizericordia de sua inobediencia.

Repartição dos off.^{es} e soldados que haviam guarnecer os postos no acampam.^{to} do Coronel Alpoim na occazião de pegare nas Armas havendo Rebate.

A comp.^a de Grandr.^{os} de Alpoim com seus postarceha na frente do caminho ficando a sua esqd.^a na recta guarda da primr.^a pessa, e ao lado direito para o mato.

A comp.^a de Grandr.^{os} de Menezes com seus officiaes dará o seu lado direito a pessa ultima, e o esquerdo ao mato tendo a frente para o caminho e a recta guarda para a linha de Martins.

A de granadeiros de Souza com seus officiaes se postará no sentro da Praça com a frente para a Lagoa.

A comp.^a de Martins com seus officiaes o Cap.^m André Vaz, e o Alferes Thomaz de Souza, os sargentos Domingos Correa, e João de Campos com dez soldados da companhia de Galvão se postará na rectag.^{da} das Pessas dando a sua esqd.^a aos granadeiros de Menezes, e a direita a esquerda dos de Alpoim ficando-lhe a terceira pessa no centro.

O Capitão Galvam com 20 soldados da sua Comp.^a e o Sargento Salvador Dias se postará pelo lado esqd.^o da Barraca do Sargento mór e rectaguarda della com a frente para o mato pondo duas sentinelas hua ao pé do Corrego por onde entrou agua, e outra de traz da Coz.^a do Cap.^m Masc.^{as}.

O Cap.^m Geronimo Mor.^a com o sarg.^{to} Medella e 15 homens se postará na esquerda da Barraca do S.^r Coronel e rectag.^{da} da sua linha com a frente para o Rio.

O Cap.^m Jacintho Roiz com o Sargento Jeronymo Velozo e 20 soldados se postará no lado direito da Caza da gd.^a do posto com a frente para o mato, e lugar onde esteve a Barraca do P.^o Capelam.

O Alferes Simão Roiz com o Sargento Ignacio da Sylva costa e 20 soldados acudirá a guardar a bandr.^a.

O Alferes Fernando de Albuquerque com os sargentos Phe-lipe de Santiago e Joseph Miz e dez soldados acudirá a caza da polvora pondolhe as sentinellas precisas e a sua frente p.^a o mato.

O Sargento José da S.^a Santos acompanhará o S.^r Coronel.

O Capitão Camargos dará 10 homens para promptam.^{te}

acudirem e se porem nas bocas dos caminhos que estan no mato que fica pela rectaguarda das Barracas do acampamento e elle com a mais gente de sua Comp.^a guarnecerá a patrulha do mato que lhe está determinado.

O Cap.^m Francisco Pinto com os seus aventureiros fará a patrulha de fora como lhe está Ordenado e retirandoce esta esperará, e acudirá com ella onde se vir he precisa ou lhe for ordenado.

Esta he a repartição que fiz das tropas que paçou o Rio Jacuhy a outra p.^{te} dos Tapes Como Sargento mór do Corpo pertencente ao Coronel Alpoim a que tenho asestido:

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'L. Azevedo', with a large, stylized initial 'L' and a flourish at the end.

O autor é o Sargento Mór Luiz Manoel Azevedo cujo monogramma reproduzimos acima, e com que firma esta memoria.

Copiado de II-35-36-25 na Bca. Nal. Rio, por J. C. Rego Monteiro.

O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul

(TESE APRESENTADA AO 2.º CONGRESSO AFRO-
BRASILEIRO DA BAÍA)

por DANTE DE LAYTANO

“A guerra foi, desde o início, uma consequência natural da nossa própria existência. Encontrando meio propício a um surto admirável, o sentimento belicoso crescia... Cada cidadão rio-grandense era um soldado disposto a defender a tranquilidade do seu lar ameaçado pela temeridade dos povos vizinhos”, comenta Jorge Salis Goulart, um dos mais agudos observadores da vida do sul, e ainda, na mesma obra ⁽¹⁾, esquematiza as fontes psicológicas do gaúcho, com anotações seguras, dizendo:

“A vida do rio-grandense oscilava entre a estância e o acampamento. As cartas de Bento Gonçalves ao pai são datadas ora da fazenda, ora do campo da guerra. Canabarro também foi alternativamente fazendeiro e militar. A necessidade social, pois, realizava a hipertrofia do sentimento belicoso, o qual cada vez mais se fortalecia pelo hábito das pugnas tenazes” ou “A sociedade recebia a sua mais forte orientação da vida dos acampamentos. Era nestes que os

(1) “A Formação do Rio Grande do Sul” — Jorge Salis Goulart — 2.ª edição — Livraria do Globo — Porto Alegre — 1933.

rio-grandenses se reuniam com maior ânimo de estabilidade social e o maior sentimento coletivo que então os irmanava era o desejo de aniquilar o inimigo comum”.

O acampamento foi uma enorme força centrípeta do estado social dos gaúchos, igualada apenas pela estância e em tôrno dessas duas grandes células motoras se desenrolou por mais de um século a vida dos rio-grandenses.

Apenas em 1737, Silva Pais lançava os fundamentos dos primeiros núcleos humanos fixos do Rio Grande.

Entre a ilha de Santa Catarina e os centros de população do Rio da Prata, na extensão de norte a sul e nas latitudes das missões argentinas e paraguaias, ficando no oeste, e uma vasta faixa arenosa, apertada numa região lacustre com o oceano, a capitania de S. Pedro ⁽²⁾ serviu de pretêsto para incursões espanholas, homisiamentos de soldados fugitivos e por ela trilharam sòmente batalhões, raros paisanos brancos e massas de índios.

Logo que se iniciou o povoamento luso-brasileiro, Cebalos se apoderava da Cisplatina invadindo o Rio Grande, sendo expulso, em encontros violentos, por Marques de Souza e Henrique de Böhmer.

Declarada a guerra entre a Espanha e Portugal, a luta aumenta no Sul, o Rio-grandense — fronteiras dos domínios lusitanos se transformou em praça de combate.

Em cincoenta anos se praticaram séries de grandes avanços militares, cinco campanhas famosas arrasaram as terras meridionais e grossas colunas armadas sulcaram novos caminhos.

Dezenas de vilas e cidades do Rio Grande de hoje nasceram nas marchas e contramarchas dos exércitos em ope-

(2) O decreto de 25 de fevereiro de 1807 elevou o Rio Grande à categoria de capitania geral com o nome de capitania de S. Pedro. Já o Brasil tinha vivido três séculos quando a metrópole cuidou de seus territórios vizinhos do domínio de Espanha. A hipótese de que os tratados políticos, linhas divisórias, condições de fronteiras, retardaram o povoamento português do Rio-grande, opõe-se a tomada e ocupação da Ciplatina...

rações na capitania, vilas e cidades que não eram mais do que arraiais fortificados.

“O povoamento do Rio Grande foi guerreiro defensivo, para usar a linguagem de Comte”. (3)

A colonização luso-brasileira iniciou seus alicerces, estabelecendo estâncias e roças, fisionomia que o Rio Grande moderno ainda conserva.

As manadas de gado que pelo século XVII apareceram no Rio Grande das missões guaranís-jesuíticas e depois por intermédio dos paulistas e lagunenses foram arrebanhadas pelos espanhóis. Dispersaram-se, com outras tropas, nas baías original e subsidiárias do rio da Prata. (4)

Os grandes centros de criação de gado se organizaram por alguns bandeirantes, muitos militares de alta patente e escassos rio-platenses.

Introduzidos os primeiros colonos no Rio Grande, estabelecendo-se o povoamento sistematizado, foram eles ocupar as áreas que ofereciam meios directos de comunicação.

Pôrto Alegre e uma vasta periferia incluindo-se as margens e vizinhanças das grandes e pequenas lagoas se tornaram as sedes e posses iniciais dos ilhéus e brasileiros.

Não cabe procurar numa tese sintética, como esta, a diminuta influência do bandeirante paulista ou das enormes entradas de ilhéus açorianos, mas a verdade é que ao se localizarem, no Rio Grande, os primeiros habitantes, moradores de Laguna, optaram pela vida das estâncias. Enquanto o brasileiro já acostumado às grandes vastidões de terras, praticava a criação de gado, o açoriano, educado nas paisagens modestas de horizontes, cultivava a agricultura que estava mais de acôrdo com seus hábitos. “Teriam armado os seus fogões pela praia, mitigando a saudade do oceano

(3) Félix Contreiras Rodrigues — (Piá do Sul) — “Farrapo” — memórias de um cavalo — Introdução — (Apreciação histórica e sociológica do gaúcho e do caudilho brasileiros — Livraria do Globo — 1935.

(4) B. Caviglia Hijo — “Sobre el origen y difusion del bovino en nuestro Uruguay” — Morales Hnso. — Montevideu — 1935.

e provendo-se na pesca para melhor alimentação". (5) A procura do cenário de marinha os fêz andar se localizando nas costas e percorrer os primeiros caminhos de água como o do rio Jacuí.

Não se pode dizer que o filho da terra, o lagunense, paulista ou fronteiriço fôsse estancieiro e o açoriano grangeiro mas acentuaram nas suas preferências, no campo, as origens do "habitat" primitivo.

Mesmo que o ilhéu entrou em seguida ao brasileiro para sustentar a posse portuguesa do Rio Grande.

"Os açorianos que vieram povoar a capitania receberam mingoados lotes de terras, e principiaram a cultivá-las plantando cereais próprios à alimentação", como diz o historiador Alcides Lima, (6) que continua: "A abundância do gado era também desfavorável ao progresso das lavouras, porque os habitantes, tendo sem trabalho a alimentação animal, entregavam-se a ela quasi exclusivamente. Por outro lado, os camponeses, tendo a subsistência garantida pelo gado sem dono que existia no interior, perdiam o estímulo para a cultura das terras e as abandonavam pouco a pouco" e "chegou então ao auge a febre pela posse de estâncias no interior. As sesmarias concedidas multiplicavam-se assombrosa e desordenadamente. Em breve todos os habitantes quizeram ser estancieiros. A Capitania foi retalhada em propriedades extensas. A lei das sesmarias, que mandava conceder apenas três léguas de campo, foi iludida, violada e desprezada pelos sismeiros e pelos governadores que faziam concessões largas e arbitrárias".

O Rio Grande sempre andou entre a pecuária e a agricultura, aspectos que persistem nos tempos atuais como a garantir a solidez de seus recursos.

As roças e as granjas foram se substituindo por estâncias e xarqueadas ao mesmo tempo que se lutava de mãos ar-

(5) General Borges Fortes — "Casais" — Edição do Centenário Farroupilha — Rio de Janeiro — 1932.

(6) Alcides Lima — "História popular do Rio Grande do Sul" — nova edição — Livraria do Globo — Porto Alegre — 1935.

madras para garantir a manutenção de uma ou de outra.

O negro apareceu nessa balança política e econômica como camponês, como soldado e como operário.

No momento não indagamos seu papel de camponês no cuidado, cultura e plantio do trigo nas regiões do centro e sul, de operário nas charqueadas e nas estâncias; não era necessário a presença do negro uma vez que o trabalho de criação de gado não requeria senão poucos homens, seis a dez, para rodeio, marcação ou tropear, procuramos, sim, apreciar o negro-soldado.

Embora predominasse um espírito guerreiro nos primeiros rio-grandenses não chegou a ser criada uma aristocracia militar naquele sentido de Spencer.

O orgulho de uma casta superior e a fascinação pelo exército eram atenuados por vários fatores.

Tem se atribuído à estância o papel democratizador do homem gaúcho, mas não se deve admitir essa unilateralidade em prejuízo de outros conceitos.

E' exato que a estância nivelou os hábitos do campo não permitindo grandes diferenciações sociais mas à caserna e ao negro também lhe estão reservados papéis de primeira ordem.

O rio-grandense se dividiu entre a caserna e a estância, esta entregue à mulher e aos peões, lugar de dormida, quasi sempre escassamente habitada e mal construída, aquela, a caserna, provisória, quartéis de emergência, sem aparato, verdadeiros acampamentos transitórios.

"Como diz Spengler, — para quem o tipo de habitação apresenta valor histórico-social superior ao da raça — a energia do sangue que imprime traços idênticos através da sucessão dos séculos deve-se acrescentar a fôrça "cósmica", misteriosa que enlaça num mesmo ritmo os que convivem estreitamente unidos". Esta fôrça, na formação brasileira, agiu do alto das casas grandes, que foram centros de coesão patriarcal e religiosa; os pontos de apóio para a organização nacional. A casa grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político", en-

sina magistralmente Gilberto Freyre, que seguindo o roteiro splengleriano, evocando Schomoller, deu-nos ensinamentos admiráveis nos seus dois grandes livros, clássicos da nossa incipiente sociologia.

A significação da casa é um elemento primário no estudo do caráter de um aglomerado humano.

A estância é medíocre, a atividade do homem de campo se conduz sempre distante da casa, perde-se na planície, alimenta-se em pleno deserto verde, a estepe é a única decoração que paira diante do olhar do gaúcho o dia inteiro e pelo crepúsculo se recolhe à casa da estância para descansar cedo.

Isso nas épocas normais, porque, durante as lutas armadas, então, a fazenda é um desolado casarão de nenhuma vida.

O acampamento sem o aparato dos quartéis e dos palácios não inspirava sentimento algum de orgulho nos militares mesmo que os encontros se faziam com intervalos entre as linhas de combate e atividade econômica no campo.

Quasi voltando de um combate, regressavam ao exército, mas com a mesma presteza estava nas fazendas para se acautelar do inimigo, do roubo e das requisições.

O negro tinha um lugar humano na vida pastoril do Rio Grande.

Na estância êle não era necessário, a atividade da fazenda é conduzida por meia dúzia de homens, então o negro quando pousa na estância tem a honra de hóspede porque êle esteve acantonado na mesma barraca do fazendeiro durante as últimas marchas.

Democrático, o homem da estância, pela falta de pompa da habitação, pela ausência de tradição e pelo acanhamento do espírito, as suas origens guerreiras se desenvolveram com os característicos eminentemente populares.

O negro foi mais companheiro do que servo.

Modificou-se a sua posição quando êle teve que habitar a senzala dos granjeiros onde era chicoteado pelo feitor com todo o ritual da barbaria escravagista ou então nas char-

queadas, o primeiro momento industrial dos rio-grandenses, e aí, que se acumulavam as fortunas iniciais das grandes famílias, sulinas, o administrador das charqueadas era violento e selvagem com os pobres negros.

Mesmo as granjas e as charqueadas foram núcleos mantenedores dos exércitos do pampa.

Decadente a agricultura, os fazendeiros foram cuidar do gado nas estância e no salgamento de carnes nas xarqueadas, contudo as massas de trabalhadores andavam errantes entre os saladeiros e os campos de trigo.

Sobrexistindo uma série interminável de choques, o negro encontrou nos quartéis a sua verdadeira casa, no acampamento o repouso seguro e no combate uma demonstração de coragem e energia.

Aquí nos ocorre a velha e sábia lição de F. de Coulanges. (7)

“Un curieux usage, qui subsista longtemps dans les maisons athéniennes, nous montre comment l’esclave entraît dans la famille. Ou le faisait approcher du foyer; ou le mettait en présence de la divinité domestique; ou lui versait sur la tête de l’eau lustrale, et il partageait avec la famille quelques gâteaux et quelques fruits. Cette cérémonie avait de l’analogie avec celle du mariage et celle de l’adoption. Elle signifiait sans doute que le nouvel arrivant, étranger la veille, serait désormais un membre de la famille et partageait il les fêtes. Le foyer le protégeait; la religion des dieux Lares lui appartenait aussi bien qu’à son maître. C’est pour cela que l’esclave devait être enseveli dans le lieu de sépulture de la famille”.

O escravo na sociedade ateniense entrou para a família através da religião e o nosso escravo negro, nas primeiras clãs rio-grandenses, entrou para a família através do exército.

A sociedade da Grécia girava em tórno da religião, as

(7) Fustel de Coulanges — “La cité antique” — 19 ed. — Hachette — Paris — 1905.

instituições, costumes e leis obedeciam às divindades e os nossos aglomerados ergueram seus sistemas sociais e políticos em torno das casernas, dos combates e das marchas militares, que prevaleceram mesmo sobre as organizações econômicas das granjas, fazendas e charqueadas.

O negro existiu em proporções apreciáveis, segundo as raras estatísticas. Porque o africano mereceu uma quietude tumular.

Os nossos cronistas, os historiadores de compêndios oficiais e toda a literatura gaúcha não se ocuparam do negro senão accidental, ligeira e negligeramente.

“Em 1780 graças ao mapa do tenente Córdova, que traz o primeiro censo da população rio-grandense, já temos elementos para apreciar, com mais detalhe, esse aspecto interessante de nossa formação étnica (o negro), mal vislumbrada ainda, por falta de elementos documentais e estatísticos, até agora completamente desconhecidos”, diz Aurélio Pôrto ⁽⁸⁾ e observando aquele censo temos uma população de 9.433 brancos, 5.102 negros e 3.388 índios distribuída em 14 localidades onde como Cachoeira, Triunfo e Anjos da Aldeia o elemento negro era superior ao branco e outros núcleos como Rio Pardo, Mostardas e Viamão a população negra era quasi igual à branca.

Não era tão insignificante o coeficiente negro conforme insistem todos os autores do Rio Grande.

Naturalmente esse elemento desapareceu por caldeamento, dispersão e falta de novas entradas.

“As índias dizem que se entregavam aos homens de sua raça por dever, aos brancos por interesse e aos negros por prazer”, informa Saint-Hilaire ⁽⁹⁾ e daí o cruzamento abundante que por muito tempo se praticou nas campanhas do sul.

(8) Aurélio Pôrto — “Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul” — Fascículo II — Editorial Minuano — Porto Alegre — 1936.

(9) Auguste Saint Hilaire — “Viagem ao Rio Grande do Sul” (1820-1821) — Trad. de Leonam de Azevedo Pena — Ariel Editora — 1935 — Rio de Janeiro.

A fuga para o Rio da Prata e a decadência da agricultura foram outros fatores da diminuição do índice africano. Mas esse coeficiente existiu abundantemente nos nossos primeiros tempos.

Retornando aos índices colhidos por Aurélio Pôrto, um dos poucos historiadores do Rio Grande que está se preocupando com o negro, e o sr. Aurélio Pôrto é, sem favor algum, o maior estudioso das nossas cousas, apreciaremos que o africano entrou logo junto com os contingentes do século XVIII que vieram tomar posse da Capitania d'El-Rey.

O presídio de Jesús-Maria-José, fundado em 1737, acusa nos livros iniciais de batismos o seguinte: 71 batismos de brancos, 31 de índios e 24 de negros em quatro anos (1738-41).

Os assentamentos de Viamão (1747-58) nos dão os batismos de 308 brancos, 21 negros e 21 índios.

Em 1814 era a seguinte a população do Rio Grande: 35.991 brancos, 20.611 negros, 8.655 índios e 5.399 mestiços. — Total: 70.656.

Ao chegar em 1823 a população negra baixa para 15.000 e a branca sobe para 85.000.

De 1824 a 1835: "trabalho livre — emancipação política do país — crescimento da população pela imigração — retiram-se os trabalhadores escravos — 4.736 colonos os substituem", (10) esclarece um quadro estatístico do passado setecentista a modificação que se operou no braço do agricultor não era uma grande novidade para os sentimentos gerais dos rio-grandenses porque não suportaram eles nunca a escravidão africana e o colono alemão foi chamado para reerguer a agricultura em decadência.

Todo o norte e o centro do Brasil apelava para o trabalhador negro enquanto o remédio para corrigir o desastre agrícola do sul era o de trazer o camponês alemão.

(10) Eleutério de Camargo — "Quadro Estatístico e Geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul — Pôrto Alegre — 1868.

A política imigratória do Império não procurou atender somente as razões de clima, porém o fundo psicológico do novo povoador, que seria localizado em enormes regiões de matos absolutamente inhabitados...

Um mundo diferente, a terra virgem, um céu bem claro e isolados para criarem novos núcleos, novas colônias, novas roças, que foram novas vilas e novas cidades na América livre e ainda meio bárbara.

Tôdas as forças indicavam o afastamento do negro menos as dos centros militares e o africano se tornou um soldado por força do ambiente e também para cultivar sua revolta secreta e religiosa contra o branco.

Apenas as charqueadas foram concentrações negras operárias mas também movediças nos instantes de lutas armadas e a agricultura relaxada pela pecuária fizera do africano um ocioso e um baluarte muito bem colocado nas casernas e no acampamento como os lusos-brasileiros, índios, reinóis e mulatos também vagabundos e heróicos, segundo as quadras de morar nas praças de guerra ou de combater as falanges inimigas.

A insignificância de fontes escritas, livros, jornais e crônicas, que ao estudar o Rio Grande não citam o negro parece tem origem no culto de um falso pudor "racial", como acentuou o cientista Nina Rodrigues, fazendo o mesmo comentário sobre o silêncio da literatura nacional com respeito ao africano. Se os livros calam, as estatísticas falam e a-pesar-da pobreza de dados elas, estatísticas, nos têm sugerido algumas conclusões avançadas, é verdade, mas que a psicanálise sempre ampara.

"Não faz muito tempo que conhecemos os negros e assim mesmo não o conhecemos senão bastante mal", dizia Delafosse como palavras iniciais de seu estudo interessantíssimo sobre o negro ⁽¹¹⁾ e portanto é um defeito que também herdamos da cultura ocidental.

(11) Maurice Delafosse — "Los Negros" — trad. hespanhola — Colecion Labor — Madri — 1931.

Se os europeus, como ingleses, alemães, franceses, italianos, belgas, suécos e portugueses, depois de pesquisas conduzidas pessoalmente anos e anos, em plena África, pouco ou nada sabem do negro, temos que possuir diminutas razões de queixas no que diz respeito ao estudo do nosso negro.

“A geração intelectual que sucedeu no Brasil aos modernistas de S. Paulo e do Rio apresenta, entre os seus característicos mais salientes, o que alguém já chamou de sociologismo” (12) e, como acentuou o autor profundo de “Sobrados e Mocambos”, os escritores nacionais de hoje caminham pelos rumos interpretativos das ciências sociais. Procurando no negro o melhor tema para o debate, ainda solucionaremos a questão do homem africano na América Portuguesa mesmo através da arte.

O índio nasceu do romantismo, na cultura nacional, o negro ficará também por êsse sociologismo no momento atual.

“Não posso de forma alguma divisar a menor vantagem para as Nações modernas, por via da escravidão, e se há economistas, que sob certas condições, pela maior parte quiméricas, pretendem que se pudesse consentir neste sistema, eu acho que, ou êles não estão ao alcance de quantos inconvenientes traz consigo, e acham porisso meios de dilatar as suas especulações, ou crendo cegamente em contos dos antigos, não só aprovam as regras de Licurgo nesta parte; mas mesmo crêm applicáveis às Nações modernas, sem reflexionarem, que tal projeto é um absurdo, e mui principalmente a respeito do Brasil atual” (13) clamava Antônio José Gonçalves Chaves, rio-grandense abastado.

(12) Gilberto Freyre — “Sociologia e Literatura” — In “Lanterna Verde” — Cit. ant. “Casa Grande e Sensala” — Schmidt — Rio — 1936 — “Sobrados e Mocambos” — Brasileira — S. Paulo — 1936 — “Artigos de Jornal” — Edições Mozart — Recife.

(13) “Memórias Economo-Política sobre a administração pública do Brasil”, compostas no Rio Grande de S. Pedro do Sul e oferecidas aos Deputados do mesmo Brasil há 16 anos; que professa viver só de seu trabalho, e deseja o bem da Nação, ainda com preferência ao seu próprio — Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional — 1822 — In Rev. do Inst. H. e G. do R. G. do Sul — Ano II — 1922.

Era essa a mentalidade que predominava entre os fazendeiros da formação do Rio Grande, a repulsa escravagista fortalece o conceito democrático do ricaço das estepes do sul.

A linha geral do sentimento gaúcho se traçava num desprezo pelas manobras de acumular dinheiro com capital humano.

O negro esteve presente no trabalho como uma necessidade social da época.

— Não vivendo cem anos, o Rio Grande antes da Independência do Brasil, sua formação está marcada pelos sulcos guerreiros violentos no instante defensivo da propriedade, da mulher, da roça e do gado, especialmente o cavalo, companheiro de entrevero, fuga, trabalho e viajada.

Uma rápida paisagem numérica de alguns dos principais núcleos humanos da fase inicial da capitania revela que o negro, morando nessas células da economia territorial, tinha que ser forçosa e necessariamente colaborador de maior importância.

Lendo os mapas dos vigários das freguesias da Conceição do Estreito, S. Pedro do Rio Grande e Mostardas, que Joaquim Félix da Fonseca encaminhava a D. Diogo de Souza, governador e capitão-general do Rio Grande, em 1811 podemos apreciar o seguinte:

F. N. S.^a da Conceição do Estreito — Pretos — 631 M. 394 e F. 371) — Forros — 151 (Pretos 21 e Pardos 130) e Brancos 795.

Freguesia de S. Pedro da Vila do Rio Grande — Pretos — 2.796 (M. 2077 e F. 719) — Forros — 354 (Pretos 95 e Pardos 259) e Brancos 7.162.

Freguesia de S. Luiz de Mostardas.

Pretos — 367 (M. 243 e F. 121) — Forros — 110 (Pretos 32 e Pardos 78) Brancos — 775. ⁽¹⁴⁾

(14) "Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul" — Coleção completa de 24 números de 1921 a 1930 — Todas as referências de documentos que são citados, dali por diante, foram extraídos da publicação acima.

Quasi decorrido um século a população negra que entrara abundantemente com os primeiros regimentos luso-brasileiros tinha se desdobrado muito.

“Respondeu que vindo com licença do Sargento-mor Manuel dos Santos Pedroso, por espaço de dez dias para vir ao Quaraim em busca de um escravo seu...”, depunha uma testemunha referida, Manuel Gomes Lisboa, cabo d’Esquadra de Milícias de Partida, morador da Freguesia de Cachoeira, num processo instaurado, em 1812 num crime de roubo da tomada de cavalos feita aos Charruas e Minuanos.

O escravo merecia muita estima ou era um elemento precioso para êsse cabo de esquadra que arrisca sua própria liberdade, atravessando vastas regiões, afim de recuperar um pobre escravo...

“No dia 3 apresentou-se neste Campamento hum Preto que tendo sido Escravo do cap. Antônio Adolfo Charão e fugindo a sete anos para os Dominios de Hespanha onde ocupava o lugar de Artilheiro nas tropas dos Insurgentes. Dezertando procurou o seu primeiro Senhor, que se axa prezo em hu’a dos Guardas da Coluna...”, informa uma parte datada de 5 de dezembro de 1812, no Acampamento da Conceição assinada pelo comandante Joaquim Xavier Curado ao Governador D. Diogo.

Avalia-se que um escravo regresse depois de sete anos de foragido para encontrar-se com o seu antigo senhor então prisioneiro, porque se um homem branco procure re-haver seu escravo não é de estranhar mais que um preto escravo deseje rever seu senhor; aí se define um caráter.

Um simples depoimento põe a mostra uma organização interior de uma raça cuja dedicação poucas a igualam.

Quando um graduado da guarda do Cerrito, Silvestre Teixeira Pinto, procurava, em 1800, defender-se junto ao governador de ter prendido um escravo depois de o vender: “... pelo qual requeria a indenização de um Escravo, que eu lhe havia vendido, e êle me havia pago, figurando-o a V. Ex.^a outra vez em meu poder...”

Naturalmente não se pode concluir nada sobre o negro mas sobre o oficial reinol que desejava, ao que parece, fazer renda...

De qualquer maneira o negro era uma fonte de interesses de toda a ordem.

Na Guarda do Cerrito ou na Freguesia de Viamão, o negro exercia um importante papel de colaborador.

"Dentre as fronteiras terrestres do Brasil, os limites com Uruguai constituem a "fronteira viva", isto é, aquela por onde transitam as mais intensas relações que irradiam do interior do nosso país, por via continental. Como, por via outro lado, provenientes do Uruguai, poderosas e constantes correntes de toda a ordem atingem o solo brasileiro" (15), observa Afonso Várzea.

E' ainda a sobrevivência dos entrechoques do século XVIII de hispano-cisplatenses e luso-brasileiros, avanços e recuos nos domínios dos dois monarcas da Ibéria.

Substituíram-se hoje as forças armadas pelas forças econômicas mas a "fronteira viva" é uma realidade desde os marcos incertos das dinastias senhoras da América do Sul.

"... q. para se servirem algumas forças nesta Front.ª hé muito necessario novo perdão para os Dezertores, q. a rigor pouco se pode arrumar, pella extensão desta Campanha, talvez que muitos se unão aos Portenhos..." oficiava José Francisco Muniz às autoridades e eram comuns mensagens desse teor, o que não obstava que ao mesmo tempo o governador D. Diogo dissesse ao Vice-Rei, conde de Linhares, que "... fazendo-se bem notavel, que não só tem sesado muito as dezersoeys desde que constou avia intensão de passar aos territorios Hespanhoes más se tem recolhido aos seus corpos quaze todos os duzentos deles nesta Capitania..."

As Ordens Gerais da campanha, em 1816-19, na coluna

(15) Afonso Várzea — "Limites meridionais" — Alba — Rio de Janeiro.

do tenente-general Joaquim Xavier Curado, constam repetidas vezes de disposições e penas sôbre fugas, cabendo ao negro os castigos maiores.

“... e que sejam Castigados com 50 pancadas de Espada de prancha, aqueles que forem encontrados fóra de seu corpo” e “... quando algum soldado alterásse razoens com o seu camarada, seria castigado com 30 bordoadas”.

“... Os Escravos ou criados levarão hum bilhete de seus Amos, ou Snrs. que ficarão responsaveis pela sua conduta...” quando se fiscalizava os pedágios, trânsitos em zonas de operações, recebendo os infratores: “... Escravos e criados com 50 pancadas de Vára ou Páo que vergue, e os Soldados carregados com 8 armas, p. espaço de 2 horas, e dada huma hora de descanso se repetirá o mesmo castigo...”

Procurava-se estabelecer uma flagrante diferença mesmo nas penas corporais.

Os negros eram atingidos por pesados castigos.

“... e que o mesmo capitão tem ordem para mandar prender os Soldados, Indios, Criados, e Escravos que passarem ao outro lado do Bósque por qualquer motivo que seja, e que mandará castigar prompta e emediatemente na Guarda da Frente da Legião de S. Paulo, os Soldados e Criados Brancos com 50 pancadas de Espada de prancha, os Indios, e os Escravos com 200 assoutes, sendo amarrados na culatra de huma Pessa” ou “... os pretos, mulatos ou naturaes que forem alistados em qualquer dos Corpos Milicianos, e se encontrarem montados em cavalos reilúnos serão castigados com 50 pancadas de páo que vergue, e prezos por espaço de 8 dias, empregados na limpeza dos seus respectivos Corpos”.

Enquanto os mesmos altos comandantes se dirigirão aos governadores em linguagem duma bajulação revoltante muito ao sabor dos rapapés da época:

“... e pela moderada reprehensão q. V. Ex. me dá lhe beijo as maons” ou “Respeitozamente beija as Illmas.

e Exmas. Maons de V. Ex. o subdito mais obediente” ou “Subdito omilde vasalo”.

Parece também que os oficiais não se tratavam muito delicadamente entre si como se lê no termo do inquérito no Acampamento da Caleira, em 1812, “que o Capitão Sebastião Barreto Pereira Pinto, do Regimento de Dragões, havia dado com hum pão no Furriel Joaquim Manoel Ribeiro do mesmo Regimento”.

Mesmo assim o preto era tratado desprezivelmente, nas ordens oficiais, como assim: — “... Todos os pretos, mulattos, ou Naturaes, que não tiverem a honra de ser alistados em qualquer dos Corpos Milicianos...”

Se o reinol tratou o africano sem piedade, se não encontramos nas ordens de campanhas, officios de tropas, mensagens militares dos comandos europeus — portuguezes da América senão o insulto ao negro, se os nossos escritores, numa magia de faquir, fizeram desaparecer o negro das páginas da História, temos o depoimento insuspeito, sério e admirável do viajante estrangeiro que teve para o nosso negro palavras de justiça, de verdade.

O naturalista francês Saint-Hilaire, que foi um cronista elegante e subtil, como um bom intelectual gaulês, deixou no seu citado livro de viagem sôbre o Rio Grande as melhores observações que se poderiam desejar:

“E’ voz geral que os mais valentes soldados de Artigas são os negros fugidos, que é natural porque êle se batem por sua liberdade. Além disso o negro é mais bravo do que o índio porque possui melhor noção do dia de amanhã, donde sua coragem de tudo sacrificar em busca de um futuro melhor”.

Aí está um comentário preciso a respeito da superioridade do negro sôbre o índio.

Saint-Hilaire recheou seu livro com umas 50 notas referentes ao negro, sua personalidade, caráter, profissão, condição social, habitação, sexualidade e doenças, incluindo estatísticas, apreciações sôbre o batuque, escravaria, casti-

gos, mulher negra, agricultura e divisão do trabalho pastoril nas charqueadas e fazendas.

Nicolau Dreys foi outro viajante, possivelmente inglês, que nos deixou ótimas observações num livro clássico sobre o Rio-grande ⁽¹⁶⁾ onde diz que “o negro he bom soldado, e talvez seja esta a unica profissão para que elle he naturalmente proprio. Hum amigo nosso, official superior da Republica Argentina, chamava os negros — Suissos da America — em referencia ás suas disposições guerreiras”.

Outros anotadores da vida do Rio Grande como Lindman, White, Isabelle, etc., cuidaram da formação geológica, botânica e da paisagem do pampa brasileiro, mas Saint-Hilaire e Dreys são mesmo as duas figuras culminantes de observadores do Rio Grande do Sul.

Escapou à cultura dos viajantes e estudiosos antigos a significação interior dessa vontade guerreira do negro, limitaram-se registá-la com a sua fisionomia saliente de músculos.

Nina Rodrigues ⁽¹⁷⁾ apreciando os negros maometanos no Brasil, declara textualmente que “a grandeza moral de que em face do perigo e da morte, deram notável exemplo alguns dos insurgidos, fornece a verdadeira chave das insurreições ou levantes que nem se deve attribuir ao desespero da escravidão, pois a elles aderiam libertos e ricos, nem a um nobre sentimento de solidariedade social, pois sistematicamente eram excluídos do grêmio revolucionário os patrícios infiéis ou não convertidos; nem aos laços de sangue da mesma raça, pois como os Brancos se achavam envolvidos nos planos de massacre os Negros crioulos e os Africanos fetichistas. Mas o Islamismo, que por tôda a parte da África, de inopinadas guerras santas, faz surgir como por

(16) Nicolau Dreys — “Noticia descriptiva da Província do Rio-grande do Sul” — Tip. Imp. e Const., de J. Villeneuve & Comp. — Rio de Janeiro — 1839.

(17) Nina Rodrigues — “Os africanos no Brasil” — Brasileira — S. Paulo — 1934 e out. cit., “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, Guanabara — Rio — 1931 — “O animismo fetichista dos negros baianos” — Civilização Brasileira — Rio — 1935.

encanto impérios e reinos de duração mais ou menos efêmera, era, no fanatismo dos Negros, dos chamitas, e dos seus mestiços, a mola e a origem de tôdas essas explosões”.

Os nossos contingentes de negros arabizados foram pequenos, mas a superioridade racial do tipo explica um fácil predomínio sobre o resto da nossa população africana.

Se o fanatismo religioso não serve para a explicação total da vocação guerreira do negro, como quer o mestre baiano, dando apenas aos pretos maometanos um instinto superior pela carreira das armas, êsse desejo de guerra foi latente nos primeiros negros de todos os povos mesmo que tal desejo não fôsse integralmente moral, que depois, mais tarde, se atenuasse — abatidos pela mudança do “habitat”.

Jorge Salis Goulart, na sua obra citada, falando do povoamento do Rio-grande:

“Quanto aos negros, a mesma diversidade, a não ser a elevada estatura e a dolicocefalia”.

Os negros arabizados eram de elevada estatura e o índice dolicocefaliano foi, na escola de Chamberlain, o tipo para o homem superior...

Essas meditações podem ser substituídas pela afirmação que o negro ao chegar ao Rio-grande procedia dos mercados de escravos do Rio ou vinha nos batalhões das outras capitâneas, mas não se diria que viesse diretamente da África.

Nesta mescla, os tipos inferiores cederam aos superiores.

O negro ia para o combate com uma coragem que seria impossível julgá-la apenas física.

“O mundo mítico em que se movem os negros brasileiros é a projeção da psique primitiva, onde tôdas as coisas se unem por laços invisíveis, em participações místicas impalpáveis, onde o eu se confunde com o não eu, onde o microcosmo não se separa do macrocosmo, onde o real não conhece

a limitação do irreal”, (18) como ensina Artur Ramos, o mestre da moderna africanologia nacional.

O negro foi o melhor colaborador da sociedade camponesa-militar do Rio Grande dos fins do século XVIII e princípios do XIX, período de sua formação, porque o homem africano se preparara de um revestimento moral religioso inatingível ao desprezo e ao martirológico que lhe votou o branco.

Mesmo com o ridículo daquela ordem pombalina que fez transportar de Pernambuco para o Rio Grande, um batalhão de negros e outros de mulatos “confirmando que a catadura dessa gente infundiria terror nos castelhanos” (Lucio de Azevedo), o homem africano reagiu no “habitat” brasileiro do sul, aliando-se aos filhos da terra naquilo que lhes era mais precioso: a garantia da fazenda e da granja, células sociais e econômicas em torno das quais girou o que se poderia chamar uma civilização.

“O negro, o fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento criador do país e quasi o único”, (19) diria João Ribeiro, colocando o africano no seu lugar dentro do rumo do Brasil.

O intelectual cintilante e erudito que foi o ilustre filólogo e ensaísta de tantos livros esplêndidos, João Ribeiro, é um dos nossos poucos historiadores que encontrou um instante de beleza para o negro da América luso-brasileira.

Verdadeiro elemento criador do país, o negro se transportou a todos os climas do Brasil, afrontou uma sociedade alucinada pelo ouro e resistiu às maiores diminuições ao seu caráter, à sua honra e aos seus instintos.

O Rio Grande alontanado da depressão tropical, mais a prática ao ar livre, obrigou ao negro a adaptar-se num cenário que lembrava algumas estepes africanas.

(18) Artur Ramos — “O negro brasileiro” — Civilização — Rio — 1933. Out. cit. “O folclore negro do Brasil” — Rio — 1936 — “Introdução à psicologia social” — Rio — 1936.

(19) João Ribeiro — “Elemento negro” — Record — Rio.

Sòmente a capacidade de aceitar clima, vida, costumes e linguagem novas, o negro revela uma organização psicológica pouco comum mesmo reagindo pelas suas tradições e hábitos que foram lentamente se modificando...

"E, assim, desmoralizado, esmagado, pelo branco, o negro construiu, com as suas próprias mãos, a sociedade que o havia de oprimir", (20) no dizer do novo e brilhante africanista, Edison Carneiro, o jovem feiticeiro, como o chamou Jorge Amado.

A sociedade, que êle, negro, ajudou a construir com as suas próprias mãos no Rio Grande, foi aquela mesma sociedade que sempre viveu na luta armada e o africano, com seu temperamento guerreiro, acompanhou e morreu com os gaúchos nos mais horrendos combates.

Aquí, no extremo sul, o negro foi menos oprimido ou oprimido com mais "brandura" como quer João Pinto da Silva uma vez que "não se tendo assim o estancieiro do sul, ao contrário dos seus colegas do norte, habituado a considerar o operário sob suas ordens como um ser inferior, como simples mercadoria". (21)

Entretanto os historiadores do sul nem sequer se referem ao negro quando êle emprestou à formação rio-grandense seu sangue e sua vida.

O sr. Gustavo Barroso, intelectual de grande mérito que escreveu uma história especializada para não falar nos escritores regionais do pampa, lembrou-se do homem africano para dizer que existiam no 1.º reinado muito poucos batalhões de artilharia, "alguns com apelidos bizarros: Libertos de ouro, Libertos de Paracatú, Pardos do Icó, Artilharia de Henriques da Côrte, Sertanejos do Itú, Guaranís das Missões, e Infantaria de Marinha do Ceará, Infantaria de Ma-

(20) Edison Carneiro — "Religiões negras" — Civilização — Rio — 1936.

(21) João Pinto da Silva — "História Literária do Rio Grande do Sul" — Livraria do Globo — 1924 e "Província de São Pedro" — Liv. do Globo — 1930.

rinha do Camocim", (22) englobando o negro pelo original bizarro...

O africano que entrou nas legiões luso-brasileiras de 1737 integrou-se no espírito da sociedade nascente.

Foi tão poderosa essa integração que não se podem estabelecer os limites onde ela começa ou termina.

As nossas clãs de antes da independência foram guerreiras para serem defensivas e o negro sempre foi guerreiro mesmo sem a necessidade de defender-se...

O tipo belicoso, está claro, que não poderia ter aquela força do original africano mas o deserto verde, a mata e a estepe poderiam reavivar a vontade combativa do negro se ela estivesse amortecida pela moral que lhe impunha o branco.

Se a importação foi direta do continente negro ou, ao menos, abundante, o Rio Grande era um bom terreno para a cultura dos instintos guerreiros do africano.

"O português levava à Angola as suas roças de mandioca, para habituar o congolês ao alimento brasileiro; depois trouxe a nagô ou a benguela para ter os filhos no Brasil. Transportava a árvore, ao invés de apenas lhe vender os frutos. Mudou a África; e fixou-a", como diz Pedro Calmon (23) e dessas últimas fases do comércio de escravo talvez sejam as nossas entradas de negros.

"A lastimável incúria, em que estiveram os estudos sobre o negro do Brasil, demonstra-se pela inexistência de dados diretos como pela raridade de trabalhos modernos sobre o assunto", segundo as palavras de Renato de Mendonça, "Jeune-maître" da africanologia brasileira (24) e se transportarmos essas dificuldades para o Rio Grande então andaremos às escuras e às apalpadelas.

(22) Gustavo Barroso — "História Militar do Brasil" — Brasiliann — S. Paulo — 1935.

(23) Pedro Calmon — "Espírito da sociedade colonial — Brasiliann — S. Paulo — 1935.

(24) Renato de Mendonça — "A influencia africana no português do Brasil" — Brasiliann — C. Editora Nacional — S. Paulo — 1935.

Negros nascidos na África ou na América, arabizados e fetichistas, guiados por uma vontade interior atiram-se aos combates.

A resistência física transforma o africano em carne para as guerras e entreveros porque o branco apenas vê nêle uma massa bastante musculosa e assim resistente.

As origens do Rio Grande são absolutamente guerreiras através duma interpretação política, racial e econômica da vida nas grandes zonas de estepes, matas, cotas marítimas e lagos do Brasil meridional.

O negro era já guerreiro antes do gaúcho se tornar herói dos combates armados.

Se o africano foi o grande colaborador da defesa da estância, roça e charqueada do gaúcho que estava plasmando na superfície da pampa brasileira, também é certo que o negro teve uma influência direta na formação militarista do sul-riograndense.

Até hoje se reservou ao índio êsse papel de formador da vontade guerreira do gaúcho, entretanto Saint-Hilaire, como vimos, o considera muito inferior ao negro.

O povoamento do Rio Grande que se iniciou menos de um século da independência do Brasil veio encontrar o índio das enormes regiões do sul completamente decadente.

O negro, força viva, projetou-se, com o luso-brasileiro dos fins de setecentos e princípios de oitocentos, na conquista das fronteiras meridionais da pátria americana, na defesa das grandes células sociais, que foram as estâncias, charqueadas ou lavouras e na consolidação do domínio português do novo mundo, expulsando os espanhóis para o Rio da Prata.

O africano aparece na pampa no mesmo instante da formação do Rio Grande, o gaúcho nasce do soldado da metrópole, do paulista bandeirante, do tropeiro lagunense, do ilhéu açoriano, do legionário brasileiro e do aventureiro castelhano.

O negro transfundiu seu sangue e sua coragem, alimentando o espírito guerreiro do gaúcho, em mescla com êle e todos os contingentes raciais que formaram o homem da pampa naquelas incertas origens do Rio Grande do Sul.

Querendo corresponder à atenção cativante dos organizadores do 2.º Congresso Afro-Brasileiro da Baía, e em particular ao Reginaldo Guimarães, delineei, rapidamente, por falta de tempo, êste trabalho onde pretendo colocar o negro no lugar que êle merece entre a decantada heroicidade do gaúcho.

“Se exceptuarmos a atualidade, o tempo que vai mais ou menos de 1750 a 1830 é talvez o período de maior mal-estar para a entidade nacional”, na profunda nota de Mário de Andrade, ⁽²⁵⁾ o admirável esteta do Brasil, e foi quasi nesse período de maior intranquilidade que se formou o Rio Grande com negros, índios, portugueses, espanhóis, lagunenses, paulistas, açorianos.

O negro respondeu em primeiro por êsse mal-estar, atirando-se, aquí no Rio Grande contra os espanhóis e castelhanos furiosos por perder seus territórios e contra massas de índios que defendiam suas índias da volúpia do português e seu gado que era roubado da noite para o dia, desde o boi até o cavalo.

Salvaguardou os baluartes dos núcleos luso-brasileiros do sul do Brasil mas mesmo assim o africano foi esquecido e renegado.

Soube lutar não para amparar seu patrimônio, nem terra nem gado êle tinha, mas guerreou em nome duma consciência ou inconsciência mística que sempre o guiou para a dor, para a morte e para a alegria.

Essa mesma consciência ou inconsciência modificada por novos conceitos que sobexistiu no gaúcho da independência, farrapos, paraguai, federalismo, grandes ciclos de sua bravura no século XIX.

(25) Mário de Andrade — “O aleijadinho e Álvares de Azevedo” — S. Paulo — 1936.

A Conquista do Cêrro Largo

1.º ten. Henrique Oscar Wiederspahn

Após o tratado de São Ildefonso, os castelhanos estabeleceram seus postos avançados às duas margens do Jaguarão e Oeste da Lagoa Mirim, constituindo séria ameaça à vila de Rio Grande pelo pôrto lacustre de Taím, isto tudo nos dizeres dos governadores, porque na verdade as duas nações ibéricas estavam aliadas e juntas iriam realizar a campanha de 1792 no Roussillon.

O vice-rei de Buenos Aires D. Pedro Mello de Portugal y Villena, empossado em 1795, estabelecera também a povoação entrincheirada de Cêrro Largo, a qual denominara de Vila de Melo. Constituía o ponto de apôio castelhano sôbre a fronteira do rio Jaguarão, na vigilância e repressão ao contrabando.

O governador tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, ao ter conhecimento da nova guerra irrompida em princípios de 1801 com a França e Espanha concentrou todos os meios de que dispunha na denominada fronteira do Rio Grande, na linha Taím-Piratiní. Tivera a previsão nítida do esforço principal castelhano ao sentir aí o teatro decisivo das operações sul-americanas coloniais.

Após a proclamação da côrte, de 24 de maio, Veiga Cabral ordenou a ofensiva sôbre Cêrro Largo. Mas aquele sabia que a "tropa estava reduzida à última miséria, não tendo por si mais do que a sua coragem, porque a tesouraria

do Rio de Janeiro, por quem naquele tempo eram pagos, lhe devia distintamente de doze para quinze meses de sôldo e outro tanto ou mais de fardamento; por único recurso contou-se com a disposição do povo para vestir a tropa". (Gabriel de Almeida).

Comandava a fronteira o coronel Manuel Marques de Souza (avô), o capitão dos tempos de Böhm, que era ao mesmo tempo o comandante da Legião de Cavalaria ligeira, como sucessor de Rafael Pinto Bandeira.

Ante a pressão das tropas atacantes, os castelhanos retraíram abandonando seus postos de Santo Antônio da Lagoa, Santa Rosa, São José e das vertentes da Lagoa Mirim, recolhendo-se para Cêrro Largo.

Nas fronteiras do Rio Pardo, seu comandante, tenente-coronel Patrício José Correia da Câmara, também levou com sua ofensiva ao inimigo a retrair de seus postos de Batoví, São Sebastião e Taquarembó. Em julho 300 dragões arrasaram definitivamente o forte reedificado de Santa Tecla, também evacuado por sua guarnição.

Em princípios de outubro alcançava Marques de Souza o rio Jaguarão, onde se estabeleceu num pôsto abandonado pelo inimigo. Pouco depois sua vanguarda tomava contacto com êste no passo das Perdizes, naquele rio, e em 17 do mesmo mês lançou os esquadrões dos capitães Antônio Xavier de Azambuja e Antônio Rodrigues Barbosa e o pelotão do alferes Hipólito do Couto Brandão em reconhecimento sôbre a fôrça que guarnecia o aludido paço.

Estes 200 cavalarianos, com a decisão do capitão Rodrigues, lançaram-se denodadamente sôbre os 160 castelhanos que foram completamente destroçados. Neste combate do passo das Perdizes perdeu o inimigo 52 mortos e 72 prisioneiros. Os nossos perderam apenas 1 morto e 5 feridos.

Para subjugar os dois postos espanhóis existentes entre a Lagoa Mirim e o Occano, foram destacados de Rio Grande o capitão Simão Soares da Silva e o tenente José Antunes, os quais depois de cumprida a missão, retornaram para sua sede.

Impunha-se a conquista de Cêrro Largo para que a cobertura de Rio Grande fôsse completa. A forte guarnição daquela praça havia sido desfalcada com a partida dos elementos que iriam agir com Lecor sôbre São Borja. Assim marchou pois Marques de Sousa, com seus 1.200 homens e 4 peças de artilharia de posição, sôbre a praça castelhana.

Disponha esta de 900 homens e menos artilharia que os atacantes, mas seu comandante repeliu a intimação iniciando as hostilidades contra Marques de Sousa, tentando uma sortida com sua cavalaria. Esta foi rechassada em violenta carga dos esquadrões da Cavalaria Ligeira sob Vasco Pinto Bandeira.

Em 30 de outubro de 1801 Cêrro Largo capitulava, sendo o forte arrasado e os quartéis castelhanos queimados. O vencedor apenas deixou aí uma minúscula guarnição de 40 homens.

Marchou então Marques de Sousa, em cujas fôrças, como ajudante, servia seu filho, que mais tarde seria o braço direito de Lecor em Canelones, sôbre o forte de Santa Teresa de los Castillos. Mas teve que retroceder ao ser cientificado da aproximação de fortes contingentes inimigos ao mando do marquês D. Rafael de Sobremonte, sub-inspetor e chefe geral das tropas do Vice-reino do Prata.

Teve Marques de Sousa que apoiar-se no Jaguarão em atitude defensiva, entregando ao adversário a praça conquistada de Cêrro Largo, onde a pequena guarnição portuguesa teve que capitular em 16 de novembro.

Com a chegada da notícia do falecimento do governador tenente-general Veiga Cabral, ocorrido em 5 de novembro de 1801 na vila de Rio Grande, às 11,30 horas, seguiu-se uma verdadeira correria das altas patentes do exército na capitania pelo cargo de governador interino. Êste alvoroço administrativo não podia deixar de refletir nas operações militares até que, em 21 do mesmo mês, assumia o govêrno, interinamente, o brigadeiro Francisco João Roscio, confirmado por ato de 8 de janeiro do ano seguinte.

Procurou acalmar os ânimos já em pânico ante a nova ameaça castelhana, pois os habitantes de Rio Grande dispunham-se já a passar para São José do Norte. Sabiam da retirada de Marques de Sousa e de sua ordem de licenciamento às milícias e auxiliares. Na fronteira do Jaguarão havia permanecido apenas o tenente-coronel Jerônimo Xavier de Azambuja com 200 homens. Teve pois Roscio que tratar também de acabar com a desorganização de comando reinante.

O marquês de Sobremonte, de posse de Cêrro Largo, à frente de 1.000 homens aproximara-se do rio Jaguarão preparando-se para transpô-lo e lançar a fronteira novamente para o Piratiní. Poderia contar para esta empresa com mais de 3.000 homens.

O brigadeiro Róscio tomou rapidamente providências prementes guarnecendo novamente as fronteiras do Jaguarão e do Taím com as forças de Marques de Sousa e do coronel de engenharia Alexandre Eloi Portelli e enviou para a lagoa Mirim diversas unidades navais para apoiar os elementos de terra. Determinou a concentração de tôdas as forças disponíveis para enfrentar no Jaguarão à investida de Sobremonte, enquanto vinham em marcha por Santa Catarina um Regimento de Infantaria e mais uma unidade de cavalaria organizadas pelo governador de São Paulo, Manuel de Melo Castro e Mendonça. Por mar vinha um parque completo de artilharia para o pôrto de Rio Grande.

Determinou que o tenente-coronel Patrício José Correia da Câmara se aproximasse até o Herval, mas a marcha ameaçadora do coronel Quintana de Cêrro Largo sobre Batoví, obrigara-o, como já vimos, a retornar a sua zona de ação entre Santa Tecla e o rio Ibicuí.

Deixando o tenente-coronel Azambuja comandando os postos avançados sobre o rio Jaguarão, Marques de Sousa achava-se novamente em tôda parte, tudo prevendo, tudo provendo.

Em dezembro poderia julgar-se Róscio em condições de enfrentar com sucesso as forças de Sobremonte no Jagua-

rão, embora lá no Batoví Patrício teria de fazer frente a um inimigo cinco vezes superior em número. Vagueou Sobremonte pelos passos do rio ficando aí as fôrças de Marques de Sousa e estabelecendo-se em Cêrro Largo até que a paz veio encerrar mais uma vez as operações e com esta todos os temores do vice-rei no Rio, D. Fernando de Portugal e Castro, marquês de Aguiar.

No entanto os destacamentos continuavam a patrulhar as fronteiras num estado de recíproca desconfiança, pois eram bastante comuns os roubos de gado alçado ou particular por elementos tanto continentinos como castelhanos. Foi numa destas ocasiões que José Borges do Canto foi apriisionado no rio Quarai.

Os corpos de tropa da capitania, mais uma vez, ficaram dispersos e esquecidos pelas vastas regiões dos postos fronteiriços, embora ligeiramente melhorados. Em mesmo estado ou mesmo pior se encontravam os soldados espanhóis do Prata, como reflexo das misérias morais e administrativas que infelicitavam a Ibéria de então.

Os oficiais dos Dragões e das demais unidades permanentes espalharam-se pelas freguesias e fazendas como administradores, lutando pela vida ante o inteiro descaso do vice-reino que só pensava, só sonhava no ouro e nas pedrarias das capitanias centrais, com que seu servilismo corteção procurava agradar à metrópole corroída para cobrir as despesas e desperdícios fabulosos da côrte devassa, desmoralizada e inútil, transformando as riquezas do Brasil, não em benefício de seu país e seus súbditos, e sim em libras do tutor mercantil do Tâmis e em preço de mendigar por uma paz vergonhosa como a que obteve de Bonaparte em Badajós.

A-pesar-de tôdas as vicissitudes, as recentes vitórias davam ao povo continentino viril, forte e aguerrido tôda confiança no próprio esforço e dos seus chefes, oriundos de seu meio e feitos sob suas vistas, acostumados que estavam em não contar com os recursos do centro na defesa de suas terras, de seus interesses. A vida livre e aventureira nos

campos, a influência da fisionomia geográfica davam áqueles homens um sentimento nobre, elevado e orgulhoso de liberdade e independência moral, que lhes incutia a ação niveladora e democrática natural da vida militar e dos combates ombro a ombro, a par de verdadeiro fanatismo por aquelas terras fascinantes, sob aquele céu inegalável, onde se estabeleciam ou que os vira nascer.

Se as campanhas de Böhm, Marcelino e Pinto Bandeira definiram o povoamento do Rio Grande, retemperado pela seiva nova e sã dos Açores, os continentinos ou rio-grandenses traçaram em 1801 sua rota de glórias, livres de toda aquela moléstia moral, social e física dos lusitanos reinóis, decadentes há muito devido “ao contacto de superabundante opulência, haurida nas imensas possessões longínquas”, e “em lento imergir num bronco ascetismo, rude, fero, suicida” (Varela).

Do ponto de vista da instrução pública, pouco adiantou a capitania neste período de lutas externas e cuidados. Em 1800 Antônio de Avila e Antônio Paraíso Mariano fundaram dois colégios em Pôrto Alegre e no ano seguinte abria-se a primeira escola primária para o sexo feminino. No entanto, até 2 de agosto de 1827 continuou não existindo uma só aula mantida pelos cofres do erário público. As poucas que existiam eram todas particulares.

O mito das Icamiabas

Por Angelo Guido

Primeira parte do livro de ensaios de mitologia amazonense *O reino das mulheres sem leis*, a sair breve.

A SEDUÇÃO DAS LENDAS

A êsse irresistível fascínio que sôbre o íncola das plagas amazônicas exerce uma natureza suntuosa e desordenada, cheia de perigos e assombros, de maravilhas e mistérios, fugirá fâcilmente o homem civilizado, embora não esteja, como o selvagem, propenso a ver em tôda a parte, na multiplicidade das formas vivas e inanimadas e no surpreendente encadeamento dos fenômenos naturais, a influência ou a milagrosa ação de um poder sobrenatural, a presença de uma divina ou demoníaca entidade um deus, um duênde, uma oculta potência, benfaseja ou maligna, que se deve temer ou adorar?

No fundo da natureza humana, por mais que seja trabalhada pela cultura, uma herança milenária de obscuras e misteriosas tendências para o maravilhoso reage continuamente, insuspeitada, traiçoeira, arrastando-nos, não raro, para aquele mesmo reino encantado de visões e fantasias em que se deslumbra e assombra o homem dos períodos pre-culturais que ainda não tranpôs as fases nebulosas do fetichismo, do animismo, da magia, do mito. Subtilmente, mes-

mo as mais claras mentalidades pesquisadoras, as aparentemente menos sensíveis ao mágico fascínio do maravilhoso, são conduzidas, às vezes, para as vagas regiões do fantástico e, vencidas pelas ignotas forças dêsse subconciente que nos trai a todo instante e a todo instante nos traz, como num eco perene, as vozes longínquas dos nossos distantes ancestrais, aventuram-se, deslumbradas, pelas regiões da pura fantasia, onde, sobre aparentes realidades ou realidades superficiais e incompletamente observadas, erguem criações não menos irreais que as das lendas e dos mitos. Essas criações, porém, têm a seduzir-nos, como as lendas e os mitos, o encanto estético com que revestimos tudo que foge da realidade e levantamos como consoladora miragem para além das nossas certezas vacilantes. À essa traição, talvez benfazeja porque nos encanta e entusiasma, do que poderíamos chamar o instinto do maravilhoso, parece-me não se poder subtrair quem se aventure nos líricos domínios das nossas lendas e a ela certamente não fugiram, como que hipnotizados pelo canto da lara, muitos que, mesmo com espírito de investigação científica, andaram vagando pela mesopotâmia amazônica. Ali, entra-se em pleno país da fantasia; brotam lendas em tôda a parte, a respeito de tudo e, desde a grandeza impressionante do seu cenário desmesurado aos caprichos da sua flora e da infinita variedade da sua fauna multiforme e inquieta, tudo parece conspirar para levar o espírito a êsse estado de encantamento e assombro em que, se não se abisma na credulidade dos nativos, sente-se, entretanto, preso à sedução das suas lendas e, a custo, às vezes, pode fugir à tentação de ir buscar para essas crenças fantásticas, a explicação nalguma remota realidade, que os séculos foram lentamente desfigurando.

Não é de admirar, portanto, que as primeiras notícias que se divulgaram em tôrno do grande rio que recebeu de Pinzon o nome de **Mar Dulce**, se confundissem como a mais sedutora das lendas levadas dêste Continente para além do Atlântico por aventureiros, missionários e viajores. E não

é de admirar, também, que outros que mais tarde andaram pela mesma estrada líquida em que desceu o bergantim grotesco de Orellana se tenham deixado fascinar pelo encanto da lenda em que as origens da história da Amazônia se confundem numa estranha mistura de realidade e sonho. E tal foi o domínio que a lenda das amazonas exerceu sobre os que andaram perlustrando o vale maravilhoso, que Southey foi levado a dizer desassombradamente: "Ainda quando nunca tivéssemos ouvido falar das amazonas da antiguidade, eu acreditaria, sem hesitar, nas da América, cuja existência é a mais verosímil, pôsto que uma verdade problemática possa ser suspeita, pela sua semelhança com uma fábula conhecida". Tal é o feitiço da lenda que ainda é assunto, não apenas de líricas referências, mas de estudos interessantíssimos e dos mais desencontrados comentários e fantásticas suposições.

LENDA OU REALIDADE?

Na realidade, imaginária ou não, a existência, no continente novo, de uma nação de mulheres que os conquistadores chamaram de **amazonas** e os índios de **icamiabas** e **cunhãs-teco-ímas**, interessou a não poucos espíritos de curiosos e de sábios, e vários deles propensos a acreditar que o conto de Orellana não fôse apenas uma simples fábula inventada para dar um aspecto fantástico e impressionante a uma aventura tão rudemente comentada por Lopez de Gómara, o primeiro cronista, talvez, que pôs em dúvida a existência das amazonas americanas. Autores antigos e modernos, entretanto, defendem Orellana da acusação que, a respeito das mulheres que teria encontrado entre o Jamundá e o Trombeta, à margem do grande rio, lhe fez o rude Gómara, mesmo porque êste comentarista, na paixão de seus ataques, atribue às declarações do famoso navegante detalhes que pertencem à lenda grega das amazonas a que Heródoto e Justino se referem e não ao que contou Orellana nem ao que divulgou frei Gaspar de Carvajal em sua curio-

síssima "Relação". Além disto, não é exato que a lenda das amazonas americanas, calcada, ao que se diz, sobre uma fábula grega, largamente divulgada na Idade-Média, tenha sido espalhada na Europa unicamente pelo tão caluniado navegante. Outros navegantes, entre êles o próprio Colombo, e não poucos cronistas e missionários do século do descobrimento, levaram para a gente de além-mar notícias sobre tribus de mulheres que viviam no novo continente, colocando-as ora nas Antilhas, ora em Bogotá ou Quito, em regiões onde se estendera o império dos Incas e em diversos outros pontos das Índias Ocidentais. E o que é sumamente interessante, nessas notícias sobre mulheres que viviam afastadas do convívio masculino, é que, se algumas dessas informações de viajeiros e cronistas traíam fantasias inspiradas na lenda grega, outras, entretanto, coincidiam com o que dizia ter ouvido Orellana de um índio amazonense e com o que, em tôrno das informações do mesmo índio, relatou Carvajal.

Como explicar que a mesma fantasia tenha sido inventada aqui e ali, em pontos tão distantes de um imenso território ainda tão desconhecido?

Pode-se mesmo afirmar que não apenas a história do nosso grande rio do Setentrião nasceu com a lenda das amazonas americanas, mas que a história da conquista do novo continente começou a delinear-se, desde o **Diario del primer viaje de Colon**, às **Decadas Oceanicas** e a **Relacion del descubrimiento y conquista del Nuevo Reino de Granada**, de Pedro Martir, San Martin e Alonso de Lebrija, dentro das sugestões poéticas dessa lenda, pois desde as notícias da viagem do grande almirante genovês, a ilha de Martinino, no mar antilhano, diziam-na habitada, como outras, só de mulheres.

E' de se imaginar a curiosidade que essa lenda, sobretudo com os detalhes contidos na **Relação de Carvajal**, deve ter despertado na época da conquista, época, aliás, em que as coisas mais fantásticas, que deixam muito longe as contadas por Marco Polo a respeito do Oriente, se diziam do

Novo Mundo, terra misteriosa onde realmente foram encontradas maravilhas deslumbradoras, como as do Perú e do México.

Diante do assombro que para os conquistadores ibéricos constituíram as civilizações, os monumentos e os tesouros dos Incas e dos Aztecas, Maias e Quichés, que poderia ter de extraordinário a notícia de que também na bacia amazônica existissem cidades maravilhosas, como Manoa de El Dorado, e que nessas cidades, cujos templos se diziam ornados de ouro e de esmeraldas, vivesse, em vez de um cacique, uma rainha, senhora de uma comunidade de mulheres e dominadoras de várias tribus, esparsas pela imensidade verde de uma terra ainda não violada pela cobiça dos brancos? E as Amazonas americanas, desde logo, começaram a ter quem lhes negasse a existência e também quem nessa existência acreditasse e em torno delas fôsse acumulando provas, julgadas irrefutáveis por alguns investigadores. Decorridos vários séculos, se diversas lendas, como a do famoso lago das águas douradas, a da fabulosa Manoa e a das sete cidades encantadas de Cibola, perderam o seu fascínio e passaram para o plano dos contos de fada, a das Amazonas ainda conserva o encanto de um mistério indesvendado para não poucos habitantes do Paraíso Verde e mesmo para alguns estudiosos do seu riquíssimo e maravilhoso folclore.

No Pará e no Amazonas — e não apenas nas palhoças do inculto e incrédulo tapuio — encontrei várias pessoas que acreditam ser uma velha tradição dos índios a existência, em tempos idos, das *icamiabas*; e em torno delas se contam lendas como se relacionam essas lendas à misteriosas pedras verdes que, por sua vez, se prenderiam a uma antiquíssima tradição religiosa em que domina a figura mística de um herói civilizador, chamado Izí, Bocan, Iuruparí e, também Masanqueró, venerado pelos índios que observam as suas leis, como o **Filho do Sol**.

Efetivamente, entre várias tribus indígenas da Amazônia, parece que se achava espalhada a tradição de um reino de mulheres que viviam sem homens.

Veremos, mais adiante, que diversas hipóteses se formularam a respeito da origem dessa tradição entre as populações ameríndias.

Terão existido as **icamiabas**, ou as amazonas, como Orellana as denominou, recordando aquelas fabulosas guerreiras da lenda grega que teriam habitado à margem do Termódonte, na Ásia Menor? Em que região do vale verde e luminoso teriam erguido a sua taba, admitindo-se como eco de uma longínqua realidade a tradição dessa estranha e valorosa tribo de mulheres?

Segundo uma tradição corrente na Amazônia, uma república de mulheres teria existido nas margens do rio Jamundá, nas fraldas da Serra de **Itacamiaba**, chamada também de **Jaci-taperê**, junto a um lago a que os nativos deram a denominação poética de **Jaci-uaruá** (espelho da lua). O nome de **icamiaba**, dado a essas mulheres teria vindo da serra a cujos pés moravam, de **Ita - caa - meen - auá**, **Itacamenaba** ou **Itacameaba**, de que fizeram depois **Itacamiaba**. O seu significado seria a **pedra do mato sobre a qual se dão**, que se refere à tradição segundo a qual as **icamiabas** se entregavam, naquele lugar, aos índios das tabas vizinhas que iam visitá-las em determinada época do ano e receber das suas mãos os mágicos amuletos verdes.

Outra denominação dada a essas mulheres guerreiras pelos índios, segundo relatam La Condamine e outros autores, era a de **Cunhãs - teco - imas**, expressão que tem sido invariavelmente traduzida como querendo significar **mulheres sem homens, ou mulheres que vivem sem homens**.

Embora os índios se referissem, realmente, às mulheres que viviam sem homens, parece-me que a tradução não é correta, pois que na expressão **Cunhãs - teco - imas** não se encontra a palavra "homem", que em **nheêngatú** é **apláua** ou **apíngáua**.

A palavra **tecô** significa costume, uso, lei, tanto que o conhecedor da lei, segundo regista o conde Stradelli em seu "**Vocabulário Nhêengatú - Português**", é **Tecô - cuaouára**, o costume ou lei quebrada é **Tecô - iauí**. A expressão, portan-

to, só pode significar **mulheres sem lei** ou **mulheres fora da lei**, de **cunhã** - mulher; **tecô** - lei; **ima**, sufixo negativo - sem ou não.

Como se explicaria essa denominação estranha dada pelos índios às nossas amazonas?

Simplesmente pela tradição, como veremos nos próximos capítulos, segundo a qual, uma horda de mulheres teria fugido da Serra de Tunai, descendo o rio Negro e o Amazonas, para não se submeter às duras leis do Iuruparí, o **Filho do Sol**, que castigava com a morte aquelas que o desobedecessem. Daí elas serem **Cunhãs - teco - imas**, as mulheres que fugiram às leis de Iuruparí, isto é, que se puseram fora da lei daquele legislador selvagem, que não aceitaram os Costumes Novos instituídos pelo **Filho do Sol**.

* * *

Houve quem acreditasse que essas mulheres se tivessem retirado, depois de abandonar a Serra de **Jaci-taperê** (tapera da lua) para algum rincão desconhecido, ao norte da Amazônia, subindo alguns dos rios que têm a sua nascente nos chapadões escarpados do Sistema Guianense e internando-se no recesso de florestas inexploradas. Havia os que acreditavam que o reino das amazonas ficava para os lados do Orenoco, à margem do maravilhoso lago de Parima, onde se dizia estar situada a fabulosa cidade de **Manoa del Dorado**, procurada em vão por vários aventureiros e pelo famoso Valter Raleigh, que subiu o Orenoco em 1595 e contava ter estado com o cacique do reino de Amapia, cuja capital era a fantástica cidade de **Manoa**. ⁽¹⁾

Mas vejamos o que diversos viajantes do país das Icamabas divulgaram sobre a existência dessa nação lendária de mulheres.

(1) Eis como F. J. de Santana Nerí, em *Le Pays des Amazones* resume a lenda de **Manoa del Dorado**.

"Havia um país atravessado por um mar branco, cujas ondas rolavam areias de ouro e pedras de diamante. Sua capital, **Manoa**, era uma grande cidade, cheia de palácios. Uns eram edificadas com pedras ci-

A AVENTURA DE ORELLANA

O primeiro europeu que deu notícia das mulheres guerreiras da Amazônia foi Orellana, o companheiro tão caluniado de Gonzalo Pizarro na expedição que se tornou a triste história de um grande desencanto.

Não devia de ter parecido de todo fantasiosa ao irmão do conquistador do império dos Incas a lenda das terras do **El Dorado** e da **Canela**, que diziam existir na misteriosa região que se dilatava para além da vertente oriental dos Andes, por onde corriam as águas caudalosas do Marañon. Que maior prova do que a maravilhosa Cuzco para se acreditar na existência de cidades deslumbradoras e de tesouros incomparáveis em paragens ainda desconhecidas do continente há pouco descoberto? Quem sabe que segredos, que maravilhas, que jazidas de ouro e de esmeraldas, que reinos admiráveis, com palácios magníficos e templos suntuosos, em que se adoravam estranhos deuses — existiriam, para além das florestas indevassadas, na extensão de alguma planura luminosa, na encosta ou nos cimos de alguma serra ou à margem de um lago das areias áureas, como diziam ser aquele em que se banhava o cacique de Guatavité, que andava coberto de pó dourado!

Para a grande expedição, que devia deixar Quito em 1541 e aventurar-se no vale desconhecido rumo ao país fabuloso da Canela, Pizarro organizou uma caravana imensa, como se fôra à conquista de um império como o que res-

mentadas de prata, outros cobertos com telhas de ouro. Calcavam-se aos pés os mais preciosos metais. Manca, era o depósito de todas as riquezas da terra. Al reinava um homem que se chamava **El Dorado**, porque o seu corpo era marchetado de chispas de ouro como o firmamento recamado de estrelas”.

A lenda nasceu da cerimônia de um cacique de Guatavité, na Colômbia, que realizava os seus ritos religiosos nas águas do lago desse nome nas quais mergulhava depois de se ter empoeirado com pó de ouro. A fama do homem dourado, se espalhou e o nome **El Dorado** passou a ser aplicado a uma cidade fabulosa que se imaginava existir. Voltaire aproveitou essa lenda para deliciosas páginas de “Candide”.

plandecera, outrora, brilhante e poderoso, nas altitudes do Tauantinsuio. Trezentos espanhóis e quatro mil índios constituíam o exército que iria lançar-se na mais temerária das aventuras, em regiões inexploradas e bárbaras, onde poderiam defrontar-se com todos os perigos com que um mundo selvagem pode deter a cega arremetida das ambições humanas. Levavam os expedicionários, para a sua tresloucada empresa, além de duzentos cavalos, lhamas e veados, imensa mantilha de cães, que deveriam estraçalhar, já em plena região amazônica, os miseráveis e inofensivos habitantes de uma aldeia indígena. Em lugar de bosques de canela e do fabuloso país do *El Dorado*, a expedição encontrou, após diversas semanas de viagem, apenas matas impenetráveis, o deserto espaventoso de uma região inhóspita e bravia, onde a horda aventureira, desalentada, já se sentia sem forças e sem recursos para prosseguir na louca descida por aqueles ermos desolados. Canela, apenas algumas árvores, aqui e ali, que não podiam servir de compensação a tanto sofrimento e de conforto em tão grande desencanto.

No meio daquele desalento, quando já a própria volta se lhes afigurava arriscada empresa, veio a idéia de enviar uma pequena comitiva, capitaneada por Orellana, que iria mais adiante explorar a região e na busca de provisões, para o prosseguimento da aventura ou o retorno da caravana. Orellana foi e, segundo se veio a saber depois, não pôde voltar dentro de 12 dias, como combinara com Pizarro, porque os que o acompanhavam lhe impuseram a continuação da viagem, rio abaixo. Foi nessa arrojada descida pelo Rio-Mar, num bergantim improvisado, acompanhado de um reduzido grupo de homens, que Francisco Orellana se defrontou, entre as desembocaduras do Jamundá e do Trombeta, com aquela belicosa tribo que chamou das Amazonas.

Com o intrépido argonauta, cuja viagem foi mais tarde objeto de tão desencontrados comentários, seguiu Gaspar de Carvajal, frade da Ordem de São Domingos de Gusman, que se tornou o cronista da expedição, escrevendo, segundo afirmou, sobre os dados do diário de bordo, a sua interes-

sante *Relacion del nuevo descubrimiento del famoso rio Grande, que descubrió por muy gran ventura el capitan Francisco de Orellana, desde su nascimiento hasta salir a la mar...* (1)

Essa “Relação” da viagem de Orellana parece ter sido ignorada por Lopez de Gómara e outros detratores daquella navegante, por isso foi acusado de ter traído Pizarro, carregando o ouro, prata e esmeraldas que lhe haviam sido confiadas, e de ter inventado a balela do encontro com uma tribu de mulheres guerreiras.

Para se verificar a parcialidade e a injustiça com que a aventura de Orellana foi julgada, pelos cronistas do seu tempo e por muitos que sôbre êle escreveram posteriormente, basta lembrar que entre outras cousas falsas propaladas, se o acusou de ter abandonado em plena floresta amazônica ao frade Carvajal que o acompanhou durante tôda a viagem, e a um fidalgo espanhol. Larate foi o criador dessa infamante invencionice e, entre outros, o Barão de Santana Nerf, desconhecendo a existência do documento de Carvajal, ainda no século XIX veículava a mesma fábula, em seu livro *Le pays des Amazones*, dizendo: “Dois de seus companheiros lhe fazem observar que se navegava com muita rapidez e que talvez Pizarro não os pudesse seguir. Orellana se desembaraçou dêsses dedicados homens, incapazes de comprehendê-lo. Um dêsses infelizes era o dominicano Gaspar de Carvajal”.

Entretanto foi frei Carvajal que escreveu a crônica daquella viagem acidentada e que em seu documento não apenas confirmou o que Orellana contou ter visto e ouvido a respeito das mulheres selvagens que o atacaram, como demonstrou a inconsistência de muitas acusações levantadas contra aquele corajoso e leal navegante.

(1) Ver José Toribio Medina — *Descubrimiento del Rio de las Amazonas* — Madrid. — 1894 e *Historia General de las Indias de Fernandez de Oviedo*.

Divulgou-se, por exemplo, a invencionice de ter Orellana descrito as índias que o haviam atacado como guerreiras que, à semelhança das amazonas da Capadócia, atrofiavam um de seus seios afim de melhor usar o arco.

Nem Orellana nem Carvajal foram os autores de semelhante tolice, assim como dessa cutra que Santana Nerí atribue ao navegante ibérico de que eram “amazonas louras” as mulheres belicosas que vira.

Como se vê, dêsse quilate foram os argumentos em que se baseavam os detratores do intrépido companheiro de Pizarro, entretanto, como escreve Henrique de Santa Rosa: “Com a publicação da relação de frei Gaspar de Carvajal, que acompanhara Orellana em tôda a expedição, e dos documentos do arquivo das índias, referentes à penosa jornada, a luz se derramou em jorros sôbre os fatos, e a memória de Orellana tem-se imposto à consideração mais condigna do renome da gloriosa aventura”. (1)

ONDE SE CONTAM COISAS EXTRAORDINÁRIAS DO REINO DAS AMAZONAS BRASILEIRAS

Vimos, no capítulo anterior, que para confirmar as afirmações de Orellana sôbre as mulheres guerreiras por êle encontradas à margem do Amazonas existe a relação de frei Gaspar de Carvajal.

Será produto de pura fantasia o que êsse frade dominicano relatou a respeito das mulheres guerreiras que teriam atacado tão rudemente o estranho barco, que, pela primeira vez, deslizava nas águas pardas do grande Paraná?

Fábula sugerida ou não pela lenda grega, o certo é que Orellana e Carvajal não foram os únicos visitantes do novo

(1) Henrique A. Santa Rosa. — *História do Rio Amazonas*, página 133. — Pará, 1926.

continente que divulgaram na Europa, na época da conquista, a lenda das amazonas americanas, e certo é também que, depois dêles, outros ouviram falar de uma nação de mulheres que viviam sem homens.

Conta Carvajal que prosseguindo o bergantim de Orellana pelo rio desconhecido, foi dar, a jusante do rio Negro, com uma povoação de índios *marauás*, entre os quais a maravilhada caravana foi informada da existência de umas mulheres valorosas que encontrariam mais abaixo. Eram êsses índios adoradores do Sol, que chamavam de *Uhise*, e numa grande praça ofereciam *chicha* a um ídolo monstruoso, no qual diziam estar como um emblema da grande e poderosa *Senhora* que era a rainha de uma nação de mulheres a que êles, como outras tribus, pagavam tributo.

Como haviam sido prevenidos, e conforme relata Carvajal, o bergantim foi atacado mais adiante por uma horda furiosamente belicosa de mulheres, travando-se rude combate que terminou com a fuga precipitada daquela estranha *igarassú* que pela primeira vez aparecia às valorosas cunhãs.

Da surra formidável que teriam levado das guerreiras amazonenses, saíram feridos cinco homens e entre êles Gaspar de Carvajal, que assim descreve aquele combate: “Andámos nessa peleja mais de uma hora, pois os índios não perdiam ânimo, parecendo, pelo contrário, que o dobravam. Quero que se saiba qual foi a causa dêsses índios se defenderem daquela maneira. Deve-se saber que êles são tributários das amazonas, e, sabendo da nossa chegada, foram pedir-lhe socorro e vieram cêrca de dez ou doze, e andavam elas lutando diante dos chefes índios, e lutavam elas tão animosamente que os índios não ousavam voltar as costas, pois os que voltavam diante de nós eram mortos a paulada, e esta é a causa dos índios se defenderem tanto”. “Conta ainda Carvajal que aquelas mulheres eram musculosas e andavam nuas inteiramente, tapando apenas o sexo; que com arcos e flechas guerreavam como dez índios”, chegando algumas a meter um palmo de frecha no costado das em-

barcações, que tão crivadas ficaram que “se pareciam a porcos espinhos”.

Na opinião de Barbosa Rodrigues, ⁽¹⁾ não teria concientemente mentido Orellana ao contar que se defrontara, na margem norte do rio que vinha de descobrir, com uma tribo de mulheres, às quais, lembrando-se das míticas guerreiras de que fala o historiador Heródoto, deu o apelido de **amazonas**. Apenas o intrépido navegante espanhol, na confusão da peleja, ter-se-ia enganado, tomando como mulheres uma horda de índios **uaupés** que outrora habitavam às margens do Amazonas e do Jamundá, de onde se retiraram após uma grande cheia de que guardaram a tradição, para o alto rio Negro. O aspecto afeminado e os costumes desses íncolas, que a tradição diz descendentes das icamiabas ou delas serem subordinados em tempos idos, levaram o ilustre naturalista e etnólogo a formular a hipótese de ter Orellana confundido com mulhrees belicosas os índios **uaupés**.

“Além de conduzirem as mulheres aos combates — diz esse autor — os homens têm um aspecto afeminado, o que, unido ao uso de trazerem os cabelos divididos na frente e depois trançados, dá-lhes a feição de mulheres”.

Esta explicação, aparentemente plausível, e que foi por outros estudiosos de coisas amazônicas aceita como definitiva, seria a mais razoável se a ela não se opusessem, com uma evidência indiscutível, os detalhes que em tôrno da tribo daquelas mulheres guerreiras forneceu, no dizer de Carvajal e do comentador Oviedo, um índio interrogado por Orellana. A hipótese dêste se ter enganado não me parece poder sustentar-se diante das minúcias, sôbre as amazonas americanas, que se encontram na “Relação” de frei Carvajal. E, ou admitimos que Orellana e seu companheiro mentiram descaradamente, inventando tôdas aquelas coisas fantásticas que dizem ter ouvido dos índios **marauás** e do índio levado a

(1) Ver **Tribu dos Uaupés** — Em “Revista da Exposição Antropológica Brasileira”. — Pág. 96. Rio de Janeiro, 1882 — e, do mesmo autor **O Muraquitã** — Manaus — 1889 — e **Exploração do Rio Jamundá** — 1875.

bordo do bergantim, ou realmente combateu o navegante ibérico com uma horda de mulheres que tinham, para ajudá-las na peleja, alguns homens por elas comandados, que matavam a pauladas quando voltavam as costas.

Note-se que antes do combate com os pretensos *uaupés*, o grande navegante espanhol fôra informado de que mais abaixo se defrontaria com as mulheres a cuja raíña aquelas índios que adoravam um ídolo monstruoso estavam submetidos.

Conta Carvajal, que antes de se encontrarem com as amazonas, um índio chamado Aparia lhe falara “de las amazonas y de la riqueza que abajo hay”. Quem deu essa notícia, diz Carvajal, “fué um indio llamado Aparia, viejo que decia haber estado en aquella tierra...”

Mais adiante encontrou-se a caravana com uma aldeia de índios “subjetos y tributarios de las amazonas y que no las serviam de otra cosa sino de plumas de papagayo y de guacamayos para forro de los techos de las casas de sus adoratorios”. Nessa povoação é que Carvajal e Orellana ouviram falar da **grande Senhora** “que es la que manda toda la tierra de las dichas mujeres...”

Diante dêsse depoimento tão claro não é admissível a hipótese de Orellana se ter enganado. A história dos *uaupés* imaginada por Barbosa Rodrigues para explicar a lenda das amazonas fica reduzida a uma engenhosa, mas insustentável fantasia.

Se a parte da crônica do companheiro de Orellana que citei não bastasse para comprovar que êsse expedicionário não podia ter tomado como mulheres índios de aspecto afeminado, a outra parte que se segue confirma de modo mais claro ainda que, se houve alguém que julgou erradamente, foi o ilustre autor de “**O Muiraquitã**” e “**Sertum Palmarum**”. ⁽¹⁾

(1) Outros autores repetiram, sem um exame crítico, a hipótese simplesmente engenhosa de Barbosa Rodrigues. Ver, Raimundo Morais — **O Meu dicionário de coisas da Amazônia**, letra A; Alfredo Ladislau — **Terra Imatura**, pág. 113 e seguintes.

Conta Carvajal que um índio apanhado no Amazonas e que seguiu no bergantim, ao ser interrogado por Orellana (1) dissera que o chefe da sua tribo, chamado **Calunco**, era dos muitos caciques que estavam sujeitos ao reino das mulheres e que estas tinham a sua cidade situada há sete dias para o interior. Aqueles índios instalados à margem do grande rio constituíam a guarda avançada dos vastos domínios conquistados pelas temidas dominadoras daqueles sertões. Informou ainda que havia estado várias vezes na terra das misteriosas mulheres, onde havia ido levar o tributo da sua povoação; que elas eram muito numerosas e estavam localizadas numa vasta região, em cêrca de setenta aldeias. As suas casas — informou o índio — não eram de palha como as das povoações a elas sujeitas, mas de pedra e caprichosamente ornamentadas. Disse ainda que essas mulheres, embora vivessem sem homens, com êles estavam de tempo em tempo, indo buscá-los nas tribus vizinhas e devolvendo-os, depois de satisfeitos os seus desejos, às suas malocas sem lhes causar dano algum. As meninas ficavam com elas e eram educadas na arte da guerra e seus costumes, mas os filhos varões eram mortos ou entregues a seus pais. Essas mulheres obedeciam a uma rainha chamada **Conori** e possuíam fabulosas riquezas em ouro e prata. Na cidade principal em que residia a rainha havia cinco grandes casas dedicadas ao culto do Sol, nas quais havia pinturas em várias côres, muitos ídolos femininos em prata e ouro e objetos diversos dêsses mesmos metais, dedicados ao culto. Das informações prestadas pelo índio teria Carvajal deduzido que havia na terra daquelas senhoras animais de carga parecidos a camelos, outros do tamanho de cavalos com a pata fendida.

(1) Poder-se-á perguntar, à guisa de objeção, como podia aquele navegante entender a linguagem daqueles índios. O mesmo Carvajal informa que Orellana costumava anotar os vocábulos que ouvia daquele gentio e que se esforçava por entender a língua dos naturais. "Era enfin tan entendido y entendia azás convenientemente para lo que havia a nuestro caso".

Carvajal conclue assim esta parte interessantíssima da sua crônica de viagem, calcada, diz êle, sôbre o diário de bordo: "Tudo o que êsse índio disse e mais, nos haviam informado há seis léguas de Quito, porque dessas mulheres havia alí grande notícia e para vê-las vêm muitos índios mil e quatrocentas léguas rio abaixo; e assim nos diziam em cima os índios que aquele que tivesse de baixar à terra dessas mulheres deveria ir moço para voltar velho". (1)

Certos pormenores da "Relação" de Carvajal, como, aliás, as muitas informações dadas sôbre o Novo Mundo por quasi todos os cronistas e viajeiros daquela época em que a lenda se misturava não raro com a realidade, sobrepujando-a em não poucos casos, precisam ser tomados com cuidado.

Assim é possível que o bom frade tenha completado informações imprecisas, obscuras ou mal compreendidas com notícias que tivera de outras regiões da América Meridional, como, por exemplo, do reino de Bogotá, onde florescera a civilização brilhante dos *chibchas* ou *muiscas*, que construíram templos, esculpiram ídolos em prata e ouro, tinham quantidade dêsses metais e esmeraldas e adoravam o Sol.

Não seria de extranhar que vagas notícias daquela cultura colombiana, cuja evolução a conquista espanhola estancou, do culto que lá se tributava ao Sol, das riquezas e poderio dos *muiscas* tivessem chegado até a planície amazônica e que seus habitantes selvagens julgassem aquele reino distante como sendo a côrte das senhoras poderosas a que estavam sujeitos. E esta suposição ainda mais se torna verosímil se considerarmos que, através de dilatados períodos talvez, miracemas contínuas se verificaram de

(1) Veja *História General de las Indias* de Fernandez de Oviedo, livro XLIX, cap. IV.

tribus nú-aruaques e de outros grupos desde o planalto colombiano ao Amazonas. (1)

E, segundo a tradição indígena que fala de uma horda de mulheres que fugiram de Tunaí, as Amazonas teriam vindo das fronteiras da Colômbia, descendo o Içana, afluente do rio Negro e seguindo por êsse paraná de águas escuras rumo ao Solimões, até ir dar na região lacustre que fica entre o Jamundá e o Trombeta, estabelecendo-se numa ilha, hoje ligada à margem norte, que Barbosa Rodrigues denominou **Tauaquéra das Amazonas**, onde Orellana se teria defrontado com um grupo de mulheres guerreiras.

Poder-se-ia, portanto, admitir que a confusão, entre o que ouvira sobre as amazonas brasileiras e o que sabia da cultura colombiana dos muiscas ou mesmo da civilização quichua do Perú, foi feita pelo piedoso cronista da viagem de Orellana. O que se evidencia, entretanto, na curiosa "Relação" de frei Gaspar de Carvajal, é a coincidência com tradições de pura fonte indígena, colhidas na Amazônia muito mais tarde, sobre certas mulheres que rebelando-se contra as leis do **Filho do Sol** foram formar um reino à-parte.

Mas não é só o que Carvajal conta, que coincide também, em linhais gerais, com as notícias divulgadas por diversos outros cronistas a respeito de tribus de mulheres do vale de Bogotá e outros lugares do continente. (2)

O que resalta, pois, do que acabamos de expôr, é que não foi Orellana o inventor da fábula das amazonas americanas, mas que há, como veremos melhor mais adiante, tradições indígenas a êsse respeito e que a hipótese de ter aquele navegante tomado como mulheres guerreiras, índios uaupés, é insustentável.

(1) Paulo Ehrenreich — **Divisão e distribuição das tribus do Brasil** — Em "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro" — Tomo VIII — 1892, e Karl v. d. Stein. **Durch Central — Brasilien — Expedition**, etc. Leipzig. 1886.

(2) Ver a êsse respeito: **Relacion del descubrimiento y conquista del Nuevo Reino de Granada**, de Juan de San Martin; **Relacion de Hernando de Rivera**, publicada na obra **El alma de la raza** de Manuel Dominguez; **Noticia del Dorado o Nueva Extremadura**, de Lopez Velasco; **Historia del Perú**, de Agustin Zarate.

AS INFORMAÇÕES COLHIDAS PELO PADRE CRISTÓVÃO DE ACUNHA

Outro que fêz a crônica de uma viagem ao rio das Amazonas foi o padre Cristóvão de Acunha que andou pelo grande rio no século XVII, fazendo parte da expedição capitaneada por Pedro Teixeira. Sobre as peripécias dessa viagem o padre Acunha escreveu um trabalho que intitulou *Nuevo descubrimiento del gran Rio de las Amazonas*, ⁽¹⁾ trabalho êsse apresentado ao rei da Espanha em 1641.

Conta êsse religioso que já em Quito, por ordem da Real Audiência daquela província, se haviam feito investigações com os naturais “e que uma das principais coisas que asseguravam eram de estar povoada uma província de mulheres guerreiras”. “Não mencionarei — diz o padre Acunha — as investigações que pelo Novo Reino de Granada, na cidade de Pasto, se fizeram com alguns índios, em particular com uma índia, que disse ter ela mesma estado em suas terras, onde estas mulheres habitam”.

Referindo-se ao que colhera entre os índios amazonenses, diz Cristóvão de Acunha: “Estes mesmos tupinambás nos confirmaram o rumor que corria por todo o nosso grande rio, das famosas amazonas, das quais tira o seu verdadeiro nome, e pelo qual é conhecido, depois que foi descoberto até o presente, não somente pelo que o tem navegado, mas pelos cosmógrafos que dêle têm tratado. Seria coisa bem estranha tornar-se o nome de Amazonas sem nenhum fundamento racional; mas as provas que temos para assegurar que há uma província das amazonas nas margens desse rio são tão grandes e fortes que não se pode disto duvidar sem renunciar à tôda fé humana”.

Como se vê, devia estar bem convencido o padre Acunha da existência das amazonas, para afirmar que das informações

(1) Edição de 1641 (n.º LXXII) reimpressa em Madri, em 1881 — págs. 177 e 179.

obtidas não se poderia duvidar “sem renunciar à toda fé humana”.

“Mas — continua — eu não posso calar o que ouvi com os meus ouvidos, e quis verificar, logo que me embarquei neste rio das amazonas. Disseram-me, pois, em tôdas as povoações por onde passei, que havia mulheres no seu país como eu lhas pintava e cada um em particular dava-me sinais tão constantes e uniformes, que, se a coisa não é assim, é preciso que a maior mentira passe em todo o mundo novo pela mais indubitável de tôdas as verdades históricas”.

Passa, em seguida, a relatar as pesquisas que fêz em torno da existência das amazonas, depois de descrever o rio Cunuriz, onde habitavam os índios dêsse nome e vinham da província das amazonas, fala dos **guacarís**, “o povo feliz que gozava o favor das valorosas mulheres”.

“Êsses índios — refere o padre Acunha — têm as suas povoações sôbre montes de prodigiosa altura. Estes montes existem no lugar indicado e se chamam vulgarmente de cordilheira da Guiana, que corre ao longo do Amazonas, entre os quais há um chamado **Tacamiaba**, que se eleva extraordinariamente sôbre os outros e que é estéril por ser muito batido dos ventos”.

A informação sôbre o monte de **Itacamiaba** não é muito exata, mas o que importa é a notícia que já o padre Acunha tivera, de residirem essas mulheres na serra de **Itacamiaba** ou **Jací-taperê**, no mesmo lugar em que mais tarde outros visitantes da região em que corre o Jamundá deviam ouvir a mesma tradição das **icamiabas** e em que Barbosa Rodrigues ⁽¹⁾ e o padre J. Morais ⁽²⁾ deviam colher a lenda do lago de **Jací-uaruá**, em cujas águas a **Mãe do Muiraquitã** entregava áquelas cunhãs guerreiras as sagradas pedras verdes.

“Estas mulheres — continua o padre Acunha — se têm conservado sempre sem socorro de homens, e, quando seus vizinhos lhes vêm fazer visita, no tempo assinalado, elas os recebem com armas na mão, que são arcos e frechas, para

(1) Exploração do rio Jamundá.

(2) História da Companhia de Jesús.

não serem surpreendidas; mas logo que os conhecem vão tôdas de tropel às suas canoas, onde cada uma pega na primeira rede que encontra e vai prendê-la em sua casa para receber o dono”.

“As filhas que nascem dêste congresso são criadas pelas mães, instruídas no trabalho e no manejo das armas; quanto aos filhos não se sabe o que fazem dêles; porém eu ouvi dizer a um índio, que se tinha achado com seu pai nessa assembléia, sendo ainda rapaz, que no ano seguinte dão aos pais os filhos machos que pariram. Contudo comumente se crê que elas matam todos os machos, o que eu não sei decidir. Seja o que fôr, elas têm tesouros no seu país, capazes de enriquecer todo o mundo”.

* * *

Admitida a hipótese de que Orellana tivesse mentido — o que não se provou — não me parece que a mesma pecha de inventor de disparates e balelas se possa aplicar a um homem do valor intelectual do padre Cristóvão de Acunha, que tinha, além de tudo, de velar pela sua reputação de membro da Real Academia de Quito. Poder-se-ia, entretanto, admitir que o ilustre sacerdote tivesse sido enganado pelas invencionices dos índios, mas conta o padre Acunha que andava a mesma tradição espalhada pela província de Quito, que investigações que confirmavam a sua existência haviam sido feitas sob o patrocínio da Real Academia e que ao longo de todo o Amazonas os nativos lhe falaram na tal tribu de mulheres.

Será possível que todos aqueles rudes selvagens se tivessem combinado para fazerem crer ao curioso investigador das suas crenças na existência de uma tradição que na verdade não existia e que tão hábilmente tivessem sabido iludir a um homem de inteligência e de cultura como aquele que os interrogava?

O padre Acunha no seu interessante relatório diz: “No és creible que se pudiesse una mentira auer entablado en tantas naciones, con tantos colores de verdad”.

UM NATURALISTA A PROCURA DAS AMAZONAS

Depois do padre Acunha outros cronistas deram notícia das amazonas, mas estes repetindo apenas a lenda que se espalhara pelo Novo Mundo, como, por exemplo, Rui Diaz de Guzman que dizia ter ouvido contar que os naturais da lagoa de El-Dorado “confinavam com um povo constituído unicamente de mulheres”. (1)

Já no século da conquista o mito das amazonas se difundira largamente e de tal modo que frei Pedro de la Tôrre, (2) bispo de Assunção, empreendeu uma viagem com a esperança de encontrar o já tão famoso reino das mulheres que viviam sem homens, não se sabe se para ir prègar o Evangelho entre elas ou se por outro motivo qualquer...

Depois de Acunha, entretanto, sòmente no século XVIII se colheram novas informações dignas de nota a respeito das amazonas. Foi o naturalista La Condamine que, na viagem que fêz pela região amazônica, procurou esclarecer o suggestivo mistério, informando-se da existência daquelas famosas mulheres entre os próprios índios. Das investigações feitas a êsse respeito nos dá ciência em sua *Relation d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale*, obra editada em 1745.

Tendo La Condamine indagado em numerosas povoações de índios a respeito das mulheres belicosas que não consentiam em viver com os homens senão uma vez por ano, em tôdas o informaram de que haviam ouvido de seus pais falar naquelas mulheres e que elas se haviam retirado “no interior das terras do norte, pelo rio Negro ou por algum que no mesmo ponto desagua no Amazonas”.

Um índio de São João de Omagua — conta o ilustre viajante — disse-nos que talvez encontrássemos ainda em Coari um velho cujo pai havia visto as amazonas. Em Coari soubemos que o índio que nos indicaram havia morrido,

(1) La Argentina — liv. II, cap. VII.

(2) Rui Diaz Melgarejo. — Cartas de índias.

falamos, porém, com seu filho, homem de uns setenta anos de idade, que exercia a chefia dos índios daquele povoado. Este assegurou-nos que seu avô havia visto passar, efetivamente, as referidas mulheres pela estrada do rio Cuchivara, que vinham do rio Caiamé, que desemboca no Amazonas pelo sul, entre o rio Tefé e o Coari; que havia falado com quatro delas, uma das quais tinha um filho de peito; disse-nos o nome de cada uma e acrescentou que, partindo de Cuchivara, atravessaram o grande rio e se encaminharam para o rio Negro”.

Segundo Barbosa Rodrigues, as mulheres vistas pelo tal índio não eram senão alguns homens das tribus **uaupés**.

Ora, essa suposição não tem fundamento, porque aquele índio havia falado com as mulheres a que se referia e lhe não teriam certamente despertado tanto interesse, a ponto dêsse encontro ser contado como acontecimento fóra do comum, se se tratasse apenas de gente de outra tribo qualquer. A hipótese de que aquele índio de Coari tenha tomado como mulheres índios **uaupés** parece-nos simplesmente absurda, mesmo porque notou que uma delas amamentava e teve ocasião de conversar com as mesmas mulheres e de indagar de seu nome.

Mas ouçamos o que conta La Condamine:

“Mais abaixo do Coari os índios nos disseram em tôda a parte a mesma coisa, com algumas variantes circunstanciais, estando porém acordes no ponto essencial”.

“Em particular os **topaios**, dos quais farei em lugar oportuno menção especial, assim como de certas pedras verdes conhecidas com o nome de **pedras das amazonas**, dizem que as herdaram de seus pais e que estes as obtiveram das **cunhã tesecuimas**, o que, em seu idioma, significa “mulheres sem marido”, ⁽¹⁾ entre as quais, acrescentam, se encontram em grande quantidade”.

(1) É possível que o ilustre cientista francês não tenha grafado com exatidão a denominação dada às amazonas pelos índios que ouviu. Talvez tivessem proferido **cunhantãs-secô-imas**, uma vez que **secô**, como

“Estes índios **topaios**, tribo da grande nação **tupinambá**, estavam situados numa grande ilha, na foz do rio Madeira.

Um índio que residia em Mortigura, Missão próxima ao Pará, ofereceu-se para levar La Condamine a um rio por onde se podia chegar “à pouca distância do país habitado pelas amazonas”. Este rio — diz o referido cientista — chama-se Irijo e passei depois diante da sua desembocadura, entre Macapá e o cabo Norte. Segundo notícia do mesmo índio, desde o lugar em que este rio deixa de ser navegável, devido às cachoeiras, era preciso, para penetrar no país das amazonas, caminhar muitos dias pelos bosques do Oeste e atravessar um país montanhoso”.

E’ ainda La Condamine que informa:

“Um velho soldado da guarnição da Caiena, que hoje vive perto das cachoeiras de Oiapoc, assegurou-me que um destacamento em que estive, e que foi enviado para reconhecer as terras em 1726, penetrou entre os índios **amiquanos**, tribo de orelhudos que habita além das fontes do Oiapoc e perto de outro que desagua no Amazonas, e que ali viu que as crianças e as mulheres levavam **colares com pedras verdes**, e que tendo perguntado a êsses índios de onde as tiravam, responderam que provinham do país das **mulheres que não tem marido**, cujas terras estavam ao ocidente, sete ou oito dias além”.

Estes índios habitavam numa região muito distante das margens do Amazonas para se poder julgar que tivesse chegado até êles uma fábula que, segundo alguns escritores, teria sido divulgada pelo ádvena europeu. Mas o que é sobretudo digno de nota, é que em diversos pontos em que foram colhidas referências a respeito de mulheres que viviam sem

recô é o mesmo que **tecô**, isto é, uso, costume. E’ provável também que da fusão das três palavras que compõem a expressão com que eram designadas aquelas mulheres resultasse **cunhãtesecúmas**. Entretanto, decomposta a expressão, resultará, como já fizemos notar, **mulheres-lei-sem**, e não, como interpretou La Condamine, **mulheres sem marido**, pois que marido, em nhêngatú, é **mena** e **menasaraíma** quem não é casado ou casada. Logo, “mulheres sem marido” devia ser **cunhã-menasaímas** e não **cunhãtesecúmas**.

homens tenham sido encontradas também as famosas pedras verdes e que todos os seus possuidores confirmassem a tradição de que procediam do misterioso país dessas mulheres. E' notável ainda o fato — observa La Condamine — de “que enquanto as diferentes informações indicam o lugar de retirada das amazonas americanas por diversos caminhos, umas para o Oriente, outras para o Norte e outras para o Ocidente, tôdas coincidem em indicar como sítio comum em que terminou a retirada, o centro das montanhas da Guiana, numa parte em que nem os portugueses do Pará ⁽¹⁾ nem os franceses de Caiena penetraram ainda”.

A isto acrescenta êste crente na existência das *icamias* ou *cunhãs - teco - imas*: “A-pesar-disto, custa-me crer que as amazonas se achem estabelecidas aí atualmente sem que delas se tenham notícias positivas, transmitidas de uns para outros índios próximos às colônias européias das costas da Guiana; porém êsse povo errante poderia ter mudado novamente de residência; o que me parece mais verosímil, mais do que tudo, é que tenha perdido seus antigos usos através do tempo, quer por ter sido subjugado por outro povo ou porque, aborrecidas da sua solidão, as filhas tenham por fim esquecido a aversão de suas mães pelos homens”.

Termina assim a relação de La Condamine sôbre a existência das amazonas: “Se para negá-las se alega a falta de verosimilitude e a espécie de impossibilidade que há de que uma república de mulheres semelhante possa estabelecer-se e subsistir, não insistirei com o exemplo das amazonas modernas da África, ⁽²⁾ pôsto que o que lemos nas histórias antigas e modernas está mesclado com muitas fábulas e pode ser objeto de discussão. Bem sei que todos ou a maior parte dos índios da América Meridional são mentirosos, crédulos e amantes do maravilhoso; nenhum dêsses povos porém, havia ouvido falar das amazonas de

(1) La Condamine escrevia em 1743.

(2) Ver *Descrição da Etiópia Oriental*, pelo P. João dos Santos e P. Labat.

Diodoro de Sicília e de Justino. Entretanto, a questão das amazonas já existia no centro da América antes que aí penetrassem os espanhóis e se mencionavam também entre os povos que nunca haviam visto os europeus. Isto o demonstra o aviso que o cacique deu a Orellana e seus companheiros, assim como as tradições referidas pelo padre Acunha e o padre Barazi. (1) Pode-se crer que selvagens de regiões distantes umas das outras se tenham combinado para imaginar, sem nenhum fundamento, o mesmo fato, e que esta pretendida fábula tenha sido adaptada tão uniforme e universalmente em Mainas, no Pará, em Caiena e na Venezuela, entre tantos povos que não se entendem nem têm nenhuma comunicação?"

Admitida a hipótese do reino das mulheres que viviam sem homens ter existido, como parece que acreditava La Condamine, que foi feito dêle?

E' o que ninguém saberia dizer, porque tôdas as tradições de agora se referem ao passado e nunca mais se encontrou quem desse notícias delas. Há, porém, outra testemunha que vem em confirmação da hipótese de se terem retirado as amazonas brasileiras para os lados do norte do vale: a do padre Gili. Êste sacerdote conta que tendo perguntado a um índio Quaquã que nações habitavam o rio Cuchivero, êle nomeou os **aïqueambenanos**, que em língua tamanaque quer dizer **mulheres vivendo sós**. O referido índio contou que os **aïqueambenanos** eram "uma reunião de mulheres que fabricavam longas sarabatanas e outros instrumentos de guerra, e que matavam os filhos varões".

O famoso naturalista Humboldt, referindo-se às palavras do padre Gili, diz que estas tradições se encontram entre os Caraíbas, mas acrescenta que o índio a que o padre Gili se refere ignorava o castelhano e não tinha estado em contacto com os brancos, não podendo, portanto, saber destas tradições senão pela sua própria gente.

(1) Cartas edificantes e curiosas, tomo X.

AS VIRGENS DO SOL E AS ICAMIABAS

Chegados a este ponto do nosso estudo em torno da lenda das amazonas, de novo se nos apresenta a pergunta que não poucos investigadores da poranduba amazonense devem ter formulado: — Terá existido essa comunidade de mulheres? E, se a tradição não é uma simples fábula trazida pelos navegantes e missionários, como parece estar amplamente demonstrado, mas a vaga recordação de uma distante realidade, tratava-se simplesmente de uma horda de mulheres belicosas, semelhante à das amazonas de que falam Heródoto e Diodoro Siculo, ou de alguma corporação de caráter religioso, com estranhos e selvagens ritos e bizarros costumes, da qual teriam tido os nossos índios notícias que o tempo e as gerações deformaram?

No curso deste estudo, antes de expôr a nossa opinião, examinaremos diversas hipóteses e apresentaremos os elementos favoráveis ou contrários às mesmas.

Não há nada de inverosímil na suposição de que aquelas mulheres formassem uma comunidade de caráter religioso, talvez mesmo numa terra distante, de onde teria vindo a tradição.

Esta é a opinião, aliás bastante engenhosa, e mais lógica que a de Barbosa Rodrigues, de Henrique Candia, que a expõe assim, apolada em farta documentação, em seu esplêndido volume *Historia Critica de los mitos de la conquista americana*: “As amazonas entrevistadas pelos conquistadores eram o reflexo das Virgens do Sol, das Casas das Escolhidas e da organização social do Perú e dos povos onde havia chegado a cultura incáica, mal explicada pelos indígenas e pior compreendida pelos espanhóis. Nas relações das amazonas se agrupam e confundem inumeráveis dados pertencentes à vida peruana e que os conquistadores atribuíram a uma fantástica nação de mulheres, das quais a antiguidade havia contado pormenores em aparência idênticos aos dos costumes dos povos peruanos, conhecidos de um

modo muito vago pelos selvagens que os espanhóis interrogavam”. (1)

Depois de comparar vários costumes dos peruanos com detalhes do que, a respeito das amazonas, se conta na Relação de Carvajal, o mencionado autor acrescenta: “Estes costumes da civilização quichua, eram conhecidos, embora vagamente, por índios das selvas amazônicas, os quais se inteiravam dos mesmos pelos informes de outros índios, os quais os aprendiam dos funcionários do Inca, aos quais estavam submetidos e deviam pagar tributo, ou por terem chegado alguma vez às cidades ou aldeias quíchuas, onde não faltavam templos do Sol, atendidos por sacerdotizas virgens, e as casas de mulheres recolhidas”. (2)

O erudito Henrique de Candia continua:

“As guerras que as amazonas faziam aos Senhores das comarcas, não são mais que as excursões conquistadoras que desde as últimas povoações da cordilheira andina levavam para as selvas do Marañon, tanto as tropas do Império Incaico como as do Reino de Quito, que por virem do lado de onde se achavam as mulheres que viviam sem homens, julgou-se que fôsem diretamente organizadas com o fim de recrutar escravos para seus fins de reprodução”. (3)

A hipótese acima exposta é engenhosa e sugestiva e o seu autor a expõe com muito brilho e subtileza de argumentação. Entretanto é de se supor que o arguto pesquisador dos mitos americanos da época da conquista, não obstante a riqueza do material informativo que acumulou, revolvendo arquivos e folheando as páginas de velhos documentos e de obras dos antigos cronistas, descuidou de um elemento precioso que é o das lendas e tradições da genuína poranduba amazonense. Não fôsse assim, com o seu penetrante senso crítico não teria deixado de notar que à sua suposição de serem as amazonas um reflexo das Virgens

(1) Obr. cit., pág. 88-89.

(2) Pág. 95.

(3) Pág. 96 — Buenos Aires. 1929.

do Sol e seu reino do Império Incaico, se opõem as próprias tradições dos nossos índios, segundo as quais, como já informámos relativamente à lenda de Izí ou o Iuruparí, as mulheres que não quiseram aceitar as novas leis do **Filho do Sol**, fugiram da sua aldeia e foram, rumo ao Levante, formar uma tribo ou reino à-parte. Igual tradição é a relativa às mulheres que fugiram do furor do velho Pai-Tuna.

Os mitos de Izí e Pai-Tuna, em que se fala da fuga de uma horda de mulheres, são nitidamente amazonenses, embora Izí também fôsse, como Manco Capac, um herói civilizador, proclamando-se, como êste, **Filho do Sol**. Mas semelhante identificação, se quisermos procurar uma convergência mitológica, poderia ser estabelecida também com Bochicha, o herói civilizador dos **muiscas** colombianos, com Quetzalcoatl, Votan, Itzamná e outras figuras míticas americanas.

A tradição, porém, da horda de mulheres que fugiram da Serra de Tunaí, já invalida a hipótese de Henrique Candia.

Mas há outro aspecto da questão que êsse autor não considerou.

Não é exato que os nossos índios julgassem que as amazonas viviam pelos lados do Perú ou de Quito, embora, segundo o padre Acunha, de sua existência falassem os aborígenas dessa última localidade. Quando os índios ouvidos por Orellana, Acunha e La Condamine se referiam à região em que teriam vivido as amazonas, sempre indicavam para além da foz do rio Negro, à jusante ou, apontando a direção da sua retirada, para os lados do Norte, rumo às montanhas da Guiana. Se êsses índios, como pensa Candia, tivessem baralhando as vagas notícias chegadas até eles — o que é muito duvidoso — das Virgens do Sol e do Império Incaico com a crença num reino de mulheres guerreiras, é evidente que as situariam sempre em direção aos Andes e não para o Nascente ou para os lados do sistema guianense.

E' de notar ainda que quando, em certa aldeia, Orellana foi informado de que se encontraria com uma horda de

mulheres, os índios que forneceram essa notícia declararam que pagavam tributo à rainha daquelas mulheres e que as mesmas se encontravam mais abaixo. O local em que se deu o famoso encontro entre o bergantim de Orellana e as amazonas brasileiras, foi precisamente o sítio em que os índios ouvidos mais tarde pelo padre Acunha e outros situavam o reino das *icamiabas*, isto é, na região do Jamundá.

Não me parece tão fácil de demonstrar que notícias do Império do Tauantinsuio tenham chegado à planície amazônica, para além do rio Negro, e muito menos que fôsse aos funcionários do Inca que pagavam tributo, entretanto, os índios de que fala Carvajal o haviam informado de que eram tributários das amazonas, das quais constituíam, naquelas paragens, a guarda avançada.

E' bem possível que o bom frade Carvajal tenha baralhado muita coisa ou compreendido mal e através da miragem do Império dos Incas o que ouviu dos crédulos selvícolas amazonenses. Sempre ficaria de pé a notícia, embora confusa, da existência de um reino de mulheres, e se o companheiro de Orellana deturpou alguma coisa, embora involuntariamente, como é possível que tenha acontecido, é claro que certos detalhes da sua **Relação** mal servem para apoiar a hipótese de que as amazonas eram as Virgens do Sol do Perú.

Entretanto não é inadmissível que vagas notícias de uma civilização mais adiantada viessem misturar-se, na Amazônia, à tradição das mulheres que viviam sem homens. Mas porque, em vez dessas confusas notícias se referirem ao Império dos Incas, não se referiam aos templos e às riquezas da civilização colombiana dos **muiscas**?

A tradição de que as amazonas possuíam grandes riquezas, andava espalhada, ao que parece, pelo verde vale e pela Colômbia, tanto assim que o próprio Candia cita o trecho da *Relacion del descubrimiento y conquista del Nuevo Reino de Granada* de Juan de San Martin e Alonso de Lebrija, em que se lê: "... no pudo allegar a ellas por las muchas sierras de montaña que avia en el camino,

aunque allegó tres o quatro jornadas dellas, teniendo siempre más noticias que las avia e que heran muy ricas de oro, e que delas se trae el mismo oro que ay en esta tierra y en la de Tunja... Buelto de las dichas minas... supo nuevas muy extranhas de la tierra en que estamos, son de las mujeres susodichas, que es innumerable el oro que tienem”.

Como se vê, a suposição de que os índios amazonenses, especialmente os **tarianás**, tenham conservado tradições que se encontravam também entre os aborígenes do Novo Reino de Granada é mais admissível do que a hipótese de ter a lenda das **cunhãs-teco-ímas** surgido de vagas notícias, sobre os costumes, o poder e as riquezas dos Incas, esparsas entre as tribus da mesopotâmia brasileira.

E se considerarmos a rota seguida pelas miracemas dos grupos **aruques**, veremos que é muito mais verosímil se imaginar uma emigração de informações relativas ao ciclo cultural dos **muiscas** colombianos do que supor que os nossos índios se referissem aos **quichuas** e às Virgens do Sol quando falavam do reino das mulheres guerreiras.

Não me parece, em vista das tradições guardadas pelas tribus do alto rio Negro, que o fato de algumas hordas que se espalharam pelo Amazonas terem descido das altitudes andinas, venha confirmar a hipótese de Candia. Admitido, como pensa Martius ⁽¹⁾ que grupos **tupís** tenham chegado das proximidades do Titicaca e que os **uananas**, que, conferendo-se com os **Tarianás** no rio Ucalari, aceitaram ⁽²⁾ as leis do Iuruparí, sejam originários da costa oriental dos Andes, como parecem referir em suas tradições, assim mesmo o ponto de vista de Candia resulta bastante discutível em vista dos elementos que, sobre o mistério das amazonas, nos fornece a poranduba amazonense.

(1) Beiträge zur Ethnographie, etc. I, 765, Leipzig. 1867.

(2) Segundo as tradições dos **uananas**, estes índios teriam subido o Ucalari vindos de uma região que ficava no meio de uma serra na beira de um lago chamado Catiana. Esse local estaria no alto Purús. (Ver Lendas em Nhêengatú, de Brandão de Amorim).

AS AMAZONAS DA ANTIGUIDADE

Demonstrado que a tradição relativa a um reino de mulheres que viviam afastadas do convívio dos homens existia na Amazônia e em outras regiões do continente quando Orellana desceu as águas barrentas do Rio-Mar, resta a examinar o problema da origem dessa tradição que, em suas linhas gerais, se parece à referida por Heródoto, Diodoro de Sicília, Justino e outros autores da antiguidade que trataram de mulheres guerreiras e poderosas que habitaram as margens do Termodontes, na Ásia Menor e também na Líbia, onde combateram, na região de Cirene, junto ao mar, o fabuloso povo dos Atlantes.

Essa semelhança entre a lenda brasileira e a que os gregos divulgaram de mistura com a história de seus heróis míticos, como Heracles e Perseu, levou Barbosa Rodrigues a formular a seguinte interrogação: "Quem levou para a Amazônia, antes da sua descoberta, a fábula das amazonas da Ásia?" (1)

Como vimos em capítulos anteriores, o notável e imaginoso etnólogo procurou demonstrar que as belicosas mulheres vistas por Orellana eram simplesmente índios uaupés. Verificando, porém, que apesar do suposto engano daquele navegante, existia uma tradição indígena a esse respeito, o referido autor, sem abandonar a sua primeira explicação, aceita também o fato de que existia uma lenda ameríndia parecida com a grega.

Então, procurando mais uma prova para confirmar a sua teoria de uma emigração de povos que teve a alta Ásia como ponto de partida e que deitou um ramo até a Amazônia, formulou a hipótese da nossa lenda ser um eco distante da lenda clássica das amazonas da Capadócia e da Líbia.

Essa fantasia, naturalmente, deve ser de muito agrado dos que ainda acreditam em viagens imaginárias que teriam

(1) O Muiraquitã, vol. II, pág. 108.

feito ao Amazonas as naus de Salomão e de Hiram e julgam, baseados em suas curiosas deduções, que é na planície amazônica que ficava a fabulosa **Ofir**, ou a misteriosa **Parvaim** do texto bíblico.

Segundo o autor de **O Muiraquitã** a lenda das **icamiabas** “foi trazida da Ásia por uma emigração que trazia consigo a jade, o muiraquitã”.

A hipótese, a meu ver, não passa de pura fantasia e eu espero demonstrar, mais adiante, que sem recorrer ao imaginário romance de uma emigração que prenderia as icamiaba às amazonas asiáticas e africanas, pode-se explicar a tradição amazonense de um reino comandado por mulheres e todo o grupo de tradições a que essa lenda está relacionada, com os próprios elementos integrantes de uma cultura primitiva, de caráter matriarcal, que, no Amazonas, como entre outros povos, foi sucedida por outra de diversa organização e em que os homens impuseram o seu predomínio. Veremos que dentro do método da culturologia, que deu um rumo mais seguro aos estudos etnológicos, o ciclo de lendas que compreendem as tradições relativas ao herói civilizador Izí ou Iuruparí, como as que se prendem ao **Muiraquitã** e às **icamiabas** é perfeitamente explicável, e dentro de elementos culturais que são comuns — como as sociedades secretas de caráter religioso, dansas de máscara, evocação do herói primordial, iniciações e instrumentos sagrados que são tabú para as mulheres — entre os povos chamados selvagens, não só da América, como da Oceania, da Indonésia, África e outros setores do mundo primitivo.

Examinemos, entretanto, a título de curiosidade, as coincidências entre a lenda das amazonas brasileiras e a fábula ou tradição das mulheres guerreiras a que se referem os autores clássicos.

Segundo a tradição recolhida por Diodoro de Sicília e relatada em sua **Biblioteca Histórica** (Livro III, cap. 54 e livro V cap. 19), “As Amazonas percorreram várias partes do mundo”. Os primeiros homens que atacaram foram os

Atlantes, ⁽¹⁾ o povo mais civilizado dessas regiões e que habitava num país rico e de grandes cidades”.

“Mirina — continua Diodoro — rainha das amazonas, reuniu dizem, um exército de trinta mil mulheres de infantaria e vinte mil de cavalaria; elas se applicavam particularmente ao exercício da equitação por motivo da sua utilidade na guerra. Levavam por arma defensiva peles de serpente, pois que a Líbia produzia réptis enormes.

“Após ter invadido o território dos Atlantes, empreenderam uma renhida batalha com os habitantes de Cirene, e perseguiram seus habitantes até além de seus muros. Apos-saram-se da cidade e maltrataram os cativos afim de espalhar o terror entre os povos vizinhos.

“A repercussão do desastre dos cirenenses se espalhou por toda a região e outros Atlantes foram tomados de tal terror que, de comum acôrdo, entregaram suas cidades e prometeram fazer o que elas lhes ordenassem. A rainha Mirina os tratou com doçura e no lugar da cidade destruída fundou outra à qual deu o seu nome. Povoou essa cidade com os prisioneiros que tinha em seu poder e com os que lá quiseram morar.

“Após isto os Atlantes lhe doaram magníficos presentes.

“Como os Atlantes eram freqüentemente atacados pelas Gorgonas, estabelecidas na sua vizinhança e que, desde os tempos remotos, eram suas inimigas, a rainha Mirina foi combater as Gorgonas em seu próprio país, a pedido dos Atlantes.

.....

No cap. 55, liv. III, Diodoro Sículo continua contando as lutas das amazonas com as fabulosas e terríveis Gorgonas, que tinham Medusa como rainha.

(1) Esse povo seria originário da Atlântida, o fabuloso continente que segundo os partidários da sua existência ligava a Ásia e a África à América e do qual fala Platão no *Timeu* e em *Crítias*.

As Gorgonas foram depois atacadas por Perseu, filho de Júpiter.

“Por fim as Gorgonas, como a raça das amazonas, foram exterminadas por Hércules, durante a sua expedição no Ocidente, quando colocou uma coluna na Líbia, pois não podia admitir que existisse uma nação governada por mulheres”.

.....

“Mirina, depois de ter percorrido com o seu exército uma grande parte da Líbia, entrou no Egito, onde estabeleceu aliança com Horus, filho de Isis, que era então rei do país. De lá ela foi fazer guerra aos Árabes...”

Como se vê, a lenda que Diodoro Sículo colheu se prende às mais remotas tradições da antiguidade, a um período anterior à primeira dinastia egípcia iniciada por Menes, quando, segundo as lendas, ainda reinavam os Reis Divinos, ou a teocracia dos Filhos de Horus.

Esse povo das amazonas líbias, porém, está dentro da mesma tradição das amazonas da Ásia Menor que, descendo do Cáucaso, foram habitar, segundo a lenda colhida por Heródoto, ⁽¹⁾ entre os Citas da Ásia Menor, isto é, entre os Hititas, que estenderam, no XX séc. A C., seu domínio pela Capadócia até o Norte da Síria.

Segundo Heródoto, num combate que tiveram com os gregos, as amazonas foram vencidas e colocadas em três navios. Durante a viagem, porém, conseguiram trucidar todos os tripulantes dos navios, mas como não soubessem governar os barcos, foram levadas pelas ondas para a terra dos Citas, na região paludosa de Meotide. Mal desembarcaram se apoderaram de uma tropa de cavalos e começaram a depredar o país dos Citas. Estes moveram-lhe guerra, sem saber com que raça combatiam, pois que não lhe entendiam o idioma nem conheciam os trajes que elas usavam.

(1) *Historie delle Imprese de Greci e de Barbari*. Cap. IV, págs. 181-182. Edição Sonzonho, Milão. 1908.

Afinal, tendo aprisionado algumas, verificaram que eram mulheres.

Depois de várias peripécias, que Heródoto, conta minuciosamente, os jovens Citas passaram a unir-se às amazonas, mas estas impuseram a condição de não ficarem no país. Retiraram-se então para o Oriente, atravessando o rio Tanai e foram formar o povo bárbaro que os gregos chamaram Sauromotes, cujas mulheres guerreavam e só podiam casar depois de ter morto a um inimigo.

O historiador Justino (Hist. Liv. II) diz que a nação das amazonas era constituída de mulheres que tendo perdido os maridos na guerra não quiseram mais sujeitar-se à escravidão do casamento.

* * *

Se quisermos procurar coincidências entre as amazonas asiáticas e líbias e as **icamiabas**, certamente que as encontraremos, mas não de tal natureza que possam constituir uma base para se estabelecer uma relação de dependência entre uma tradição e outra, porque, afinal, o ponto fundamental em que essas tradições se assemelham está no fato de tratar-se, em ambos os casos, de hordas de mulheres belicosas que viviam separadas dos homens e em luta com êles. Ainda se pode encontrar uma analogia com a descrição que faz frei Carvajal do reino das amazonas americanas com o reino estabelecido na Líbia pelas mulheres guerreiras descritas por Diodoro Sículo.

Mas nisto haveria uma coincidência apenas de fatos, muito natural, admitindo-se que tenha existido realmente na Amazônia uma tribo de mulheres que se separou dos homens e que, para conservarem a sua independência, tiveram que guerrear com êles. Nada há de inverosímil em se supor que assim tenha acontecido e que a lenda clássica como a lenda amazonense de mulheres que formaram um reino à parte seja o eco de uma realidade verificada em antigos tempos.

Algumas tradições da Europa pré-histórica falam de hordas de mulheres selvagens que se escondiam pelas florestas, pelos montes e pelas ilhas, algumas, como as druidisas celtas, para se entregarem a seus estranhos cultos esotéricos, oriundos, talvez de um ciclo remoto em que imperou o matriarcado, outras por se rebelarem contra as duras imposições dos homens.

A propósito dessas mulheres rebeladas, fala Marco Saunier em seu curioso livro *La légende des symboles*, referindo o seguinte: "As violências a que as mulheres eram submetidas fêz nascer em algumas delas a idéia de se unirem para, juntas, oporem uma vitoriosa resistência aos homens. Assim, em bandos, resolveram ir viver no fundo dos bosques. O seu número fazia a sua potência e desgraçado do homem temerário que ousasse aventurar-se até elas, pois que, derubado por uma chuva de pedras, veria logo a horda das mulheres precipitar-se sobre ele e esfaqueá-lo com unhas e dentes. Entretanto, subsistindo nelas o culto da maternidade, não se recusavam sempre a certos homens. Mas depois do amplexo, tornavam a esconder-se entre as suas companheiras. ⁽¹⁾

Não parece que Saunier está a relatar a lenda das amazonas brasileiras, sobretudo se, como contam os *tarianás*, quisermos identificar as *icamiabas* às mulheres que fugiram da Serra de Tunaí, por não se sujeitarem às leis de Izí?

Mas diante disto o que se pode estabelecer é apenas uma coincidência de fatos e não de dependência de tradições.

Há outro aspecto da questão a examinar. Foi largamente divulgada, na época da conquista, a crença de que as amazonas antigas atrofiavam um dos seios para poderem manejar o arco. Essa crença nasceu da própria interpretação da palavra *amazonas*, composta de *a*, privação e *mazos*, teta, seio. Alguns cronistas que ouviram falar de um reino de mulheres americanas, baralharam essa vaga informação

(1) *Obra Citada*. Tradução italiana. Ed. "Atanor" — Todi, 1921, págs. 25-26.

com a fábula de que as amazonas asiáticas se privaram de um dos seios.

Barbosa Rodrigues, empenhado em demonstrar uma relação de dependência entre a lenda das icamiabas e a das guerreiras que depredavam as cidades citas e líbicas, procurou adaptar a interpretação do vocábulo *icamiaba* ao significado da palavra *amazonas*. E, assim, a-pesar-da sua incontestável autoridade no conhecimento do nhêengatú, embebido na sua miragem teórica da proveniência asiática das tradições amazonenses, forçou a interpretação da palavra *icamiaba*, traduzindo como querendo significar “a que não tem seio”. (1)

Em primeiro lugar a fábula de que as amazonas da Ásia Menor se mutilassem, vem de uma interpretação simplista, que, parece-me, os gregos desconheciam, pois que a essa particularidade da lenda não fazem referências. Uma demonstração de que os gregos não sabiam de que as amazonas atrofiavam um dos seios encontra-se nas próprias representações plásticas feitas pelos escultores e pelos pintores de vasos. Em nenhuma dessas representações das amazonas — a começar pela maravilhosa *Amazona ferida* de Policeto e dos frizos dos templos de Apolo em Figália, e de Artemisa em Magnésia, como as do período helenístico, de estilo marcadamente verista — não se encontra a mutilação a que a fábula se refere. (2) Pelo contrário os seios dessas amazonas são representados bem rijos e desenvolvidos, como a querer acentuar uma vigorosa feminilidade.

Sugestionado pela idéia errônea de que a tradição grega se referia a mulheres sem um seio, Barbosa Rodrigues compôs a voz *icamiaba* em *y*, *ela*, *Cam*, seio, *ní*, não e *aba* por *aua*, proposição verbal, significando o vocábulo citado “a que não tem seio”.

(1) O Muiraquitã, II parte, pág. 107.

(2) Para se ter uma impressão de como os gregos representavam as Amazonas, sem a mutilação do seio, basta passar os olhos nas numerosas reproduções de frizos e estátuas sobre o assunto, reproduzidas na obra de Salomon Reinach — “Répertoire de la Statuaire Grecque e Romaine. Paris, 1897.

Essa engenhosa mas fantástica interpretação não tem relação alguma com as tradições sôbre as *icamiabas* que o próprio Barbosa Rodrigues teve o grande mérito de recolher em suas fontes originaes, isto é, entre os próprios índios. Em nenhuma das lendas por êle recolhidas nem nas informações que forneceram Carvajal, o padre Acunha, Humboldt, La Condamine e o Conde Stradelli, se encontra a menor referência à mutilação dos seios das *icamiabas*. A tradução de *Itacamiaba*, que se contrafu em *icamiaba*, como querendo significar “pedra no mato na qual se dão”, parece-me a mais admissível, porque, pelo menos, tem uma relação com a contextura da lenda, enquanto que a versão “a que não tem seio” ou “a que não tem leite” não tem ligação alguma com a lenda e não podia, portanto, ter um significado para os índios. Além disso o vocábulo *icamiaba* pode também ser decomposto assim: *Icamí*, leite, *mama*, e *aua*, quem, ou aquele, que significaria precisamente o contrário, isto é, “quem tem mamas”. Neste caso se indicaria uma nação formada unicamente de gente com mamas, isto é, de mulheres.

AS ESCRAVAS DOS CARAÍBAS

Fizemos até aquí a crítica das várias hipóteses imaginadas para explicar o mito das *icamiabas*. Pretendemos, antes de chegar a uma conclusão, estudar outros aspectos da questão, como o que diz respeito às *pedras verdes*, assunto da segunda parte dêste volume, e à tradição do *Iuruparí*. Mas, antes, afim de examinar tôdas as suposições possíveis que podem explicar a lenda, queremos considerar ainda a condição das mulheres no meio das aguerridas hordas *caraiabas* ou de outros índios confundidos com essa raça belicosa e forte.

No estudo dêsses índios conquistadores, ressalta o costume que tinham de raptar mulheres, as quais eram incor-

poradas à tribo como simples propriedade, e mantidas em condições que pouco se distanciavam da escravidão. ⁽¹⁾

Hordas nômades e guerreiras, organizavam a família sob um regime oposto ao da família aruaque, de tendências matriarcais, por influência da sua própria cultura econômica confiada às mulheres, como a agricultura, fabricação de redes e cerâmica.

Eram os **caraibas** intrépidos navegantes, organizados em hordas terrivelmente belicosas e soberbas que, segundo a opinião de vários etnólogos, se estenderam desde as cabeceiras do Xingú e do Tapajós até as pequenas Antilhas, aniquilando ou submetendo os indígenas aruaques, no dizer de Ehrenreich. ⁽²⁾ Esses índios conquistaram ao norte do Rio-Mar, vasto domínio assim como no vale do Orenoco.

O seu nome que significava estrangeiro e também senhor, dominador, alto, excelente, passou a designar os sacerdotes, os pagés de outras tribus, como entre os nossos tupís. ⁽³⁾

Vêmo-los, porisso, como pagés, recebendo altas honrarias entre os tupinambás e tamóios da época da conquista.

(1) Júlio C. Sales — *Los índios Caribes*, pág. 201. Madri, 1920.

(2) *Die Ethnographie Sudamerikas in Beginn des XX Jahrhunderts*, etc. — em *Archiv. f. Anthropologie*, III, 1905.

Alguns autores são de opinião que os caraibas são originários das Antilhas, de onde, costeando as Guianas ou penetrando pelo Orenoco, lago Maracaibo e Madalena, entraram na América do Sul, descendo ao vale Amazônico e estendendo-se até o planalto brasileiro. Outros etnólogos, como Martius, Métraux, Von den Steinen, Ehrenreich, Coudreau, dizem-nos provenientes do centro do Brasil, onde os Bacairis e Nancuás seriam seus ancestrais. E' possível que assim seja, mas, parece-me que ainda não se possuem elementos para que se julgue definitivamente esclarecida a questão da origem desses índios.

(3) Veja-se: Jean de Lery — *História de uma viagem à terra do Brasil* e P. Vasconcelos — *Notícias das coisas do Brasil*.

Esses Caraibas, Engaibas ou Caraibebês, como os chama o padre Vasconcelos, "passavam de aldeia em aldeia, sem que em nenhuma delas fixassem residência, como verdadeiros missionários; eram estes os que se comunicavam com os espíritos, os intérpretes da divindade, os ministros de Tupã, os que podiam transmitir a força a quem lhes oprouvesse, tornar os guerreiros intrépidos, a terra fértil de raízes e frutos". (Gonçalves Dias — *O Brasil e a Oceania*, pág. 113).

O nome Caraíba, como os que se derivaram da raiz Car — Caniba, Calibana, Caritana, Caripuna, etc. — significou “para as tribus dóceis e de maior evolução social, o tipo de indígena de caráter guerreiro e muito belicoso, que se excedia na maior parte das vezes, invasor sempre, que no mar antilhano e nos grandes rios que desaguam nêle pelo Norte’ ou no Atlântico, pela parte oriental da América do Sul, realizavam por água atrevidas excursões piráticas para aprisionar mulheres e escravos”. (1)

Nas suas correrias raptavam mulheres, reduzindo-as à miserável condição. A sorte das prisioneiras dêsses selvagens, segundo informa Lafitau, (2) tornava-se apavorante. Às vezes eram conduzidas nas guerras de conquista e outras vezes segregadas em ilhas onde recebiam a visita dos homens de tempos em tempos, que as submetiam a seu furor lúbrico.

Sendo de outra raça, falavam idioma diferente e tratavam, naturalmente, de infundir em suas filhas o amor ao idioma e às tradições da raça de que procediam. (3)

O que é sobretudo importante de se notar, em nosso estudo, é o que, em *Histoire générale des Antilles*, informa Du Tetre sobre os caraíbas. Diz êste autor que ao abandonarem as suas mulheres “os filhos acompanhavam os pais e as filhas ficavam com as mães”, sendo explicável, visto entre os caraíbas ser a descendência patrilineal. Nessas condições os filhos varões tinham que acompanhar o pai e, as meninas, incapazes para a guerra, ficavam com suas genitoras, de outra língua, de outros costumes e outra raça.

Note-se mais que os chefes caraíbas tinham, alguns, verdadeiro serralho, com dez, doze ou mais mulheres. O cacique Jaguaría do Orenoco, segundo conta Gumilla, “ostentava como signo de grandeza o fato de possuir trinta mulheres”. (4)

(1) Dr. Júlio S. Salas, *Los indios Caríbes*. Madrid, 1920.

(2) P. Joseph Lafitau — *Mœurs des sauvages américains, comparées aux mœurs des premiers temps*. Paris, 1724.

(3) Ver Dr. Paul Ehrenreich — *Obr. cit.* e Rafael Delorme Salto — *Los aborígenas de America*; Habana, 1894.

(4) Júlio C. Salas — *Obra cit.*, pág. 202.

Poderíamos ver no costume que tinham os **caraibas** de isolar em ilhas as mulheres aprisionadas e de com elas deixarem somente as meninas, elementos de formação da lenda de mulheres que viviam sós e entregavam aos pais, quando as iam visitar, os filhos varões. Cristóvão Colombo, neste caso, não teria mentido ao comunicar a Rafael Sanchez, tesoureiro dos monarcas espanhóis, que no Mundo Novo, existiam ilhas habitadas somente por mulheres. “Estes são — dizia o almirante, referindo-se aos **caraibas** — os que se unem a certas mulheres que habitam sòzinhas na ilha de Matenin, que é a primeira desde a Espanha às Índias”. (1)

Colombo dizia ainda: “Estas mulheres não se dedicam a trabalho algum próprio de seu sexo, pois usam arcos e flechas, segundo se disse dos anteriores, e se colocam por defesa lâminas de cobre, de que têm em grande abundância”.

É possível que nesta última parte o famoso almirante tenha incluído fantasias suas ou que tenha sido mal informado, como é possível também que junto à notícia dessa “ilha de mulheres” e outras que se dizia existirem no Mar dos Caraíbas tenha colhido alguma vaga tradição que lhe lembrou a lenda das amazonas gregas.

Certo é que entre aquelas hordas de piratas que se transportaram até às margens do nosso grande estuário, as mulheres prisioneiras tinham uma sorte miserável de escravas, e, isoladas, eram visitadas de vez em quando pelos homens, aos quais entregavam os filhos, ficando com as filhas. Além disto, essas mulheres de raça **aruaque**, falavam uma língua diferente da usada pelos homens, sendo de notar também que nas ilhas do Mar Antilhano foram encontradas várias das **pedras verdes** de nefrite que se dizem originárias da província das amazonas. Poder-se-iam ver, entre essas informações dadas a respeito dos **caraibas**, elementos de formação de mito das **icamiabas**, assim como se poderia supor que algumas hordas dessas mulheres se tenham revoltado

(1) Carta de Cristóvão Colombo dirigida a D. Rafael Sanchez. Traduzida para o latim por Leandro Cosco e impressa em Roma em 1493.

contra o feroz tratamento que recebiam dos Caras dominadores, constituindo um reino independente e conservando pelos homens um ódio tão feroz como o desprezo e a brutalidade com que eram tratadas. De escravas, ter-se-iam tornado guerreiras temíveis, defensoras da sua liberdade a custo de uma vida de isolamento. Entretanto, para perpetuação da espécie, teriam admitido a visita dos homens em épocas determinadas ou, segundo algumas tradições, aprisionando a estes, como elas eram antes aprisionadas, para reenviá-los às suas malocas depois de satisfeitos os seus desejos. Ter-se-ia repetido, neste caso, nas selvas americanas, o mesmo fato que se deu — segundo tradições antigas que mencionei — em épocas remotas, nas florestas da Europa primitiva.

Ao tratar das prisioneiras dos **caraibas**, não tive absolutamente a intensão de demonstrar que esta é a origem da tribu de mulheres que viviam sem homens ou a da lenda. Apenas tratei dêsses índios e das mulheres que aprisionavam para apontar um possível elemento de formação da lenda ou uma causa que poderia ter concorrido para a constituição de uma horda feminina rebelada contro o jugo dos homens. Não existe, porém, prova bastante fundamentada que possa demonstrar que assim aconteceu. E o que expus não passa de uma suposição, com algum fundamento, mas cuja fragilidade sou o primeiro a reconhecer.

* * *

Examinámos até aquí várias explicações do mito das **cunhã-teco-ímas** e vimos que nenhuma, mesmo as verosímeis, como a de Henrique Candia, satisfaz plenamente.

Parece-nos que só um estudo da estrutura cultural das tribus em que a tradição das amazonas e das pedras verdes que diziam originárias da região em que habitavam, poderá projetar luz sobre um assunto que até o presente permaneceu tão obscuro. Se o conseguirmos, como vamos tentar, teremos esclarecido a mais bela e a mais interessante lenda da nossa mitologia indígena.

A tradição fala de um grupo de mulheres que abandonaram os homens por não suportarem a dureza das suas imposições ou por não aceitarem a posição inferior a que ficavam relegadas, em consequência dos Novos Costumes, trazidos por um legislador que se dizia Filho do Sol.

Temos aqui um fio condutor para nos levar a algum resultados si se investigarem as divergências e atritos que em círculos de cultura matriarcais e patriarcais dos chamados povos selvagens ou não civilizados ainda subsistem entre homens e mulheres, levando aqueles a formar sociedades esotéricas de iniciação vedadas às mulheres, principalmente como o fêz Iuruparí entre os nossos índios, afim de reformar os costumes, isto é, tirar o domínio que estava nas mãos das mulheres e passá-lo para as dos homens.

Essas corporações secretas são, em geral, antagônicas às das mulheres, que, por sua vez, têm outras corporações às quais os homens não são admitidos. ⁽¹⁾ Essas corporações femininas seriam sobrevivências de culturas matriarcais e as dos homens correspondentes a novas formas sociais e religiosas, de predominância patriarcal, que conservam um velho e disfarçado fundo totemista. Por isso essas sociedades masculinas, cujas origens se prendem, freqüentemente, como a fundada por Iuruparí ou Izí, a um herói civilizador, um homem-deus, filho do Sol, como realizações contra uma anterior predominância feminina — impõem duras leis às mulheres, exercendo uma severíssima vigilância para que não penetrem em seus segredos. A desobediência a essas proibições, que transformam em tabú, para as mulheres e não iniciados objetos e instrumentos do culto, ritos, dansas e cantos, é punida, geralmente, com a pena de morte. ⁽²⁾

(1) Maurice Besson — *Totesmismo*, pág. 31, Barcelona, 1931.

(2) Veja — F. Graebner — *El mundo del hombre primitivo*; pág. 55, Madri, 1925; Carlos A. Aldas — *Através del Mundo*, pág. 489; Hutton Webster — *Toten Clans and Secret Associations in Australia and Melanesia* — Em "Journal of the Royal Austr. Institute of Great Britain and Ireland" — vol. XLI, pág. 482 — 1911.

Para afastarem as mulheres de seus ritos esotéricos e impedí-las de ver e ouvir seus instrumentos, inventaram terrores infernais, terrores êsses cujo fim, como opina Powell, é mantê-las em sujeição. ⁽¹⁾

Entre os índios onas, por exemplo, da Terra do Fogo, existe a tradição de que antes “as mulheres exerciam sôbre os homens um poder tirânico, devendo estes ocupar-se dos misteres mais penosos e desagradáveis. Para manter êsse poder inventaram o *cloqueten*, instituição destinada a atemorizar os homens com aparições de espíritos malignos, fingidos por elas mesmas. Os homens descobriram o segredo e depois de apoderar-se dêles mataram tôdas as mulheres, deixando só as meninas. Desde então os homens governam a tribu com os mesmos recursos com que antes governavam a êles”.

“O *cloqueten* passou a ser um segredo dos homens, cuja revelação à mulheres se paga com a morte”. ⁽²⁾

Agora vejamos o que diz o Conde Stradelli, em a letra I, de seu “Vocabulário Nheêngatú - Português”, sôbre Iuruparí e suas leis: “Iuruparí é, pois, o antenado lendário, o legislador divinizado, que se encontra como base em tôdas as religiões e mitos primitivos. Quando êle apareceu eram as mulheres que mandavam e os homens obedeciam, o que era contrário às leis do Sol. Êle tirou o poder das mãos das mulheres e o restituiu aos homens e, para que estes aprendessem a ser independentes daquelas, instituiu uma festa em que sômente os homens podem tomar parte e uns segredos que sômente podem ser conhecidos por estes. As mulheres que os surpreendem devem morrer, e em obediência desta lei morreu Ceucí, a própria mãe de Iuruparí”.

(1) *An American View of Totemism*, by Major J. W. Powell, Man. 1902 — pág. 101 e seguintes. Ver também a respeito dêsses costumes entre os índios ona da Terra do Fogo — — *Expedicion a la Tierra del Fuego* de Gusinde Martin — Em “Publicaciones del Museo de Etnologia y Antropologia de Chile, tomo II — 1920.

(2) Antonio Serrano — *Los primitivos habitantes del territorio Argentino*, págs. 167-168 — Buenos Aires, 1930.

Segundo as próprias tradições das tribus que guardaram as leis de Iuruparí, “as mulheres que até então governavam o país”, ficaram descontentes e, aproveitando a ocasião de uma festa em que os homens se afastaram da aldeia, fugiram de Tunai e se dirigiram para o levante”.

Seguindo as tradições ameríndias poderemos encontrar o fio condutor para nos levar a desvendar o segredo das cunhãs - teco - ímas.

E’ o que faremos nas outras partes do livro sôbre “O mistério das pedras verdes” e “A religião dos nossos índios”.

Lagoa dos BARROS, ou do BARROS?

Manuel Duarte.

Relembra cada batismo toponímico, dado à mais humilde localidade perdida no recesso anônimo dos interiores sertanistas, aleatória razão causal que, às mais das vezes, se ignora. Estou, porém, que investigá-la, surpreendê-la e identificá-la às próprias brumas longínquas das origens povoantistas, donde proveio, reatar é o fio à tradição imperecível que se vai afastando lentolento, na curva remota das distâncias. Em verdade, tal, o grande tema revisório na confusa iniciação do primitivo Rio-grande do Sul, cuja história a cotio se revela inexpressiva, assim no sugestivo da minúcia, como no íntimo pinturesco da sua toponímia guaranítico-portuguesa.

Repona cada designativo topográfico a crônica autêntica dalgum drama pretérito, diluído na poesia da lenda; dalguma causalidade autóctona, cujos ecos, desfigurados e morrentes, chegam até aos nossos dias.

Entrementes, é correntio nos manuais das escolas gaúchas: — “Lagoas principais... a dos BARROS, no município de Conceição do Arroio (Osório). E êste apelativo orográfico é uniforme e popularmente repetido no uso quotidiano.

Ora, a primeira impressão que de logo nos acode à clamorosa indiferença localista, é a de que Lagoa dos Barros envolve naturalmente prosaica peculiaridade àquele belíssimo volume d'água potável, límpida e tranqüila, distendida

ao sopé do contraforte da gigantesca Serra-Geral. Nada, entretanto, mais precipitado e injusto. Porque é puríssima e transparente aquela imensa massa líquida, já destinada a ser, de futuro, ministrada à crescente população porto-alegrense, consoante parecer da engenharia sôbre o heróico problema de abastecimento da preciosa linfa à capital gaúcha.

Logo, se Lagoa dos Barros não representa, não traz, em si, desenganada característica de — água de lôdo, viveiro impuro de lama — outro motivo singularizará o vetusto e truncado distintivo geográfico, que lhe coube na formação territorial dos Pampas queridos.

Oportuno esmiüçar, de corrida, o segrêdo do enigmático apelido.

Em 1747, torna-se possessor de larga área de campos devolutos, em Cima da Serra, o tenente de milícias Manuel de Barros Pereira. Eram contíguos à sesmaria concedida ao coronel Cristóvão de Abreu Pereira, entre confluentes dos rios das Taíñas e Camisas e entestavam respectivamente nas Serras do Mar Grosso e das Antas.

Era Barros casado com dona Laurinda Joaquina, ou Lauriana Rosa Joaquina, e dêste consórcio houve os filhos, q. d.: Antônia Inácia de Barros Pereira, Marcelino Antônio de Barros e Francisca Inácia de Barros.

Aposseados estes campos, onde Barros deixou o capataz alferes Francisco Alves de Oliveira e construiu a primeira casa, continuou aquele senhorio residindo no litoral. Em 1773, o tenente Barros e sua mulher venderam aquela fazenda serrana ao capitão Miguel Pedroso Leite.

Era Barros antigo possuidor da fazenda da Praia, sôbre a Lagoa Grande, onde faleceu, em 1780. Pouco depois, a viúva convolou a segundas núpcias com o alferes de milícias João Pereira Chaves, viúvo de Gertrudes de Lima.

Coube a fazenda da Praia à viúva Lauriana e a seus três filhos, cujas legítimas adquiriu.

Lauriana e seu segundo espôso, alferes João Pereira Chaves, venderam essa fazenda da Praia, em 1787, a José Pereira Marques. Já na respectiva escritura aparece esta

descrição: "... vendem o campo da Fazenda da Praia, sobre a Lagoa do BARROS".

Começa, pois, a revelação do enigma geográfico.

Assim que, em 1796, Francisco Jorge Ribeiro e sua mulher Teresa Moreira de Jesús vendem a Francisco da Silveira Peixoto, 1/4 de légua de campo à beira da Lagoa do defunto Barros.

José Machado de Oliveira e sua mulher Maria do Rosário vendem a Manuel Teixeira Machado, em 1796, 50 braças de terras de matos, na costa da Serra e fundos competentes, os quais se dividem, pela frente, com os pantanos que desaguam para a Lagoa do defunto Barros e fundos para o Sertão.

Finalmente, ainda, em 1799, o tenente Antônio Manuel de Jesús e sua mulher Francisca Joaquina vendem a Manuel Rodrigues Jorge 50 braças de terras de matos, em Conceição do Arroio com frente abeirando a Lagoa chamada do falecido Barros e fundos para o Sertão da Serra.

De sorte que seguramente dê os últimos dias de Manuel de Barros Pereira era corrente o apelido de — LAGOA DO BARROS — em substituição lenta ao primitivo de — Lagoa Grande.

De modo que se deve dizer: — "Lagoa do BARROS".

Não é exemplo único o de tomar a propriedade o nome do proprietário. Ainda no litoral há outros.

Assim que João da Costa Quintão foi titular de vasta fazenda marceira, em 1738. Desde então, pordavante lhe conservam essas terras o nome daquele senhorio. Fica, ali, o conhecido balneário — Quintão.

Outro mais: Lagoa do Silva. Manuel da Silva foi proprietário ribeiro à lagoa que posteriormente lhe tomou o nome: Lagoa do defunto Silva, e ao depois, Lagoa do Silva.

Nótulas Bibliográficas

O RIO GRANDE DO SUL E A CISPLATINA, por
Rúbio Brasiliano. — Pôrto Alegre, 1935 (1)

A geração nova dêste século, em boa parte, ao contrário da dos séculos passados, sempre entregue aos sonhos e devaneios da mocidade, — não mais crê nesse fútil encantado dos salões elegantes, e, em vez de dedilhar a clássica lira de Apolo, passa dias e noites curvada sôbre preciosos cimélios e raros incunábulos a estudar os fastos de nossa história, nossos feitos e nossa gente.

O Sr. Rúbio Brasiliano que é, segundo fomos informados, moço ainda no primeiro quartel, na risonha idade dos sonhos dourados e encantados devaneios, é caso dos mais típicos da capacidade intelectual do nosso povo.

O Rio Grande e a Cisplatina, se bem ainda falha e linguagem algo fraca aqui e ali, é, contudo, obra digna de todos os aplausos; mesmo porque, trabalho de fôlego, nos prova a grande cultura do jovem historiador, sr. Rúbio Brasiliano.

Além disso, tem essa obra o grande mérito de ser a primeira que trata de um modo geral, ainda que resumido, do empolgante assunto.

Congratulamo-nos com nosso Rio Grande com o aparecimento de mais êsse historiador que, continuando no caminho encetado, irá longe e alto erguerá as glórias de nossa terra.

W. Sp.

(1) Êste artigo por inadvertência deixou de ser incluído no n.º correspondente ao I trimestre de 1936.

DOMINAÇÃO ESPANHOLA NO RIO GRANDE DO
SUL (1763-1888), por Jônatas da Costa Rêgo
Monteiro. — Rio de Janeiro, 1937.

Quando apareceu, em separata, a primeira parte da obra em epígrafe, dissemos que, completo, êsse trabalho do coronel Rêgo Monteiro seria o que de melhor e mais completo foi publicado sôbre o assunto e podemos, agora, acrescentar que o sr. coronel Rêgo Monteiro esgotou o assunto.

Sôbre a invasão espanhola no Rio Grande, hoje, só se poderá falar apoiado no judicioso trabalho DOMINAÇÃO ESPANHOLA NO RIO GRANDE DO SUL.

Pontos há, como o que diz respeito à entrega de Santa Teresa, que tem provocado discussão parecendo, à primeira vista, ser assunto ainda por decidir. Entretanto, lendo-se atentamente o magnífico trabalho do coronel Rêgo Monteiro, tão farta e convincentemente documentado, não mais nos pode restar dúvida sôbre o que afirma a respeito.

Rui, assim, tudo quanto até aqui foi escrito em defesa do infeliz comandante do Forte.

Perde-se grande parte de um herói, mas ganha a verdade histórica que deve, sempre, pairar por cima de todos os convencionalismos, de todos os sentimentalismos e de tôdas as paixões e opiniões pessoais.

Só assim a História será, como deve ser, “a mestra da vida”.

W. Sp.

SÍMBOLOS DA REALIDADE BRASILEIRA, por
Castilhos Goycochêa. — Rio de Janeiro, 1936.

Mentalidade privilegiada, talento de escol, estudioso e erudito, o sr. Castilhos Goycochêa nos tem brindado com bom número de obras de real valor, sôbre literatura, história, sociologia.

SÍMBOLOS DA REALIDADE BRASILEIRA, seu último trabalho, é uma conferência feita na Associação dos Artistas Brasileiros.

Estudo sociológico — literário, a conferência do dr. Castilhos Goycochêa é uma dessas preciosas jóias de nossa literatura que, quanto mais se lêem mais nos encantam, mais nos atraem.

A meia dúzia de parágrafos que formam o todo desse trabalho de mestre da língua e do pensamento brasileiro, são, cada um deles, alta lição de amor à pátria, e mostra dos mais nobres sentimentos do ilustre autor de "ALMA HERÓICA DAS COXILHAS".

W. Sp.

HISTÓRIA DE ENTRE-RIOS (E'poca colonial, 1520-1810). — 2 vols. — por César B. Perez Colman.

A HISTÓRIA DE ENTRE-RIOS, em 3 volumes de que já saíram o I e o II, é, no gênero, exemplar. O sr. dr. César B. Perez Colman revela-se, nessa obra, historiador perfeito e completo.

E' essa sua obra de valor inestimável não só para a história da vizinha e amiga República Argentina, mas também para nós, brasileiros, e especialmente para o Rio Grande do Sul, mormente para nossos estudos da época missionária (1620-1759).

Escritor concienzoso e sereno, o sr. dr. Perez Colman é bem merecedor do prêmio que lhe conferiu o govêrno da Província de Entre-Rios (Argentina) ordenando a publicação da obra, além do que, com isso, benemérito se tornou o próprio govêrno de Entre-Rios, tomando a si o encargo de editar e distribuir tão magnífica quão útil e preciosa obra como essa HISTÓRIA DE ENTRE-RIOS, à qual se não podem regatear encômios.

Os dois volumes que temos em mãos estão profusamente ilustrados e documentados com grande cópia de preciosos inéditos.

W. Sp.

LOS TRIBUTARIOS DEL RIO URUGUAY, por
Antônio Serrano. — Buenos Aires, 1936.

O professor Antônio Serrano que tivemos a honra de hospedar, nesta cidade, durante mais de 3 meses, é, sem favor algum, dos mais notáveis etnógrafos da América do Sul.

Trabalhador infatigável, estudioso como os que mais o são, o dr. Serrano que aqui esteve de passagem “becado” pelo Governo da República Argentina, não perdeu um só momento de suas preciosas horas, examinando tudo, confrontando, comentando, anotando.

Reviu com incansável dedicação e carinho incomparável a preciosa coleção de artefatos indígenas do Museu Júlio de Castilhos; examinou, éle próprio, os sambaquis de Tôrres; estudou coleções particulares, entre as quais a preciosa coleção dos jesuítas, em São Leopoldo, e de tudo fêz precioso relatório que enviou ao seu Governo e, de volta a Entre-Rios, depois de percorrer S. Paulo e Rio de Janeiro, publicará em volumes os estudos e observações.

Mas, a par de toda essa atividade, não deixou o professor Serrano de atender as colaborações em “La Nacion” e revistas científicas da Argentina além da colaboração em livros, como a HISTORIA DE LA NACION ARGENTINA, de cujo vol. I faz parte o interessantíssimo capítulo LOS TRIBUTARIOS DEL RIO URUGUAY, que acabamos de receber, em separata.

Trata-se de um estudo arqueológico, precioso, dividido em cinco parágrafos: “El rio Uruguay y la antigua provincia de su nombre” (resumo de *Etnografía de la antigua Provincia del Uruguay*) “Guayanás”; “Los chaná-charrúas”; “Los Tupi-Guaranis” e “Síntesis arqueologica” (as diversas culturas).

Esta separata que contém 42 páginas profusamente ilustradas, é verdadeiro manual para quem se quer iniciar nesses estudos, no tocante aos assuntos abordados.

Aproveitamos esta oportunidade para deixar aqui registrada a nossa mais viva simpatia pelo brilhante intelectual argentino que tão grata lembrança deixou entre nós.

W. Sp.

NOBILIÁRIO SUL RIO-GRANDENSE, por Mário
Teixeira de Carvalho. — Pôrto Alegre, 1937.

Obras há que por si só bastam para dar nome ao autor, quer sejam pequenas, quer grandes.

O dr. Mário Teixeira de Carvalho, embora muitíssimo conhecido como médico, poucos o sabiam dedicado aos estudos genealógicos.

Assunto ingratiíssimo êsse do estudo da origem das famílias, mormente quando se quer apresentar trabalho digno de nota e capaz de servir aos fins a que se destina a genealogia.

Nesse terreno, no Brasil, poucos são os que se consagram a obras de tanto vulto e tão complicadas.

Remontando ao passado, só encontramos Pedro Tacques em São Paulo, o grande linhagista bandeirante, cuja obra é, ainda hoje, examinada e consultada com carinho, tendo sido continuada pelo dr. Silva Leme ("Genealogia Paulistana"). Igualmente antigo, mas menor, é o CATÁLOGO GENEALÓGICO, de Frei Jaboatão.

Além dêsses conhecemos mais trabalhos do Barão de Meirim, de Francisco Negrão ("Genealogia Paranãense"), estudos de Rezende da Silva, do desembargador José de Mesquita ("Nobiliário matogrossense" e "Genealogia cuiabana", além de outros, todos publicados na Rev. do Instituto Histórico de Mato Grosso), general Borges Fortes ("Troncos seculares" e "Os Fortes"), Aurélio Pôrto ("Processo dos Farrapos" (notas) e estudos avulsos), Jorge Felizardo (estudos avulsos), João Pinto da Fonseca Guimarães, tão prematuramente roubado à vida, e mais êsse admirável grupo do Instituto de Estudos Genealógicos, de São Paulo, de alguns dos quais conhecemos pequenos estudos, além da excelente Revista, do Instituto, cujo n.º 1 acaba de sair.

De todos êsses trabalhos, porém, os únicos mais ou menos completos são os de Tacques — Silva Leme, Negrão, José de Mesquita infelizmente não publicados em volume, e êste formidável trabalho de beneditino que é o NOBILIÁRIO SUL RIO-GRANDENSE, do dr. Mário Teixeira de Carvalho.

Embora ainda com algumas lacunas, no que respeita aos colonizadores italianos e alemães, de que conhecemos alguns de nobre ascendência, radicados aqui, e pequenos senões no texto, especialmente na grafia de nomes de origem estrangeira, o NOBILIÁRIO do dr. Mário Teixeira de Carvalho é, sem favor, o que até hoje de melhor tem aparecido, no gênero.

E' obra de mestre que sobremodo honra não só o ilustre médico e estudioso genealogista patrício, mas o Rio Grande do Sul que tem, nêle, o sentinela impoluto de suas tradições de nobreza e fidalguia.

W. Sp.

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS GENEALÓGICOS. — São Paulo — Ano I — n.º 1 — 1937.

Já no Brasil se faz alguma cousa em matéria de genealogia. Já há quem se interesse pelo assunto, felizmente.

Os estudos genealógicos são uma necessidade, especialmente para quem se dedica à História.

Sem a genealogia a História ficará sempre incompleta porque, não só personalidades, como feitos e fatos, só por meio da genealogia podem ser completamente elucidados, mormente em se tratando da parte sociológica da História.

Dai termos sempre apregoado o valor da genealogia, e não termos, jamais, regateado aplausos àqueles que se dedicam a êsses estudos, mesmo como simples curiosos.

A primorosa Revista que o Instituto de Estudos Genealógicos, de São Paulo, acaba de publicar, vem, na verdade encher uma lacuna que sempre se fêz sentir.

Êsse n.º 1, primorosamente impresso, traz excelentes estudos dos srs. dr. Francisco Carvalho Franco, dr. Luiz Pôrto Moretzsohn de Castro, dr. Antônio Augusto de Menezes Drumond, dr. Frederico Barros Brotero, dr. Américo Antunes de Moura, dr. Afonso José de Carvalho, Bueno de Azevedo Filho estudando os Rodrigues de Taquarí, que de perto nos interessam também, dr. Mário Wanderley da Costa, comandante Leôncio do Amaral Gurgel,, capitão Amílcar Salgado dos San-

tos, estudando Saldanha da Gama, dr. Sebastião Pagano, Pedro Corrêa de Melo, D. Bartolomeu de Noronha da Costa, F. C. Salvador de Moya, dr. César Salgado, dr. Domingos Laurito, Jacinto d'Andrade Albuquerque e Bittencourt, dr. Ricardo G. Daunt e várias notas.

O corpo redacional da REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS GENEALÓGICOS, sita à rua Senador Feijó, 29 — 2.º andar — salas 3 e 4, é composto dos srs. Menezes Drumond, Carvalho Franco, Domingos Laurito, Melo Nogueira, Carlos Silveira, Cel. Salvador de Moya, Bueno de Azevedo Filho, Aristides Monteiro, Sebastião Pagano e Roberto Thut.

W. Sp.

DOIS ESTUDOS DE HERÁLDICA, por Bueno de Azevedo Filho. — São Paulo, 1936.

DOIS ESTUDOS DE HERÁLDICA compreende interessantes trabalhos do dr. Bueno de Azevedo Filho, um sobre o brasão de armas dos Rodrigues de Taquarí, que abrange um período de mais de mil anos. Nesse estudo figura o nome do tenente-general Manuel Jorge Rodrigues, estreitamente ligado à História do Rio Grande, no decênio farroupilha, como comandante das armas imperiais, (já o tendo sido anteriormente em 1839), época em que, a 3 de maio, teve lugar a famosa batalha de Taquarí que, a-pesar-de ter ficado indecisa deu lugar à criação do baronato de Taquarí, em 1845, cabendo o título a Manuel Jorge Rodrigues que, a-pesar-de octogenário, comandara, com galhardia os imperiais naquele recontro.

Estudo de real valor que nos diz dos altos conhecimentos do dr. Bueno de Azevedo Filho não só de heráldica, como de história.

A II Parte, encerra uma grande série de curiosos estudos de heráldica por meio de *ex-libris*, esse “brasão dos nossos tempos igualitários”, na frase de Lambert, citada pelo autor de DOIS ESTUDOS DE HERÁLDICA.

São, nessa parte, estudados os *ex-libris* de Araujo Guimarães (autor de *A corte no Brasil*), Menezes Vasconcelos de Drumond, Barão de Vasconcelos, Baroneza de Vasconcelos,

Arquivo Público do Pará, Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, Bueno de Azevedo Filho, Cândido L. M. de Oliveira, Carlos Lôbo de Oliveira, Domingos Laurito, Lauteuil, Camargo Dauntre, Carvalho Franco, Martins de Almeida, Sarmento Pimentel, Hermes Pio Vieira, Judite Rodrigues de Taquarí, Castilhos Goycochêa, Silva Brito, Nuno L. S. de Vasconcelos, Rodrigues Dias, Ricardo Gumbleton Daunt, Sebastião Pagano e Vasco J. Smith de Vasconcelos.

Nesse trabalho de *ex-libris* são blasonadas 119 armas. Bastante raro, mesmo no estrangeiro, são tais estudos, sendo, no Brasil, ao que nos consta, êste o primeiro, mais ou menos desenvolvido, que aparece.

Com tempo, vagar e auxílio de amigos, poderá o dr. Bueno de Azevedo Filho formar trabalho completo, brasileiro, no gênero.

W. Sp.

HISTÓRIA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS, tomo Sétimo, por Afonso de Esclagnole Taunay. — São Paulo, 1936.

Trabalho dos maiores, trabalho de monge medieval, cuidadoso e trabalhoso, é essa HISTÓRIA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS que, já no 7.º volume (e que volumes!) vem há mais de um decênio, publicando o dr. Afonso de E. Taunay.

Desde o tomo I, onde ainda há muita hipótese, muita coisa obscura, como a famosa “bandeira de Aracambí”, de que, em tese para o II Congresso de História e Geografia sul rio-grandense, trata o ilustre historiador dr. Olinto Sanmartin, refutando a hipótese de sua estadia no Rio Grande do Sul provando, com os mesmos documentos e mapas da época de que os “patos” a que se referia o bandeirante de 1635 não era no Rio Grande do Sul, mas em Santa Catarina e que o Rio Grande não era o de São Pedro do Sul, mas o vale do rio Grande (Paraná), e o rio Taquarí o afluente do Paranapanema e não o do Jacuí, — desde o volume primeiro, — dizíamos, — a obra do benemérito e egrégio diretor do Museu Paulista, dr. Taunay,

vem prestando relevantíssimos serviços aos estudiosos do Brasil inteiro, divulgando roteiros e documentos difíceis de serem consultados, referentes aos bandeirantes e seus homéricos esforços pelos matos virgens do Brasil quinhentista, seiscentista e setecentista.

Obra de fôlego, obra de mestre, a HISTÓRIA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS por si só bastaria para imortalizar o nome de seu autor.

W. Sp.

WHO'S WHO IN LATIN AMERICA, by Percy Alvin Martin. — Stanford University, California, 1936.

WHO'S WHO IN LATIN AMERICA é trabalho notável e de grande utilidade.

Trata-se de um dicionário de intelectuais da América Latina, contendo bibliografia dos seus mais eminentes homens de letras, médicos, juristas, sociólogos, etc.

Há, em verdade, grandes falhas, lacunas de nomes notáveis e, mesmo, enganos dando vivos por mortos.

Mas, atendendo-se à extensão da obra, a dificuldades de obter dados suficientes e completos em tempo tão curto como foi o empregado para a confecção do WHO'S WHO IN LATIN AMERICA, não se pode, de forma alguma censurar o trabalho, mas, ao contrário, elogiar o esforço que é, realmente, digno dos maiores encômios, sob todos os pontos de vista.

Nós todos, que nos dedicamos às letras, é que devemos cooperar com o ilustre e digno professor de História da Universidade de Stanford, na Califórnia, para que seu trabalho tão útil e de tão alta significação americana venha a ser o que deve: repositório bio-bibliográfico da mentalidade latino-americana.

O sr. dr. Percy A. Martins com essa obra torna-se credor da gratidão latino-americana, fazendo com que, em grande parte, se tornem conhecidos do mundo os intelectuais de língua espanhola e portuguesa das Américas.

W. Sp.

HANDBOOK OF LATIN AMERICAN STUDIES. — A guide to the material published in 1935 on anthropology, archaeologie, economies, geography, history, law, and literature, by A number of scholars. — Cambridge — Massachusetts — Harvard University Press, 1936.

Manual bibliográfico, cientificamente organizado por uma série de professores especializados, o HANDBOOK OF LATIN AMERICAN STUDIES é de grande utilidade para divulgação das obras latino-americanas e sôbre assuntos latino-americanos editados na Europa.

Há grande falha de obras de real valor sôbre História, Geografia, Etnografia, Ciências em geral e Literatura que foram publicadas em 1935 que não figuram no Manual.

A-pesar-disso representa essa obra um grande esforço digno de todo nosso apôio.

As maiores autoridades para a organização completa e perfeita de obra de tal vulto são as casas editoras, Institutos Históricos, Academias e congêneres. A êsses é que deveriam, os organizadores do Manual em apreço pedir contribuição que, por certo, não será negada, pois que é do interêsse dessas mesmas entidades.

Foram os seguintes os cooperadores do "HANDBOOK":

A. S. Aiton, Ch. W. Hackett, C. H. Haring, Preston E. James, C. L. Jones, C. F. Jones, S. E. Leavitt, I. A. Leonard, P. A. Martin, D. M. Phelps, R. R. Platt, S. Putnam, R. Redfield, W. Spence Robertson, A. M. Tozzer, John T. Vance, professores de diversas Universidades norte-americanas.

W. Sp.

CULTO À MULHER; O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA; TRATADO DE FORTIFICAÇÕES; A LIBERDADE DOS POVOS; MAÇONARIA; LEMBRETE PARA OS OFICIAIS ENCARREGADOS DE RECONHECIMENTOS; OS PAULISTAS NO TRIÂNGULO MINEIRO; A REFORMA COMPULSÓRIA; OS GONÇALVES (DE QUELUZ); CERTIDÃO DE ASSENTAMENTOS; GENEALOGIA RESUMIDA DA CASA IMPERIAL BRASILEIRA E REAL

PORTUGUESA; COMPÊNDIO CRONOLÓGICO (LINHAGEM E APELIDO DE MOYA), por **Salvador de Moya**, tenente-coronel. — São Paulo, 1912 a 1937.

A relação acima é a da obra completa do sr. tenente coronel Salvador de Moya, desde aspirante (CULTO À MULHER) até tenente coronel (COMPÊNDIO CRONOLÓGICO).

Já nestas páginas tratamos de um de seus trabalhos (OS GONÇALVES, DE QUELUZ), e é com prazer que registamos aqui a gentil oferta de todos os trabalhos do estudioso militar que, como se vê pelos títulos dos folhetos, versa todos os assuntos: literários, históricos, genealógicos, militares.

O sr. Tenente-coronel Salvador de Moya é Conselheiro-diretor do Instituto Estudos Genealógicos, de São Paulo; honorário do do Rio Grande do Sul; dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e Pará; das Academias de Málaga, Cadiz e Huelvas; oficial da Fôrça Pública de S. Paulo.

W. Sp.

O QUE OS BRASILEIROS DEVEM SABER, por **Ernani Fornari**. — Rio de Janeiro, 1936.

Não é trabalho original êsse do ilustre poeta e romancista sr. Ernani Fornari. Mas, nem porisso, deixa de ser trabalho de grande valor e utilidade a quantos se interessam pelas cousas do Brasil.

O sr. Ernani Fornari divulgando êsse punhado de dados estatísticos e resumo de leis e decretos, presta, à causa do Brasil, inestimável serviço e maior seria ainda se o livro em apreço tivesse ampla divulgação entre o próprio povo.

Sendo êsse trabalho impresso no Departamento Nacional de Propaganda, seria de bom aviso que dêle se fizesse nova edição para distribuição ao povo, por meio das casas comerciais, fábricas, etc.

E' preciso que nos conheçamos o mais depressa possível para que, assim, possamos dar ao que é nosso o seu verdadeiro, legítimo valor.

W. Sp.

O ENSINO MILITAR NO BRASIL (Período colonial), por **Adailton Sampaio Pirassinunga** (capitão). — Rio de Janeiro, 1936.

Trabalho interessante e sobremodo útil êste publicado em separata da REVISTA MILITAR BRASILEIRA pelo capitão Adailton Sampaio Pirassinunga.

Estuda o ilustre oficial o ensino militar no Brasil desde o início, isto é, o século XVII, com grande proeficiência e cultura apreciável.

E' êste um trabalho digno de todos os encômios e louvores, tanto mais que é o primeiro que se faz, no gênero, no Brasil.

W. Sp.

TERRA MÁTER (Discurso), por **José Auto de Abreu**. — Rio de Janeiro, 1934.

A-pesar-de ser o autor deputado à Assembléia Legislativa do Piauí e da minoria, os discursos que enfeixou nas 42 páginas de TERRA MÁTER, não são políticos.

Apenas três, dos dez que encerra o volume (nove, aliás, pois o primeiro não é do autor mas para o autor) trazem nota política porque foram pronunciados na Assembléia.

O sr. José Auto de Abreu é escritor correto, de idéias e imagens felizes, mostrando, em seus trabalhos, grande erudição.

São discursos, que, ao contrário do que se dá com êsse gênero de literatura, se lêem com interêsse e simpatia.

W. Sp.

VICENTE LICÍNIO CARDOSO — Sua concepção da Vida e da Arte, por **Alcides Bezerra**. — Rio de Janeiro, 1936.

Trabalhador infatigável, estudioso e erudito, o sr. dr. Alcides Bezerra, não limita suas exaustivas atividades ao Arquivo Nacional, do qual é Diretor.

Divulga mais o seu saber, no livro e na tribuna.

VICENTE LICÍNIO CARDOSO, é uma série de estudos-conferências sôbre o ilustre humanista que se chamou Vicente Licínio Cardoso.

São páginas admiráveis essas que o dr. Alcides Bezerra nos oferece e que, sem favor, devem figurar ao lado da obra formidável do magnífico autor da FILOSOFIA DA ARTE, tão cedo roubado à vida num gesto desesperado.

As conferências do dr. Bezerra e o **Superhumanismo de Vicente Licínio Cardoso** do nosso grande Castilhos Goycochêa são páginas dignas do que foi, em vida, e mesmo ainda agora, o artista e filósofo como poucos teve nosso Brasil.

W. Sp.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

ANAIIS DO MUSEU PAULISTA, tomo sétimo, 1936. Alentado volume de 748 páginas enfeixando 4 substanciosos trabalhos do dr. Afonso de E. Taunay: História da Cidade de São Paulo, No Brasil de 1840, De Brasilæ rebus pluribus e Em Santa Catarina colonial. Imprensa oficial do Estado de São Paulo.

REVISTA DA ACADEMIA PETROPOLITANA DE LETRAS, Ano III, n.º 3, julho de 1936. Além de farta matéria literária contém a resenha da vida social da Academia Petropolitana de Letras, no período de 1935. — Sob a direção de A. de Paula Buarque. — Tipografia Ipiranga — Petrópolis.

REVISTA DA SOCIEDADE CEARENSE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — Nrs. 2 e 3 — Ano I, março a junho de 1936. Direção principal do dr. José Waldo Ribeiro Ramos. — Fortaleza — Ceará.

REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO — Tomos XL e XLI (1.º e 2.º semestres de 1935). Comissão de redação: Alcides Bezerra, Alexandre Sommier, Carlos Domingues, Saladino de Gusmão e S. Fróis de Abreu. — Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS — Ano II, n.º 2, 1936. Academia Carioca de Letras: Comentários. Reminiscências. A Academia em 1935. Quadro dos acadêmicos em 1935. — Discursos acadêmicos. — Rio de Janeiro.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA — Ano LV, Nrs. 7 e 8, janeiro e fevereiro de 1936. Corpo redatorial: redator-chefe capitão de Fragata Dídio I. A. da Costa. Redatores: Cap. de Frag. Renato Baiardino, Cap. de Corv. Adalberto Rechsteiner, e Caps. Ttes. Afonso Cavalcanti Livramento, Sebastião Fernandes de Souza e César Feliciano Xavier. — Publicação do Ministério da Marinha. — Imprensa Naval, Arsenal de Marinha — Rio de Janeiro.

LANTERNA VERDE — Boletim da Sociedade Felipe d'Oliveira. N.º 4, novembro de 1936. Belo fascículo com colaboração de escritores e poetas de nomeada como Gilberto Freire, Afonso Arinos de Melo Franco, Jorge de Lima, Otávio de Faria, Tristão de Atafde e outros. Estatutos da Sociedade. Of. Graf. Mauá — Rio de Janeiro.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAÍA — N.º 62, 1936. Comissão de Redação: Drs. Bernardino José de Souza, Francisco da Conceição Menezes, Francisco Hermano de Santana, Carlos Chiacchio e Jaime Junqueira Aires. — Cidade do Salvador. — Baía.

BOLETIN DE LA ACADEMIA PANAMEÑA DE LA HISTORIA — Año IV — n.º 11 — Julio y octubre — 1936 — Imprenta Nacional — Panamá.

BOLETIN DE HISTORIA Y ANTIGUEDADES — Organó de la Academia Colombiana de Historia — Diretor Gustavo Otero Muñoz. Vol. XXIII, Nrs. 264-265, septiembre y octubre de 1936. Imprenta Nacional — Bogotá.

BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEOGRAFICA DE COLOMBIA — Vol. III, Nrs. II e III, julio e octubre de 1936. Redactor: Jorge Alvarez Lleras. (Publicação da Academia de Ciencias Geograficas, presidente — José Miguel Rosales) — Bogotá, Colombia.

UNIVERSIDAD — Publicación de la Universidad Nacional del Litoral, N.º 2, julio de 1936. — Diretor: Dr. Josué Gollan H. — Santa Fé, Argentina.

REVISTA DE LAS INDIAS — Vol. I, N.º 3, Septiembre de 1936. Publicação do Ministerio de Educação Nacional de Bogotá. Diretor da secção de publicações Arcadio Dulcey, subchefe diretor de revistas Léon de Greiff, diretor grafico Sergio Trujillo Magnenat.

REPERTORIO DE HONDURAS — Revista quinzenal de cultura. Ano I, n.º 4, 1.º de setembro de 1936. Diretor Salvador Turcios. — Tegucigalpa, Honduras.

BOLETIN DEL CENTRO DE INVESTIGACIONES HISTORICAS, tomo IV, Año de 1936, Nrs. IV — V — VI. — Guayaquil, Ecuador. — Comision editora: Gustavo Monroy Garaicoa, Carlos A. Rolando, Carlos Matamoros Jara, Juan Antonio Alminate. — Interessantíssima publicação com selecionada matéria histórica relativa, principalmente, ao Equador.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, Prefeitura do Município de São Paulo, Nrs. XXVIII, XXIX e XXX, — Departamento de Cultura, São Paulo, 1936.

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PÔRTO ALEGRE, 1936. — Pôrto Alegre, 1936.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — (2.ª reunião da 1.ª legislatura). — 1936. — 2 volumes. — Pôrto Alegre, 1936.

BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DEL GOBIERNO
— Publicación trimestral. — Secretaria de Gobernacion y Justicia. — Director: Professor J. Joaquim Pardo. — Año II. numero 2. — Guatemala, C. A., Enero de 1937. — Bela publicação destinada à divulgar os documentos atinentes à história da República de Guatemala. Destaca-se a "Primera Constitución del Estado de Guatemala", que é publicada na íntegra com a assinatura dos constituintes de 1825.

ÍNDICE

O bi-centenário do Rio Grande e o Instituto Histórico e Geográfico	3
José da Silva Pais, por Edgar Fontoura	43
O destino do Rio Grande e o seu Patriarca, por Fernando Luiz Osório	67
A expedição de Gomes Freire (Documento, copiado pelo coronel J. C. Rego Monteiro)	75
O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul, por Dante de Laytano'	95
A conquista do Cerro Largo, pelo tenente H. Oscar Wiederspahn ..	119
O Mito das Icamíabas, por Ângelo Guido	125
Lagôa dos Barros, ou do Barros?, por Manuel Duarte	171
Nótulas bibliográficas	175

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Dr. João Maia.

Tenente Dioclecio de Paranhos Antunes.

Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Prof. Jaci A. L. Tupi Caldas

Desembargador Francisco Rodolfo Simch.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.

Prof. Valter Spalding.

Dr. Dante de Laytano.

Manoelito d'Ornelas.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Cel. E. F. de Souza Doca.

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SÓCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Cel. Gaston Hasslocher Mazon.

Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura da Revista:

Por ano 15\$000 rs.

Por fascículo trimestral 4\$000 rs.

Preço da coleção até 1930 1:000\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.